



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Francisco Rodrigues da Silva Neto

Os japoneses no Pará
Um estudo sobre a construção de identidades

Belém
2007

Francisco Rodrigues da Silva Neto

Os japoneses no Pará
Um estudo sobre a formação de identidades

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Diana Antonaz

Belém
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA - Brasil)

Silva Neto, Francisco Rodrigues da

Os japoneses no Pará: um estudo sobre a formação de identidades / Francisco Rodrigues da Silva Neto ; orientadora, Diana Antonaz. - 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

1. Identidade social. 2. Socialização. 3. Imigrantes - Tomé-Açu (PA). 4. Japoneses - Tomé-Açu (PA). 5. Relações entre gerações. I. Título.

CDD - 22. ed. 306

Francisco Rodrigues da Silva Neto

Os japoneses no Pará
Um estudo sobre a formação de identidades

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará.
Área de concentração: Antropologia

Data da aprovação:

Banca examinadora:

_____ - Orientadora
Diana Antonaz
Doutora em Antropologia
UFPA

_____ -
Franciane Gama Lacerda
Doutora em História Social
UFPA

_____ -
Maria Angélica Motta-Maués
Doutora em Sociologia
UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que ajudaram a construir esta dissertação não é tarefa fácil. O maior desafio que se coloca para o agradecimento seletivo não é decidir quem incluir, mas decidir quem não mencionar. Então, aos meus colegas que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas durante a elaboração deste trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Se devo ser seletivo nos agradecimentos, o primeiro devo à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Diana Antonaz pelo constante incentivo, sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade, interlocutora interessada em participar de minhas inquietações, co-autora em vários trechos;

Aos professores que contribuíram durante as disciplinas que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia Social, com especial destaque: Prof^a. Dr^a. Maria Angélica Motta-Maués, Prof. Dr. Flávio Leonel;

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Décio Guzman que, durante uma conversa, me indicou o caminho a seguir, a Antropologia. À Prof^a. Dr^a. Midori Makino que sempre esclareceu minhas dúvidas em relação à cultura e dança japonesa e, me franqueou, seu arquivo particular de fotos.

Sem a boa-vontade de muitas pessoas este trabalho provavelmente estaria repleto de lacunas, as quais, tentei solucionar à medida do possível. Reservo um agradecimento muito especial a uma pessoa que, mesmo distante, mas que esteve muito próxima, foi incansável em me auxiliar com o empréstimo de livros e, me hospedou todas as vezes que precisei ir ao Consulado do Japão no Rio de Janeiro, Sr^a Eliane Rebello e família, ela é bibliotecária do consulado.

À Associação Cultural Nipo-brasileira de Belém na pessoa do secretário-geral Gota Tsutsumi, assim como, à secretaria: Sr^a. Mami Ito, Guilherme e José que, sempre foram bastante prestativos.

À secretaria do PPGCS representada pela Rosângela Borges e Paulo Pinto;

Aos imigrantes e seus descendentes que sem a ajuda este trabalho não estaria completo. Algumas famílias foram excepcionais e não se cansaram em me auxiliar dentro do possível. Destaque especial para as famílias: Miyake, Yamada, Honda, Nakata, a minha nova amiga Rissa com quem dei boas risadas durante nossas conversas em japonês lá em Tomé-Açú.

Aos colegas da turma de 2005 (mestrado e doutorado), meus sinceros agradecimentos. Foi um período de muito aprendizado e de convívio com vocês que são pessoas maravilhosas. À Euzalina da Silva Ferrão que na reta final me auxiliou com a construção da árvore genealógica;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, pela bolsa concedida durante 17 meses do curso;

À minha família que tentou entender minha ausência durante esse período.

SILVA NETO, Francisco R. **Os japoneses no Pará**: Um estudo sobre a formação de identidades. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

RESUMO

A dissertação aborda o processo de socialização das gerações de descendentes de imigrantes japoneses nascidos na colônia de Tomé-Açú/PA a partir da compreensão do significado e representação da (e)imigração, assim como de sua forma de inserção na sociedade brasileira e paraense e, dessa forma, como se estabelecem os elos explicativos das formas pelas quais as famílias buscam socializar as novas gerações. A análise do material empírico parte de restituição das trajetórias de vida das famílias imigrantes que impulsionadas pela extrema pobreza no Japão imigraram para o estado do Pará e chegaram à colônia de Tomé-Açú. Ao se reconstituir as redes de parentesco das famílias desde a saída do Japão, se percebe a reprodução de valores e percepções nas redes de sociabilidade que permitirão às famílias inserir seus descendentes no âmbito social local.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia Social. Identidade Social. Imigração. Japoneses. Gerações.

SILVA NETO, Francisco R. **Os japoneses no Pará**: Um estudo sobre a formação de identidades. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ABSTRACT

This MD paper studies the socialization of the descendent generations os Japanese immigrants born in the colony of Tomé-Açú/PA starting from the understanding of the meaning and representation of the (e)immigration, as well as the means by which they are inserted in the Brazilian and Pará's society and, to establish the explanatory links forms by which families socialize the new generations. The analysis of the empiric material is based on the paths of life of the immigrant families that impelled by extreme poverty in Japan immigrated to the state of Pará settling in the colony of Tomé-Açú. It is reconstitutes the. families kinship networks from their departure from Japan, it is possible to unveil the reproduction of values and perceptions in the sociability networks that will allow immigrants and their descendants to insert themselves in social local domain.

Keywords: Social Anthropology. Social Identity. Immigration. Japanese. Generations.

Lista de ilustrações

Fotografia 1	<i>Vila rural de Tomé-Açú por volta de 1939.</i>
Fotografia 2	Queimada no período inicial da colônia.
Fotografia 3	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú (CAMTA). Símbolo do desenvolvimento do município.
Fotografia 4	Cruzamento das avenidas Dionísio Bentes e Saburo Chiba, ao fundo a sede da CAMTA.
Fotografia 5	Localização do município de Tomé-Açú em relação ao Estado do Pará.
Fotografia 6	Destaque para Tomé-Açú (direita) e Quatro Bocas (esquerda).
Fotografia 7	Hachiro Fukuhara.
Quadro 1	Imigração japonesa para o Pará.
Fotografia 8	Navio Kasato Maru.
Mapa 1	Principais cidades no Japão.
Fotografia 9	Imagem de uma cidade na região de Kanto após o terremoto de 1923.
Fotografia 10	Cartaz da Companhia de Imigração.
Fotografia 11	Ancoradouro da Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flôres/RJ.
Fotografia 12	Manila Maru
Fotografia 13	Montevideú Maru da O. S. K. Lines.
Fotografia 14	Hospedaria dos imigrantes japoneses construída pela Companhia Nipônica de Imigração.
Quadro 2	Naturalizações no Pará no ano de 1930.
Fotografia 15	Capa do livro de Paulo Ohashi
Fotografia 16	Contracapa do livro de Paulo Ohashi
Fotografia 17	Capa do livro dos 70 anos de Imigração Japonesa para a Amazônia
Fotografia 18	Contracapa do livro dos 70 anos de Imigração Japonesa para a Amazônia
Fotografia 19	Capa do livro de Akira Nagai
Fotografia 20	Contracapa do livro de Akira Nagai
Fotografia 21	O casal Itaro Ohashi. Pais de Paulo Ohashi.
Fotografia 22	Paulo Ohashi recebendo das mãos do presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel o título de cidadão.
Fotografia 23	Os irmãos Ohashi, da esquerda para a direita: Antonio, Lydia, Manoel, Lygia, Paulo, Dionísia e João, na seção do dia 16.01.1966.
Fotografia 24	Paulo Ohashi recebendo a condecoração das mãos do Cônsul Geral do Japão, Chuji Okawa, com a Medalha Jóia de Jubilo do Imperador.
Fotografia 25	O casal Tomoji Kato.
Fotografia 26	Mitsuyo Maeda (Conde Koma).
Fotografia 27	O autor Paulo Toshio e esposa Lígia Tari Ohashi (sentados) e da esquerda para direita o neto Gustavo, a nora Ivone, o neto Bruno, o filho Augusto e a neta Ludmila, no colo da avó.
Fotografia 28	Casamento de Paulo Toshio Ohashi e Lygia Tari Ohashi em 14.12.1944.
Figura 1	Árvore genealógica da família Ohashi
Fotografia 29	Raquel, Mário Toshihiko Ohashi (ao centro, filho do autor), Paulo Toshio Ohashi Neto, Rosa Maria Sales (esposa de Mário) e Rafael.
Fotografia 30	Luiz Eidi Ohashi e sua filha Cláudia.
Quadro 3	Imigrantes que contribuíram com suas memórias.
Fotografia 31	Masaru Inoue.
Fotografia 32	Kiyoko Harada.
Fotografia 33	Sussumo Gosso.
Fotografia 34	Ito Kawamoto.

Fotografia 35	Participantes do debate. Da Esquerda para direita: Hiroshi Okajima, Yoshihiro Kitajima, Shigeyoshi Ono, Yoshio Maruoka, Kiyoko Oti. À frente Gota Tsutsumi e Sussumu Gosso.
Desenho 1	Início da colonização japonesa no Acará.
Desenho 2	Akira e sua avó
Desenho 3	Auto-retrato de sua adolescência
Desenho 4	Auto-retrato de sua adolescência
Desenho 5	Índio da tribo Tembé.
Fotografia 36	Profª. Ryukoma Hanayagui (Sachiko Shimizu – primeira fileira de vestido preto) Grupo de Dança Folclórica Japonesa
Fotografia 37	Caligrafia japonesa (Shûji) e dobraduras em papel (Origami)
Fotografia 38	<i>Yagurá</i>
Fotografia 39	<i>Taiko</i>
Fotografia 40	Bon-odori dos 70 anos de imigração.
Fotografia 41	Dança Bom-odori realizada em 2004
Fotografia 42	Um dos três campos de Golfe na cidade de Manaus/AM
Fotografia 43	Campo de <i>Gateball</i>
Fotografia 44	<i>Undokai</i> realizado no <i>Country Club</i>
Fotografia 45	Concurso de Karaokê
Fotografia 46	Festa de São João

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2 OHAYO GOZAIMASU!	13
2.1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO	17
2.2 O ESPAÇO DAS NARRATIVAS	19
2.3 SER IMIGRANTE/EMIGRANTE	24
3 A IMIGRAÇÃO JAPONESA PARA O BRASIL E SEUS ANTECEDENTES	27
3.1 EM DIREÇÃO AO PARÁ	32
3.2 A FORÇA PARA VENCER	38
3.3 A ENTRADA DOS JAPONESES A PARTIR DAS IMIGRAÇÕES OFICIAIS	45
4 DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS	54
4.1 OS TEXTOS COMO OBJETOS	56
4.1.1 Como os textos se apresentam: as capas	57
4.1.2 Organização dos textos	60
A) O livro de Paulo Ohashi	60
B) O livro comemorativo dos 70 anos de Imigração Japonesa para a Amazônia	61
C) O livro de Akira Nagai	62
4.1.3 Os personagens através das fotos	63
A) O livro de Paulo Ohashi	63
B) O livro comemorativo dos 70 anos de Imigração Japonesa para a Amazônia	75
C) O livro de Akira Nagai	88
4.2 O PONTO DE CONVERGÊNCIA DOS IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo entender os processos de reconstrução de identidade dos imigrantes japoneses no Pará que aqui chegaram a partir de 1929, bem como procurar entender como as gerações sucessivas negociam seus pertencimentos entre a origem de seus ascendentes e o país onde nasceram, no caso o Brasil. Nesta pesquisa irei tratar especificamente das duas primeiras gerações.

A análise a ser empreendida na dissertação está centrada nos deslocamentos dos migrantes, tanto no seu trajeto desde o exterior, quanto dentro do Brasil. O deslocamento não é apenas físico, mas também social, e principalmente o sentimento de deslocamento. Este eixo central dos deslocamentos leva a algumas questões em torno das quais está construída a dissertação. Quais os motivos que levaram as famílias a optarem pela imigração? Quais eram as representações que elas tinham do Brasil? Como as crises de identificação, que surgem no seio da família japonesa vinda para o Brasil, contribuíram para a constituição de uma nova identidade nipo-brasileira? No retorno ao Japão, quando eventualmente ocorre, por que os imigrantes e seus descendentes não são mais reconhecidos como ‘japoneses’, enquanto que também não são considerados ‘brasileiros’ no país, no Brasil?

O dilema se instala, pois, não se encontram nem do lado de “um” nem do lado do “outro” como escreve Bourdieu (In: SAYAD. 1998, p. 11). O imigrante se situa no lugar de ‘bastardo’ não sendo nacional e nem totalmente estrangeiro, como se observa igualmente entre os japoneses no Brasil. E neste caso levam também as marcas físicas de outra etnia.

Com o intuito de compreender o deslocamento identitário que se dá por ocasião da migração, apresenta-se de fundamental relevância a relação ‘ser emigrante/imigrante’ considerando-se como as pessoas são vistas pelos que ficam nos países emigrantes e pelas que as recebem no país de destino. P. Bourdieu, prefaciando o livro de Sayad (1988, p. 11)¹ observa que os imigrantes são “pessoas deslocadas”, fato este, que é evidenciado na trajetória

¹ Abdelmalek Sayad é especialista em problemas de imigração e levanta questionamentos fundamentais para a discussão sobre o etnocentrismo inconsciente presente na retórica dos países que acolhem os imigrantes. O autor faz com que os personagens principais, os imigrantes, falem ao longo de seu texto. No livro intitulado: “A imigração e os paradoxos da alteridade” o autor utiliza uma análise muito mais sutil em relação ao inconsciente dos próprios argelinos imigrados para França quanto dos franceses em relação aos argelinos e com isso faz relação às análises de outros tipos de confronto entre culturas. Ver: Sayad (1990; 1998; 1999).

dessas pessoas no novo país, conforme estudado por Sayad na França, e que pode ser percebido, em qualquer contexto migratório. Dessa forma, a situação do imigrante japonês que chega ao Brasil e particularmente ao Estado do Pará não é muito diferente e esta percepção em relação ao país receptor.

Ao elaborar o projeto que fundamenta esta pesquisa e ao passo que começava a buscar material sobre os imigrantes japoneses chegados na primeira viagem de 1929 pude perceber que a forma de construção dos dados, – a coleta de histórias de vida e depoimentos –, que eu havia elaborado seria inviável pelo fato dos imigrantes contarem com idade avançada ou já serem falecidos. Além disso, o curto prazo dedicado à pesquisa não me permitiria realizar a longa negociação necessária à realização de entrevistas. Sendo assim, tive, juntamente com minha orientadora, de repensar nas estratégias que seriam adotadas para a coleta do material sobre as condições de saída e chegada dos imigrantes. Pensando nesse sentido optamos por utilizar relatos autobiográficos escritos pelos próprios imigrantes e que passaram a ser meu material bruto de pesquisa.

Escolhi, para isso, apenas o livro comemorativo dos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia com vários fragmentos autobiográficos de imigrantes considerados de destaque dentro do cenário da comunidade nipo-brasileira de Belém, e duas autobiografias: uma delas escrita por um filho de imigrante passageiro da primeira leva e a outra de um imigrante do período posterior a Segunda Guerra. O material analisado abrange um período relativamente extenso, mas que nos dão à dimensão de como se inicia a formação de uma identidade nipo-brasileira pelos descendentes destes imigrantes. As autobiografias são utilizadas de forma comparativa, com o objetivo de encontrar marcos temporais e espaciais individuais e coletivos.

As fotografias têm uma atenção especial para qualificar as pessoas, momentos importantes na vida dos autores e da colônia. É a partir das fotografias que pude retomar alguns marcos temporais, tanto da saída quanto da chegada dos autores e de suas famílias. Como exemplo, os navios que passaram a transportar outras levadas de imigrantes, a Casa do Imigrante, construída pela Companhia Nipônica de Imigração também fazem parte desse acervo. As novas rotas inauguradas pelos navios que traziam imigrantes japoneses tiveram grande relevância para a sociedade paraense por conta da circulação de novas mercadorias. Os dados dos jornais da época são utilizados para esclarecer o posicionamento e uma “euforia”

que os japoneses causaram quando de sua chegada. A grande quantidade de pessoas “curiosas” para ver os primeiros² japoneses que chegaram à capital paraense, assim como a nova rota de navegação iniciada com a vinda desses navios japoneses que significava novas possibilidades de circulação de mercadorias no Estado. Jornais de época e documentos foram igualmente selecionados e cotejados com o material autobiográfico. Conteí com apoio de várias bibliotecas e meu acervo particular de trabalhos dentro da temática. Não posso deixar de mencionar as ajudas que tive em relação ao acesso a determinados materiais; as autobiografias foram adquiridas na própria biblioteca da associação Nipo-brasileira em Belém sendo que o acesso é restrito por que a bibliotecária não fala nenhuma palavra em português e apenas os sócios podem solicitar empréstimo. No meu caso, o fato de já ter estudado a língua japonesa lá na associação fez com que os funcionários me franqueassem o empréstimo.

Inicialmente minha preocupação foi a de mostrar as condições de produção do tema e da problemática da dissertação, para em seguida iniciar a descrição do *locus* onde se desenvolvem as tramas narradas. Tento também situar o leitor em relação à história local desde a origem do município de Tomé-Açu. Com o intuito de mostrar o início e a apresentação de Tomé-Açu na atualidade, selecionei algumas fotos que demonstram em que meios os imigrantes viviam, assim como, suas empreitadas para a sobrevivência numa região considerada quase inóspita. O meu interesse pela cultura e língua japonesa, passando pela minha inserção na comunidade nipo-brasileira do município de Castanhal até meus primeiros contatos com os japoneses residentes em Belém também serão abordados.

Em seguida, proponho traçar a trajetória histórica, com ênfase nas políticas públicas que viriam favorecer a imigração japonesa para o Brasil e mais especificamente para o Estado do Pará. Uma atenção especial é dada às características das levas de imigrantes japoneses que se dirigiram para São Paulo e para o Pará em seus respectivos momentos e realidades históricas. Dentro dessa perspectiva, estabelecerei uma ordem cronológica dos fatos para facilitar a descrição e compreensão dos períodos pré e pós-imigração que estarão presentes nos relatos autobiográficos que irei analisar mais adiante. Porém, o período da imigração, ou seja, as condições de saída, da viagem e da chegada dos imigrantes serão de importância

² Esses primeiros japoneses que me refiro são representantes da primeira leva de imigrantes patrocinados pelos governos japonês e paraense, ao logo do trabalho, veremos que muitos japoneses já moravam em Belém antes do início da imigração oficial.

fundamental para observarmos como e quem são essas pessoas que deixam sua terra natal para “aventurar-se”³ numa terra distante e diferente como era o Brasil.

Por fim, faço uma descrição dos livros que serviram de fonte documental, desde a apresentação das capas, a estruturação dos textos e, dei uma atenção especial aos arquivos pessoais das fotografias expostas ao longo dos próprios livros analisados. Estratégia esta importante no sentido de mostrar ao leitor os personagens, os parentes diretos e indiretos nascidos no Pará, outras pessoas que fazem e fizeram parte das trajetórias das famílias que são retratadas nos livros, assim como, os motivos de suas aparições ao longo das narrativas, entre outras especificidades. Muitas vezes as análises se tornam ricas em detalhes, outras vezes o texto aparece com um tom poético, no entanto, ao analisar dados autobiográficos temos que ter o cuidado de olhar o texto com objetividade. Além da dificuldade de se trabalhar os textos que deixam de ter uma ordem cronológica dos acontecimentos, a todo momentos os autores se reportam em vários momentos, muitas vezes distintos entre si, para poder explicar um fato posterior. Ou seja, trata-se de histórias escritas a posteriori. Porém, muitas vezes, esse exercício torna-se uma arma e somos envolvidos, em alguns momentos, nos relatos de nossos personagens. Procurei, à medida do possível, ser objetivo nas análises, não deixando as confissões expressas nos relatos influenciarem-nas. Não posso negar, que em muitos momentos fui envolvido pela epopéia descrita pelos autores. Em seguida faço uma análise geral sobre o trabalho e minhas limitações em relação ao estudo dessa temática.

³ Utilizo este termo por entender que a vinda desses imigrantes não passava de uma grande aventura no sentido de deixar tudo para trás e tentar construir uma nova vida num país distante e diferente.

2 Ohayô gozaimasu!⁴

Conhecer o “estranho”, o “diferente”, penso que, este foi o principal fator que me chamou a atenção em relação aos japoneses. Sempre ouvi dizer que tudo no Japão era ao contrário, a começar pelo fuso horário de doze horas de diferença. Além disso, diziam que os próprios japoneses eram diferentes, tanto em seu aspecto físico quanto nos modos de se comportar, vestir, comer e se cumprimentar, o que faziam curvando-se. Na época, o comentário mais negativo, na minha opinião, era o de que eles comiam peixe cru. Essas afirmações eram recorrentes entre as pessoas de Belém.

Por volta dos meus quinze anos de idade estava cursando o último ano do ensino fundamental, e o contato com os japoneses iniciou a partir de uma “brincadeira”, digo brincadeira por ter sido casual. Uma parenta próxima mora no município de Castanhal/PA, a cerca de 70 quilômetros da capital do Estado, uma das principais áreas de concentração de imigrantes japoneses no Estado. Mesmo indo a Castanhal há muitos anos nunca tinha atentado para a importância que os japoneses tinham para a economia daquele município.

Também não era de meu conhecimento que minha tia tinha tantos amigos japoneses. Certo dia, encontrei uns papéis onde apareciam escritos (ou desenhados?) uns símbolos diferentes, mas que chamavam a atenção pela sutileza dos traçados com que eram compostos. Perguntei o que significava aquilo, minha tia respondeu: Bom dia! Boa tarde! Boa noite! e muito obrigado! Fiquei deveras fascinado por tudo aquilo.

A partir de então comecei a pensar como as pessoas poderiam falar e compreender aquela escrita que mais parecia um desenho. O mais difícil seria emitir sons correspondentes aqueles símbolos, pensava eu. Como elas conseguiam falar a partir daquilo? Esta foi a pergunta principal que me levou a querer saber um pouco mais sobre aquelas pessoas “estranhas”.

⁴ Cumprimento utilizado até às 10 horas da manhã que significa: Bom dia! Esta foi a primeira expressão que aprendi na língua japonesa. No caso desta expressão o leitor pode observar o termo “gozaimasu” que não tem tradução, mas dá o sentido de respeito em relação ao interlocutor.

As amigas japonesas de minha tia escreveram algumas palavras e suas respectivas traduções para que minha tia falasse o mínimo com elas, ou seja, pelo menos o básico de uma conversação. Ao lado dos símbolos japoneses fizeram uma transcrição, seguindo o sistema *Hepburn*⁵, e os símbolos traduziam-se nas consoantes e vogais que estávamos acostumados em nossa língua materna e, assim, as palavras passavam a ser mais familiares aos nossos olhos. A partir da transcrição podíamos ler e, então, conseguíamos pronunciar nossas primeiras palavras em língua japonesa. Foi uma experiência incrível e serviu para que eu transpusesse as barreiras do estranhamento inicial.

Entrei em um novo mundo. A cada dia eu me interessava mais e mais pelo idioma. Passava horas à fio, deitado na cama, olhando para as novas palavras que as amigas de minha tia enviavam escritas em folhas de papel junto com as transliterações e traduções. Porém, percebi a necessidade de ler aqueles caracteres que pareciam incompreensíveis e desconexos.

Comecei a dedicar horas diárias de estudo aos símbolos básicos da língua japonesa (*Hiragana* e *Katakana*)⁶ e posteriormente o *Kanji*. O exercício era simples, porém, demandava muita atenção. A própria escrita dos caracteres requer treino e perseverança. Cada traço tem sua ordem durante a escrita, portanto, não podemos escrevê-los de forma aleatória sem seguir a seqüência correta. Existe uma hierarquia, mesmo na escrita dos caracteres. O primeiro traço deve sempre ser o primeiro, pois, caso a ordem seja invertida, provavelmente o formato final será desarmônico. Atualmente este comentário me faz lembrar das hierarquias que foram muito bem trabalhadas no livro de Ruth Benedict (2002), *O Crisântemo e a Espada*, livro este que faz uma análise da sociedade japonesa a partir de sua estrutura hierárquica e como esta se encontra presente na vida cotidiana dos japoneses desde o nascimento.

Voltando às minhas inquietações, lembro que as horas de estudo me renderam boas oportunidades de me “aproximar deles”, como diria Malinowski (1992). Era muito grande o

⁵ De acordo com a Associação Cultural Brasil-Japão (ACBJ.COM.BR. não paginado), O sistema *Hepburn* (*hebon-shiki*) foi projetado por James Curtis Hepburn (1815-1911), um missionário americano da Filadélfia, que chegou no Japão em 1859 e compilou o primeiro dicionário moderno japonês-inglês, cerca de uma década depois. O sistema *Hepburn* é agora o mais amplamente usado sistema de romanização. **Romaji** é o método padrão de transliteração japonesa (escrever com um sistema de caracteres) dentro do alfabeto latino. Na escrita diária japonesa, o romaji pode ser usado para números e abreviações. Também é usado em dicionários, livros escolares e livros de expressões de uma língua estrangeira, para os estrangeiros estudantes da língua japonesa. O sistema *Hepburn* era ensinado nas escolas japonesas como forma de inserção do país ao padrão alfabético ocidental.

⁶ Conjunto de caracteres básicos da língua japonesa. Na verdade são três os conjuntos de caracteres utilizados na escrita japonesa: dois são compostos por 46 símbolos cada (*Hiragana* e *Katakana*) e o terceiro (*kanji*), de origem chinesa, possui mais de dois mil símbolos utilizados no Japão, sendo que este é o mais complexo e demanda muitos anos de aprendizado. Muitos japoneses não dominam em profundidade este último sistema.

estranhamento, por parte dos japoneses ou descendentes, que me viam falando a língua japonesa. Muitos descendentes sabiam falar menos do que eu e pareciam ficar envergonhados por eu ser um brasileiro sem ascendentes japoneses e dominar mesmo que razoavelmente a língua de seus pais e avós.

Somente com vinte anos de idade fui fazer a matrícula num curso regular de língua japonesa e aquelas horas de estudo me valeram, pois, ao ser submetido a uma prova de nivelamento pude ingressar no nível intermediário. Isso significava que eu já sabia o equivalente a dez anos de estudo, sendo que o curso inteiro tem a duração de doze anos, posteriormente esse aprendizado significou “um passo à frente”⁷, segundo Malinowski (1992, p. 23) em relação as minhas incursões em campo.

Durante o curso, conheci novas pessoas, participei de eventos como: o dia de lazer (*Undô-kai*); Concurso de Oratória em Língua Japonesa (*Nihongo Benron Taikai*) neste eu obtive o primeiro lugar concorrendo com vários estudantes do Estado do Pará; e a Semana do Japão (*Nihon Shûkan*) que acontece anualmente no mês de agosto. Em 2002, durante esta última fui convidado para ajudar na festa e receber o dinheiro das pessoas que compravam comidas japonesa, vendida durante o evento. Essa participação significou muito no sentido de que naquele momento eu estava sendo reconhecido como membro do grupo, pois, é muito difícil sentir-se à vontade na comunidade nipo-brasileira caso não se tenha nenhuma ascendência japonesa, por mais que eles tentem fazer a divulgação para a sociedade local ainda fica parecendo que de eles não gostam da presença dos não-descendentes.

Às várias oportunidades que tive durante as reuniões e comemorações promovidas pela Associação Nipo-brasileira de Belém (APANB) foram essenciais para que eu pudesse observar o quanto se pode explorar sobre as vivências desses imigrantes que aqui chegaram a partir de 1929. Sendo assim, meu objetivo passou a ser o de entender como se processou a chegada e o desenrolar da vida desses imigrantes a partir de suas histórias de vida. Para isso, seria importante que meus contatos fossem estabelecidos no sentido de dar aos imigrantes a possibilidade de falar e, assim, escutá-los, interpretá-los, como se refere Geertz (1997), ao analisar a forma com que o antropólogo descreve os símbolos, as coisas e ao mesmo tempo dá conta de outras interpretações que estão intimamente relacionadas com os símbolos e a

⁷ “One step further in this line can be made by the Ethnographer, who acquires a knowledge of the native language and can use it as an instrument of inquiry”. (MALINOWSKI, 1992, p. 23)

representação deste para as pessoas. Possibilidade essa que, a princípio, eu não havia pensado mas, que ao longo das pesquisas, pude perceber o quanto seria difícil. Isso por que muitos dos imigrantes que me propus a entrevistar já estão com idade muito avançada, outros já faleceram. Algumas pessoas foram essenciais e muito prestimosas no sentido de me colocar em contato com pessoas que “elas” achavam que seriam importantes.

Não era assim que eu queria desenvolver a pesquisa, minha intenção *a priori* era a de mostrar ao leitor justamente como se iniciou, por parte dos descendentes, a construção dessa identidade chamada nipo-brasileira, como os pais concebiam a educação dos seus filhos nipo-brasileiros⁸, mesmo que, de início tenha sido a contragosto. Em minhas inquietações vislumbrei o cenário sócio-político dos países envolvidos e aí aparecem em cena o Japão e o Brasil: o primeiro querendo enviar seus cidadãos e o outro necessitando de braços para o trabalho. No caso dos que vieram para o estado do Pará, a vinda significava a realização de um sonho: construir fortuna rápida, ou o *El Dorado* como encontramos em algumas narrativas, e posteriormente voltar para a pátria mãe.

O tempo foi “cruel”⁹ com alguns e, muitos não voltaram a ver sua terra natal, deixada para trás em 1929, outros seguiram o destino que o imperador, deus supremo do Xintoísmo¹⁰, traçou para eles. Tinham a incumbência de ser os representantes do Imperador aqui, do outro lado do mundo e, por isso, deveriam honrar o império, palavra esta muito cara aos japoneses como podemos ler no trabalho de Benedict (2002). Honra, lealdade e o espírito de vencer que se transformaram em *ganbaré*¹¹ foram palavras essenciais aos imigrantes que saíram do Japão e vieram imbuídos com o espírito guerreiro dos antigos samurais. Muitos estavam certos do sucesso que teriam, por isso, durante a viagem deixaram clara, em suas canções, a certeza da vitória.

⁸ O termo *nikkey* é análogo.

⁹ Este termo é recorrente em várias passagens da vida dos imigrantes relatadas ao longo das narrativas mesmo que de forma indireta.

¹⁰ Religião oficial do Japão que tem o Imperador como deus supremo. Essa visão foi superada no período da II Guerra quando o Imperador falou aos seus súditos que o Japão havia se rendido aos EUA. Para melhores esclarecimentos sobre esse período e as consequências entre os imigrantes que estavam no Brasil recomendo o livro de Fernando Morais, “Corações Sujos”, São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

¹¹ No capítulo 2 trato de forma mais específica sobre o *ganbaré*. Ver também Sakurai (1993, p. 59).

2.1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO

Os japoneses que vieram para o Pará passaram pelas experiências de processos de construção de novos pertencimentos¹². Alguns deixam escritas suas memórias com o intuito de deixar para a posteridade sua saga. Neste sentido a saga adquire característica dos textos épicos, nos quais, o narrador se distancia do objeto (mundo narrado) para narrar, registrar, apontar, enfim, apresentar, segundo Portella et al. (1979, p. 107), um fato pretérito. Dentro desse estilo presente nas obras analisadas, nos capítulos seguintes, podemos perceber que, os narradores apresentam seus relatos utilizando-se de uma sintaxe lógica e de uma forma de linguagem que cabe discutir acerca do tema abordado. Sendo essas, algumas das características que diferencia o texto épico.

Ainda segundo o emprego do estilo textual nos textos analisados podemos ressaltar que existe um grande número de episódios espetaculares presentes em todas as narrativas, segundo Portella et al. (1979). A luta pela sobrevivência dos imigrantes desde a saída do Japão até após a chegada ao Pará são marcas comuns em todos os textos, as figuras dos “heróis” da imigração são destacadas pelos próprios narradores que se consideram os próprios heróis e elegem outros que tiveram grande relevância ao longo da vida da comunidade, com a predominância dos: dirigentes das companhias que fomentaram a vinda dos imigrantes, médicos, professores, funcionários do corpo consular e outros imigrantes que auxiliaram seus compatriotas. Outro fator de destaque nas narrativas são as forças externas e sobrenaturais: as forças externas eram a baixa ou nenhuma produtividade agrícola experimentada pelos imigrantes nos primeiros tempos, segundo relatos dos próprios imigrantes, enquanto que, as sobrenaturais advinham da esperança depositada em cada imigrante pelo Imperador do Japão, porém, a força sobrenatural não era do Imperador enquanto indivíduo governante do país, mas enquanto o próprio deus do Xintoísmo então religião oficial do Japão.

No caso das autobiografias e do livro comemorativo de 70 anos de imigração para o Pará as palavras escritas serão minha principal fonte de análise do discurso que, é através da escrita que os imigrantes discorrem, tendo em suas memórias, os rumos que deram às suas vidas. A análise desse material pode nos remeter a um “feitiço” como se refere Gomes (2004),

¹² É desta forma que entendo a reconstrução de identidades, a partir do pertencimento a novos coletivos Ver: Pollak (1990).

pelos dados que essas narrativas nos trazem fazendo com que necessitemos ter um cuidado a mais para que, o exercício de análise seja efetivo. Dessa forma, a epopéia enquanto narrativa, segundo Portella et al. (1979), tem um enredo marcado por personagens nobres e das façanhas sublimes desses heróis e a ação narrada é direcionada pelo comportamento humano e aos acontecimentos ligados entre si formando o enredo.

Como vimos acima, essa escrita do “eu” ou de “si” é um produto das sociedades modernas, devemos lembrar que sua existência vem de longa data. No entanto, segundo Gomes (2004), é nas sociedades modernas que o indivíduo passa a ter um lugar no espaço social antes ocupado pelo grupo. A categoria de indivíduo traz consigo uma nova leitura para os documentos, memória, tempo e da própria história. E, portanto, a escrita de biografias e autobiografias toma um espaço considerável dentro da literatura mundial. Os recursos autobiográficos – relato, história de vida, etc. – são tomados não apenas como técnicas de pesquisa mas como parte constitutiva de um método. Segundo Marre (1991, p. 90): “*Engloba-se na expressão história de vida (life history), tanto relatos orais, como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos, conferindo, assim, à expressão, um sentido mais amplo do que aquele com que geralmente é empregada*” (MARRE, 1991, p. 90).

É razoável levarmos em consideração que essa coerência almejada pelo sujeito esteja intimamente ligada ao objetivo inicial do texto autobiográfico. O relato de si tende a apresentar-se a partir de um modelo oficial e isso nos remete a reflexão sobre o crivo que será feito em relação aos dados apresentados pelo narrador a partir da apresentação pública da sua representação privada de sua própria vida (sendo ela pública ou privada). Dessa forma, as normas que regem a escrita de si vão além das situações oficiais. A possível manipulação dos dados poderá variar, contudo, os textos autobiográficos buscam um “efeito de verdade”, segundo Gomes (2004, p. 14), principalmente por revelarem através da primeira pessoa do singular suas dimensões “íntimas e mais profundas”

O material a ser trabalhado constará de textos acadêmicos consagrados dentro literatura pertinente aos aspectos das imigrações internacionais, a partir desse entendimento, pude perceber que poucos autores nacionais tratam especificamente das imigrações internacionais e também a forma de reconstituir as trajetórias, por isso, utilizei como apoio autores estrangeiros que têm a imigração estrangeira como objeto de pesquisa.

Com intuito de utilizar o material autobiográfico, memorialístico, o livro comemorativo aos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia e duas autobiografias, realizarei incursões no campo das histórias de vida dos imigrantes japoneses e, assim, tentar cotejar com essas publicações informações anteriores, de acordo com a história oficial. Essas análises levarão em consideração o rico material fotográfico¹³ que guardam a memória das famílias.

2.2 O ESPAÇO DAS NARRATIVAS

Os dados históricos do município do Acará baseiam-se em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme descrição dos municípios de Acará e posteriormente Tomé-Açu, para onde os imigrantes japoneses foram direcionados. A história de instalação de Acará deu-se a partir da instalação da Freguesia de São José do Acará em Freguesia criada com a denominação de São José de Acará, em 1758, em relação a data de acordo com dados do IBGE: “*remonta ao período histórico de realização de explorações portuguesas em direção ao interior do Estado do Pará utilizando os rios*”. A sede do município foi implantada em 1758 pelo governador Mendonça Furtado e quando se dividiu o Estado em comarcas, em 1833, Acará foi incorporado a comarca da capital.

A freguesia de Moju criada pela Lei n. 14 de 9 de setembro de 1839 incorporou o território banhado pelo rio Acará. Uma nova Lei, a de n. 53, de 4 de setembro de 1840 determinou que o mesmo território banhado pelo rio Acará fosse dividido em duas partes: Freguesia de São José do Acará e Freguesia de Nossa Senhora da Sociedade Cairary, sendo que esta última também foi criada neste mesmo Ato.

Posteriormente, em 20 de agosto de 1864, foi promulgada a Lei n° 441, que determinava que a Freguesia de Moju e de Cairary fossem anexadas à comarca da capital. A partir do desenvolvimento da região banhada pelo rio Acará, em especial nas Freguesias de São José e de Nossa Senhora da Sociedade levou a decisão de Legislativo à criação de um novo município e a Freguesia de São José do Acará teve sua categoria elevada para Vila com

¹³ « Malgré ces aléas, il apparait que chaque famille possède son lot de souvenirs – objets, papiers de famille, photographies – qui ancrent sa mémoire ». (Ver ZONABEND, Françoise. Origines et methods de la recherché. In: CHIVA; JEGGLE, 1987, p. 106)

sua instalação datada de 23 de março de 1876. Em seguida, a Lei Provincial nº 839 que tinha sido promulgada em 19 de abril de 1875 estabelecia o desmembramento de Moju.

Na divisão administrativa realizada em 1911 o município com denominação de Acará passa a ser considerado distrito sede e pelo Decreto nº 6, de 4 de novembro de 1930, o município é extinto e tem seu território anexado a Belém. Entretanto, na Lei Estadual nº 579, de 08 de janeiro de 1932, Acará volta à sua categoria de município e é desmembrado de Belém. Numa divisão realizada em 1933, Acará é novamente elevado a posição de distrito e na Lei Estadual nº 8, de 31 de outubro de 1935 neste Ato aparecem todos os nomes dos municípios entre eles Acará.

A configuração dos distritos que aparecem nos anos de 1936 e 1937: Acará, Baixo Acará, Guajará-Miri, Itapicuru, Miriti Pitanga e Rio Pequeno. Entre 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Acará, Guajará-Miri e Itapicuru. Em 1943 Itapicuru passou a ser denominado de Jupariteua. Sendo assim, entre os anos de 1944 e 1948 o município era composto de três distritos: Acará, Guajará-Miri e Jupariteua, ex-Itapicuru. Em 1961 pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, o distrito de Jupariteua sofre nova mudança em seu nome, passando a ser: Jaguarari. E assim, em outra divisão territorial de 31 de dezembro de 1963 o município permanecia com os mesmo distritos e a partir de então continuava apresentando os mesmos distritos.

Os dados do IBGE sobre Acará tornam-se escassos de informações no período da década de 1950, então, nos remetemos aos textos dos próprios imigrantes japoneses que retomam alguns pontos da trajetória de criação e emancipação da colônia de Tomé-Açú. Em outro documento do IBGE obtive dados mais específicos sobre a constituição do município de Tomé-Açú. A partir de então, pude verificar que, após a II Guerra, com a retomada das levas de imigrantes japoneses para o município de Acará, o desenvolvimento da região experimentou um grande desenvolvimento e o número de habitantes faz com que em 1955, Tomé-Açú fosse elevado a categoria de município e desmembrado de Acará. Em 1956 foi revogado seu *status* de município e somente em 1959 o município obteve emancipação político-administrativa e passou a ser o 60º município do Estado do Pará.



Fotografia 1: Vila rural de Tomé-Açú por volta de 1939.

Fonte: Maruoka (s/d, 73)



Fotografia 2: Queimada no período inicial da colônia.

Fonte: Maruoka (s/d, p. 163)

O município de Tomé-Açú, que até 1955, fazia parte da circunscrição da sede do Acará, está localizado a 2° 30' de latitude sul e a 230 km ao sul da capital Belém, que fica no estuário do Rio Amazonas, na zona guajarina. Segundo Nagai (2002, p. 13), os principais centros públicos da circunscrição de Tomé-Açú são: a sede com o mesmo nome do município, Quatro Bocas e Água Branca, sede do Primeiro Centro onde foram instalados: a cooperativa agrícola, hospital, escola, praça de esportes, campos experimentais agrícolas, entre outras infra-estruturas. Atualmente o município é classificado como de médio porte e, segundo estimativa do IBGE para o ano de 2005, apresenta uma população de 50.951 pessoas. A sede do município Tomé-Açú possui uma significativa infra-estrutura, com hospitais, agências bancárias, restaurantes, centro comercial, porém existe um outro centro bastante expressivo que é Quatro Bocas, cerca de 6 quilômetros da sede, que possui agências bancárias, centro comercial, restaurantes, Hospital Amazônia, unidades básicas de saúde, entre outros serviços.



Fotografia 3: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú (CAMTA). Símbolo do desenvolvimento do município.

Fonte: Maruoka (s/d,)



Fotografia 4: Cruzamento das avenidas Dionísio Bentes e Saburo Chiba, ao fundo a sede da CAMTA.

Fonte: Francisco Silva Neto (21/01/2006 – Arq. Pessoal)

Além desses, no Breu *Ikkū* havia um lugarejo onde foi instalada a sede do Segundo Posto (*Daini*) com um centro de atendimento da cooperativa, consultório médico, uma escola, uma residência de professores e a casa do administrador Kizaki.

A área na qual a colônia de imigrantes japoneses foi instalada em Tomé-Açú tinha por meta principal, segundo palavras de Nagai (2002, p. 11), “a exploração em desenvolvimento e benefício da região”. De acordo com as proposições de ambos os governos, o governo japonês, em 1928, foi favorável ao que havia sido proposto pelo governo paraense. Então, criou-se a empresa denominada *Nanbei Takushoku Kabushiki Kaisha* (NANTAKU), que teria a tarefa de enviar e assentar os colonos na América do Sul. Como a verba para tal empreendimento não havia sido destinada, a empresa passou a ser administrada pela *Kanegafushi Bouseki Kabushiki Kaisha* (KANEBO), companhia esta privada de fiação e tecelagem e, um dos diretores, Hachiro Fukuhara foi nomeado presidente da Nantaku.



Fotografia 5: Localização do município de Tomé-Açú em relação ao Estado do Pará. Na parte mais clara localiza-se Belém.

Fonte: Google.com.br (Acesso: 06/01/2007)



Fotografia 6: Destaque para Tomé-Açú (direita) e Quatro Bocas (esquerda).

Fonte: Google.com.br (Acesso: 06/01/2007)

Em 1929, Fukuhara finaliza os preparativos para a criação de uma empresa nacional denominada de Companhia Nipônica de Plantação com capital total de 4 mil contos e transfere para a Companhia o contrato que havia sido assinado por ele ao receber, enquanto pessoa física, a concessão de 1 milhão de hectares de terras no Estado do Pará e, mais 3 concessões de 10 mil hectares, nos municípios de Marabá, Conceição do Araguaia e Altamira.



Fotografia 7: Hachiro Fukuhara
Fonte: Maruoka (s/d, p. 44)

O primeiro grupo de imigrantes foi recrutado no Japão. Makinosuke Usui foi o nomeado pela Nantaku como encarregado dos imigrantes. Aliado ao recrutamento, em algumas províncias já existiam Associações Ultramarinas que também realizam o recrutamento. Para fomentar a imigração, segundo Maruoka (s/d, p. 49), “*as companhias de recrutamento exibiam filmes com a produção de cacau, este sendo o principal produto, e exposições com amostras de arroz, feijão, fumo de corda e diversas qualidades de madeiras extraídas da região amazônica*” e que serviam de atrativo para os pretensos imigrantes. Um dos fatores que levam os candidatos à imigração é a possibilidade de se transformar em proprietário de um lote de 25 hectares, fator este que gerava grande atrativo. Deve-se levar em consideração que, a própria formação da Nantaku, uma empresa de propriedade da Kanebo, empresa esta muito bem conceituada no Japão e que gerava confiança nos candidatos à imigração.

<i>Números de imigrantes japoneses</i>			
Ano de chegada	Pessoas	famílias	Solteiros
1929 (set)	189	43	9
1929 (dez)	186	35	-
1930	-	18	-
1929-1937	2.104	352	-
1953-1980	1.797	278	264

Quadro 1: Imigração japonesa para o Pará.
Fonte: Maruoka (s/d, p. 163)

Após a seleção dos candidatos era solicitada a cada pessoa responsável pela família emigrante a assinatura de um contrato no qual constavam várias cláusulas, dentre elas¹⁴:

- a) ao emigrante era concedido um auxílio de 200 ienes, por parte do governo japonês, para as despesas da viagem;
- b) o emigrante deveria possuir recursos próprios de 300 ienes para despesas e custeio inicial do primeiro ano na colônia, o valor deveria ser depositado aos cuidados da Companhia de Imigração, uma conta seria aberta em nome do imigrante e, ao rendimento, seria acrescido juros de 5% ao ano;
- c) o terreno que seria emprestado ao imigrante deveria possuir uma casa que serviria de residência;
- d) a colheita teria sua distribuição de 7-3 e o terreno poderia ser-lhe vendido caso houvesse interesse pela compra, cada imigrante deveria depositar 10% da receita em dinheiro para constituir fundo para a aquisição do terreno;
- e) a industrialização e a venda dos produtos determinados pela Companhia seriam entregues a ela;
- f) o tratamento de doenças tropicais adquiridas seriam dispensadas sem custo.

Nestes termos, o contrato era assinado junto a um fiador. A partir da assinatura do contrato os emigrantes eram considerados aptos para embarcar em direção ao Brasil.

2.3 SER IMIGRANTE/EMIGRANTE

Sayad (1990) utiliza a concepção dos juristas, as categorias “nacionais” e “não-nacionais” em relação aos imigrantes, sendo que esses não-nacionais, para o autor, são entendidos como um inconveniente e deslocados de forma bidirecional, ou seja, tanto no sentido geográfico (exportada e expatriada) quanto étnico, neste caso da inconveniência por pertencerem à outra raça.

O fenômeno migratório, ainda segundo Sayad (1990), torna-se fato universal quando se tem esses deslocamentos entre países pobres e ricos ou pelos menos para países menos pobres. Nesta última forma enquadra-se ao caso brasileiro, pois, os japoneses buscavam a solução para suas carências econômicas – o Japão passava por um período conturbado e de transição econômica – ou pelo menos amenizá-las num país menos pobre. O contexto dessas imigrações é recorrente e bipolarizam o mundo entre países “pobres” (emigrantes) e “ricos” (imigrantes).

¹⁴ Ver Maruoka (s/d, p. 50-51).

Essa discussão torna-se mais evidente nos textos escritos por Sayad (1990; 1998) que lança novas formas de se pensar na imigração, pois, até então, entendida apenas a partir do país receptor. Dentro dessa abordagem podemos pensar não apenas nos inconvenientes que os imigrantes possivelmente causariam ao Brasil, ou ao Estado do Pará, ao lembrarmos dos japoneses que começaram a desembarcar em 1929, em direção a colônia de Tomé-Açú. Devemos ter em mente também as particularidades das trajetórias percorridas por essas pessoas e as políticas públicas empregadas com o intuito de fomentar a imigração (SAYAD 1998).

Isso nos leva a repensar no discurso nacional (Ver SEYFERTH, 1997; SCHWARCZ, 1993; LESSER, 2001) de que o imigrante japonês vinha para o Brasil em troca de um pecúlio e que voltaria para sua terra natal com um razoável capital acumulado e deixaria lugar para outro. Esse foi o centro da campanha que ambos os governos fizeram para atrair os japoneses que estavam em condições desfavoráveis para conseguir uma melhor condição de acesso a terra, já que esta estava se tornando cada vez mais escassa no Japão.

A campanha de incentivo a vinda para o Brasil tomou grandes proporções pelas vantagens oferecidas, como por exemplo, o cartaz que circulava nos principais meios de comunicação no Japão, como veremos no próximo capítulo. Porém, no interior paulista, a idéia do retorno já começava a sumir do pensamento dos imigrantes desde a década de 1920, segundo Handa (1987). Mesmo assim, o motivo da vinda para o Estado do Pará era diferente dos que se dirigiram para o Estado de São Paulo. Daí a explicação da euforia por parte da maioria dos imigrantes, como poderemos ver nas memórias daqueles que deixaram sua trajetória escrita.

A posição ocupada pelos imigrantes: “deslocados”, “inclassificável”¹⁵, tanto espacial quanto socialmente e as conseqüências que isso irá acarretar no plano social, principalmente. Os direitos que o Estado brasileiro reserva aos imigrantes não é o direito de fato que deveriam ter e, passam então, a não serem cidadãos no sentido de não poderem usufruir do mesmo *status* que os nacionais possuem, por exemplo.

¹⁵ Bourdieu (Apud SAYAD, 1998, p. 11. Prefácio)

O contato com os documentos oficiais, me mostrou que, a imigração japonesa para o Estado do Pará não possuía explicitamente um cunho de ‘pobreza importada’ como analisa Sayad (1990) em relação aos argelinos emigrados para a França¹⁶. Pensar nos imigrantes japoneses ao chegarem a Belém significa ler no principal jornal local a notícia de que eles estavam vindo como incentivo para o desenvolvimento local, o que escamoteia e atenua de certa forma, a pobreza que não tinha solução no Japão, como demonstra a notícia publicada pela Folha do Norte do dia 15/09/1929:

Devendo chegar amanhã a Belém a primeira leva de colonos que a Companhia Nipponica de Plantações do Brasil, com sede em nossa capital, contractou para exercerem a sua actividade em grandes empreendimentos agricolo-industriais projectados por essa poderosa empresa, no interior do nosso Estado [...]

De acordo com a notícia acima, inicia-se no dia 16 de setembro de 1929 a história das 189 pessoas que chegaram ao Pará e, em seguida, foram encaminhadas ao destino final da viagem, Tomé-Açú onde completaram sessenta e quatro dias de viagem desde que saíram de sua terra natal.

¹⁶ Abdelmalek Sayad é especialista em problemas de imigração e levanta questionamentos fundamentais para a discussão sobre o etnocentrismo inconsciente presente na retórica dos países que acolhem os imigrantes. O autor faz com que os personagens principais, os imigrantes, falem ao longo de seu texto. No livro intitulado: “A imigração e os paradoxos da alteridade” o autor utiliza uma análise muito mais sutil em relação ao inconsciente dos próprios argelinos emigrados para França quanto dos franceses em relação aos argelinos e com isso faz uma relação às análises de outros tipos de confronto entre culturas. Ver: Sayad (1990; 1998).

3 A imigração japonesa para o Brasil e seus antecedentes

“As nuvens seguem em direção aos Andes.
Atravessando a tão sonhada Belém
.....
Aqui é a Amazônia, a grande floresta verde.
Deixando para trás todos os sofrimentos (sacrifícios)
.....
Cantando o Ritmo da Amazônia.
Venceremos através das gerações”

(*Amazon Ondo*)¹⁷

É provável que os japoneses nada soubessem sobre o Brasil até meados do século XIX, segundo Ninomiya (1996), porém, é possível que alguns brasileiros e portugueses residentes no Brasil soubessem algo sobre o Cipango ou Zipang¹⁸.

Ainda segundo o mesmo autor, no Ocidente o Japão já havia sido retratado no relatório sobre o Oriente escrito por Marco Pólo¹⁹ que, desde o segundo quartel do século XIII, lançou-se às viagens pelo Oriente com intuito de “lucrar” como pode ser lido na versão francesa do seu livro que mostra ao leitor a riqueza “incalculável” observada por ele no Japão. Da mesma forma, na obra de Camões, *Os Lusíadas*, no século XVI, o autor faz alusão no Canto X, 131 às várias “Ilhas espalhadas” que fazem parte do Japão; nas realizações catequéticas da Companhia de Jesus ou mesmo pelos escravos japoneses em Lisboa.

Entre pessoas que visitaram o Japão e alguns japoneses que viajaram ao Brasil, ainda segundo Ninomiya (1996, p. 246), o primeiro brasileiro a visitar o Japão teria sido o cientista Francisco Antonio de Almeida que fora enviado pelo governo imperial brasileiro em uma missão francesa para observação do planeta Vênus. Este planeta passaria pelo disco solar no

¹⁷ Parte da letra da canção “Ritmo da Amazônia” (*Amazon Ondo*), composta em língua japonesa pelo vice-presidente da APANB, em comemoração aos 75 anos de imigração japonesa para a Amazônia no ano de 2001. A letra da canção descreve com perfeição a trajetória de vida dos imigrantes como podemos perceber em várias partes da composição. [trad. minha com auxílio da prof^a. Midori Makino]

¹⁸ Este termo foi utilizado pelos portugueses ao se referirem ao Japão.

¹⁹ Marco Pólo relata em sua obra **O livro das maravilhas**: a descrição do mundo (2006, p. 200) sua impressão em relação ao Japão: “[Cipango] é uma ilha do Levante, que está afastada da terra 1.500 milhas. É uma ilha muito grande. Os índios são brancos, de boas maneiras e formosos. São idólatras e livres, têm rei próprio, que não é tributário de nenhum outro. Têm ouro em abundância, mas o rei não deixa levar, e por essa razão há lá poucos mercadores e poucas vezes ali vão as naus.”

dia 9 de dezembro de 1874 tendo o melhor ponto de observação a partir da China ou do Japão, sendo este o país escolhido.

Como analisa Moore Jr (1967, p. 239), no início do governo Tokugawa (Período Edo, iniciado em 1603) o Japão apresentava características que apontavam o fim do feudalismo, sendo que a principal dessas características era o contato com outros países. Como forma de conter esses contatos, Tokugawa resolveu através dos Editos de 1633 a 1641 fechar o país aos contatos estrangeiros e às competições internacionais. Contudo, a aristocracia feudal e mesmo os camponeses almejavam a abertura dos portos às outras nações. Tiveram, no entanto, que esperar mais de duzentos anos para que o país fosse reaberto ao mundo.

Ainda segundo Moore Jr. (1967), a Restauração Meiji (ou Governo Iluminado) fora instalada a partir dos vários levantes violentos dos camponeses, de cunho antifeudal e, pela aristocracia que ainda almejava os contatos internacionais. A Restauração teve um caráter simbólico pela intervenção de forças internacionais, mas, a Restauração em si não foi decisiva e suas implicações para o futuro da sociedade japonesa não eram muito claras naquele momento. A Restauração marca uma fase decisiva para redefinir a imagem do Japão como parte de uma sociedade industrial moderna.

A pressão do crescimento populacional e a conseqüente dificuldade de acesso à terra são algumas das principais razões que levam o governo japonês a adotar o envio de trabalhadores para outras partes do mundo, haja vista, que as migrações internas para a ilha de Hokkaido²⁰ não foram suficientes para controlar os níveis demográficos do país. A partir das reformas administrativas, leia-se Restauração Meiji, como veremos a seguir, o governo japonês adotou desde 1868, como estratégia política, o envio de trabalhadores para outras partes do mundo, a princípio, para a Ásia e Oceania, depois para as Américas.

Os governos brasileiro e japonês iniciaram conversações para introdução de imigrantes japoneses já no final do século XIX. Essa negociação toma mais fôlego em 1892 quando o Brasil resolve promover as imigrações japonesa e chinesa. Em 1894 com a vinda de

²⁰ Ilha localizada na região setentrional do Japão. Teve a produção agrícola estimulada pelo uso de novas técnicas e fertilizantes desenvolvidos com auxílio de técnicos americanos. Desde o início da Restauração Meiji em 1968, o governo japonês adota uma política de envio de trabalhadores para outras partes do mundo e inicia-se em direção a Ilha de Hokkaido, ao norte. Ver: SAKURAI, Célia. In: FAUSTO, Boris, 2000.

um enviado especial para assuntos sobre imigração, Sho Nemoto²¹, ambos os governos continuam suas negociações e, finalmente, no dia 5 de novembro de 1895, em Paris, é assinado o primeiro tratado entre Brasil e Japão (Ver LESSER, J. 2001, p. 154; NINOMIYA, 1996, p. 246; SAKURAI, C. 2000, p. 206).

Em relação ao Tratado assinado entre Brasil e Japão, segundo Ninomiya (1996), é interessante o fato de que nesse período os tratados eram assinados sob uma nova perspectiva já que outros acordos celebrados após 1858 durante o período Tokugawa assinados com países ocidentais (Estados Unidos, Holanda, Rússia, Reino Unido e França) foram considerados “desvantajosos”, pois, estes países não reconheciam o Japão como sendo um país civilizado.

Os tratados assinados anteriormente não consideravam o Japão enquanto país civilizado, duas das principais desvantagens desses primeiros tratados eram os prisioneiros de guerra entregues aos consulares que muitas das vezes cometiam injustiças quanto ao julgamento. Outro fator diz respeito, à taxação de produtos que chegavam ao Japão, impedindo de serem tributados, enquanto que os produtos japoneses enviados para o exterior sofriam altas taxações. Isso certamente opunha-se aos interesses da classe comerciante do Japão que mantinha relações com os mercados internacionais. Daí a necessidade e o incipiente interesse em romper com os antigos tratados e formalizar novas relações com países que passariam a reconhecer o Japão enquanto país civilizado.

Porém, em 1895, é firmado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, sem se estabelecer qualquer entendimento quanto à questão da imigração. A imigração de japoneses para o Brasil só é pensada com maior afinco no momento em que a economia cafeeira passa a necessitar de mão-de-obra. Com a alta no preço do café no mercado internacional no início do século, os cafezais paulistas expandem a sua área de cultivo. Ao mesmo tempo, o governo italiano restringe a vinda de novos contingentes para o Brasil em 1902, gerando carência de braços para os cafezais. Diante deste quadro, os cafeicultores paulistas se decidem pela contratação da mão-de-obra japonesa (SAKURAI, 2000, p.206).

²¹ Responsável pelas relações exteriores do governo japonês e pela questão imigratória.

Após a Restauração Meiji, o governo japonês enviou ao exterior missões que tinham como intuito renegociar os tratados que eram considerados “desvantajosos”. No entanto, os resultados não foram os esperados. O México que, até então, não participava de nenhum acordo internacional com países asiáticos, foi o escolhido para se propor um acordo baseado na reciprocidade a fim de servir de modelo às demais nações, de maneira a repensar a estrutura que vinha sendo empregada nos termos dos acordos.

A princípio o Brasil apresenta reservas quanto à vinda de imigrantes japoneses por poder contar, naquele momento, com imigrantes de outras origens para preencher as necessidades de mão-de-obra. É forte também a pressão de ordem racial contra a entrada de “amarelos”²² no País.

Para o Japão, segundo Sakurai (2000, p. 216), o “ponto culminante” na questão da emigração, é a proibição definitiva de entrada nos Estados Unidos, em 1924. Exemplo este que fora seguido por outros países americanos como Peru, México e Canadá, bem como para a Oceania e países que estavam sob o protetorado inglês e francês. Os japoneses não poderiam entrar nem como trabalhadores temporários, pois, até então, pesava o fato das pessoas serem da raça amarela. Restando apenas alguns poucos países que recebem pequenos contingentes como é o caso da Bolívia, Paraguai e a Colômbia.

Porém, vale ressaltar que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação assinado em 1895 não estabelecia qualquer entendimento em relação à imigração. A imigração asiática passa a ser cogitada no momento em que as fazendas cafeeiras necessitavam de trabalhadores já que os imigrantes europeus haviam causado problemas. Muitos italianos, por exemplo, já haviam sido deportados acusados de “anarquismo”.

A expectativa de vinda dos asiáticos provocou discussões acerca da mongolização da nação brasileira e, tendo os japoneses vencido a guerra sino-japonesa (1894-1895)²³ havia inclusive temor do poderio militar do Japão, segundo Lesser (2001, p. 162). Esse debate

²² Esta era uma categoria de uso freqüente em documentos oficiais e jornais da época, e também é referida em uma das classificações raciais utilizadas pelo IBGE.

²³ Segundo M. Savelle (1990, p. 508), o Tratado de Ximonoséqui [sic], assinado em 1895, assegurou a ascendência do Japão sobre a China na Coréia e abriu novos portos chineses a todas as nações. A China cedeu também ao Japão a ilha de Formosa com as próximas dos Pescadores. As ilhas Riuquiu [sic], por longo tempo alvo de disputa, foram consideradas como japonesas. Além disso, a China foi forçada a pagar generosa indenização, que reembolsou o Japão dos gastos com a guerra.

corria paralelamente ao do branqueamento da nação através da imigração européia. O debate sobre o branqueamento torna-se tão acalorado que vários autores publicam livros sobre a questão das raças e discorrem principalmente sobre as que são consideradas “perniciosas”. Como exemplo, temos Oliveira Viana que em 1923 publica o livro intitulado *Evolução do Povo Brasileiro*²⁴ trabalho este em que o autor discute sobre a seleção étnica, o problema de cruzamento das raças e a forma pela qual se pode obter o apuramento da raça.

Por ocasião da chegada dos primeiros imigrantes em 18 de maio de 1908 em São Paulo a bordo do *Kasato Maru* com a vinda de “781 pessoas que desembarcaram no Porto de Santos”, às 9h30m no cais de número 14 e, atualmente, armazém 16, conforme Sakurai (2000, p. 201). Os japoneses eram tidos como honestos e trabalhadores, segundo discurso da época (MARUOKA, s/d, p. 43). Ainda segundo a mesma autora, a partir de então, cerca de 234 mil imigrantes se fixaram no Brasil.



Fotografia 8: Kasato Maru
Fonte: mol.co.jp (acesso: 30/10/2006)

O navio Kasato Maru foi adquirido pela O. S. K. Lines (*Osaka Shōsen Kabushiki Kaisha Lines*) em 1912 (MOL, 2004. online)²⁵. Anteriormente, o navio-hospital russo chamava-se Kazan, e foi transferido para o Japão como auxílio à guerra Sino-japonesa. Ficou famoso quando realizou sua primeira viagem trazendo imigrantes japoneses para o Brasil.

²⁴ Ver Oliveira Viana (1956).

²⁵ Mitsui O. S. K. Lines (MOL)

Mesmo assim, tramitava no Congresso Nacional um Projeto de Lei que limitava a entrada de “amarelos” no Brasil, porém, o governo japonês mantinha a intenção de enviar imigrantes japoneses para outros Estados brasileiros.

Um fato curioso chamou a atenção das pessoas da época que tiveram maior contato com os imigrantes japoneses, pois, era diferente a vida dentro do navio que os transportava em comparação com as outras etnias que vieram anteriormente em direção ao Brasil. O diplomata norte-americano, citado por Lesser (2001, p. 175), L. H. Gourley, que viajou a bordo do *La Plata Maru*, observou que a vestimenta dos imigrantes japoneses seguia a moda européia e, além disso, eram bem organizados, com fartura de comida e serviço médico a bordo, além de manterem um horário regular de aula para as crianças enquanto que os adultos participavam de um programa de ginástica e palestras²⁶ para levantar o moral.

3.1 EM DIREÇÃO AO PARÁ

Dentre as normas jurídicas que regulam o movimento migratório destaca-se o Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890 expedido por Francisco Glicério que regulava toda a questão de imigração e colonização de imigrantes.

O Decreto nº. 528 preconizava, na primeira parte, a respeito da introdução de imigrantes, que, aqui chegados, poderiam voluntariamente procurar colocações a salário nas fazendas, nas fábricas, nas construções, nos campos, ou nas cidades; nas pequenas lavouras e no povoamento do território, instituindo auxílios pecuniários diretos da União, em favor dos proprietários de terras, cultivadas ou não, que as quisessem dividir em lotes, cedê-las às famílias de imigrantes; e, no mesmo sentido, cedendo terras devolutas a particulares, pelo preço legal taxado ainda no domínio do Império, sob a condição de as fazerem medir e demarcar, e, por sua vez cederem, os mesmos lotes, às famílias de imigrantes.

²⁶ Da mesma forma eram mostrados filmes que podemos assemelhar aos que são exibidos pelas companhias aéreas atualmente sobre os procedimentos para passagem na alfândega. (Ver LESSER, 2001, p. 175)

Sendo assim, a política imigratória estava baseada em três objetivos básicos: valorizar as terras desgastadas pela grande lavoura; repovoar propriedades então despovoadas; demarcar as propriedades públicas e privadas e, finalmente, povoar as terras em territórios calculados de 200, 500 ou 1.000 famílias, ligando-se esses núcleos coloniais aos portos, às estações das ferrovias federais e estaduais, às povoações normais em suma, por estradas de ferro econômicas, de modo a estabelecer-se continuidade entre as antigas cidades e vilas da União, e essas novas povoações e municípios coloniais, dando-se, de mais a mais, saída fácil e segura às produções agrícolas e às permutas comerciais.

De acordo com o Decreto exposto, podemos entender melhor o motivo que pautava o governo do Estado do Pará ao incentivar a vinda de imigrantes japoneses para povoar áreas até então despovoadas do Estado.

O uso do termo “colônia” pode ser pensado a partir da pequena propriedade como assim a classifica Seyferth (1990, p. 24), daí o surgimento de povoados a partir da distribuição dos lotes aos colonos, organização do espaço, tipo de moradia e o conseqüente desenvolvimento urbano. A análise feita por Seyferth chama atenção pela aproximação que é dada aos vários grupos de imigrantes que chegaram ao Brasil. Os grupos que se formaram dentro dessas comunidades coloniais concentram atividades características das classes camponesas. As unidades da pequena propriedade são policultoras e a administração fica por conta dos próprios membros das famílias imigrantes e sua forma de produção se mantém desde o período pioneiro da imigração até os dias atuais mesmo que as características tenham sido alteradas ao longo dos anos: a diminuição dos lotes e a monocultura são exemplos.

O tamanho dos lotes distribuídos para as famílias japonesas na colônia de Tomé-Açú eram de 25 hectares, mas esse padrão tornava-se variável dependendo das condições da terra, como podemos observar no relato do senhor Yamada (2006)²⁷: *“Em alguns lugares era pouco menos que 25 hectares, devido às condições do terreno, mas obedecendo a essa estrada que foi aberta até Água Branca, foi feito o loteamento onde não tinha piçarra.”*

²⁷ Entrevista concedida em: 23/01/2006. Nascido em Tomé-Açú, os pais vieram para o Pará na primeira leva de imigrantes japoneses em 1929. No livro “Canção da Amazônia”, a autora Fusako Tsunoda conta a vinda da família Yamada para a colônia de Tomé-Açú.

De acordo com Maruoka (s/d), em 1923, chega ao embaixador Shitita Tatsuke, no Rio de Janeiro uma petição enviada pelo governo do Estado do Pará que pleiteava o recebimento de imigrantes japoneses. No ano seguinte, 1924, a embaixada do Japão no Rio de Janeiro envia o secretário Ryoji Noda e o adido naval Morimoto à Amazônia que, após reunião com o governador do Pará, Antonio Emiliano de Sousa Castro, seguem para o Amazonas e elaboram um relatório a ser apresentado ao retornarem à Embaixada.

No Estado do Pará, as famílias japonesas começaram a chegar a partir de 1929 e, diferentemente do que aconteceu no Estado de São Paulo, no início do século, quando a imigração era direcionada para as lavouras cafeeiras, os japoneses que aqui aportaram se destinavam ao povoamento da região amazônica, satisfazendo, assim, interesses bilaterais entre as nações envolvidas.

Leo Weibel (1958 apud SEYFERTH, 1990, p. 14) nos esclarece que os governos estavam interessados em estabelecer esses imigrantes em regiões despovoadas sendo que estes colonos seriam pequenos proprietários com lotes que variavam de 20 a 50 hectares, utilizando exclusivamente mão-de-obra familiar. Não poderiam criar gado, principal atividade da região Sul do país. Weibel (1958 apud SEYFERTH, 1990) se refere às imigrações alemã e italiana ocorrida na região sul com dois pólos: Blumenau (1850) e Brusque (1860). Estas duas regiões formaram comunidades homogêneas e isoladas apenas no início do século XX foram estabelecidos imigrantes de outras origens (italianos e poloneses, principalmente).

Com relação à imigração japonesa, cabe esclarecer que a imigração foi tutelada a partir de 1924 até 1941, tanto pelo Estado brasileiro, quanto pelo japonês (SAKURAI, 2000, p. 219). Ressalta-se, igualmente, que não é possível dar conta da formação de uma nova identidade dos japoneses no Brasil, e em particular no Pará, sem considerar as políticas de emigração/imigração adotadas pelos governos.

A título de compreensão, parece-me relevante analisar os tipos de imigração estabelecidos nos Estados de São Paulo e Pará. Os imigrantes pioneiros que chegaram ao Estado de São Paulo em 1908 tinham destino certo, ou seja, eram encaminhados para as fazendas cafeeiras onde eram contratados para trabalhar na colheita do produto. Para Seyferth (1990), essa singularidade da colonização em São Paulo caracteriza-se pela diferença entre as

demais que ocorreram em outros estados brasileiros, onde se constituíram colônias etnicamente homogêneas, como em Tomé-Açú (Estado do Pará), por exemplo.

Segundo Lesser (2001, p. 159), o contrato firmado em 1907 para São Paulo abrangia cerca de três mil trabalhadores japoneses. Esse primeiro período da imigração japonesa para o Brasil vai de 1908 a 1924, de acordo com Sakurai (2000, p. 208), este período é classificado como fase experimental, pois, nem os japoneses nem os brasileiros sabiam se as conseqüências seriam positivas ou negativas em relação ao empreendimento estabelecido por parte de ambos os governos.

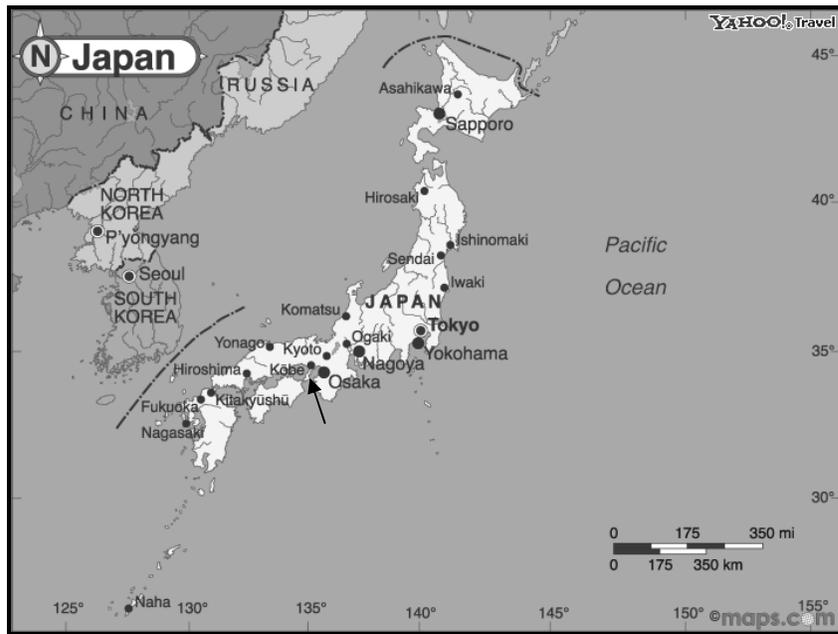
Durante a segunda fase²⁸ da imigração japonesa para o Brasil, de 1924 a 1941, se dá a chegada das primeiras levas de imigrantes para o Estado do Pará. Neste período a imigração é considerada, segundo Sakurai (1993, p. 41; 2000, p. 219), como “tutelada” por ser subsidiada pelo governo japonês, o que torna o sonho em explorar o *El Dorado* mais próximo dos parentes e vizinhos. Daí uma das maiores diferenças entre a imigração de outras etnias, os japoneses vieram para o Brasil aos moldes de uma imigração oficial, com passagem subsidiada e já com os lotes de terras determinadas. A concretização das expectativas implicaria significativa melhora das condições de vida o que, parecia cada dia mais improvável na terra do Sol Nascente:

Pelo que meus pais contavam naquela época, o Japão também passava por dificuldades. Principalmente agricultores. Veja que nossa família morava no interior mesmo da província de Hiroshima já na fronteira do Shimane, província do Shimane, o terreno que meu pai tinha era um pedacinho de terra. Nem se compara com o terreno daqui do Brasil. Então, eu acredito que meu pai pensou no futuro. Para ficar lá no Japão não tinha progresso, não tinha condições de adquirir nada e, na época em que surgiu a imigração nesse período no Japão: Brasil, Argentina, Peru e assim por diante. E eu não sei como foi que surgiu o Brasil, entendeu? Se interessou para o lado do Brasil e aí se manifestou lá com o governo e o governo acatou. Aí formaram o grupo. A primeira imigração foi de 43 famílias através do sorteio parece, uma coisa assim. Bem, eu não sei direito essa parte.

(Entrevista de Yamada)

Esses imigrantes vêm de várias regiões rurais do Japão tradicionalmente expulsoras, no entanto, as cidades japonesas, também enviaram emigrantes.

²⁸ Ver Sakurai (In: FAUSTO, 2000, p. 208), que classifica a imigração japonesa dividida em dois momentos, como foi citado anteriormente, a primeira fase é considerada pela autora como sendo experimental. A segunda fase corresponde ao período em que as imigrações recebiam subsídio do Estado, no caso dos imigrantes vindos para o Pará o subsídio era tanto do governo brasileiro, quanto do japonês.



Mapa 1: Principais cidades do Japão
Fonte: Yahoo.com (Online, Acesso: 14/11/2006)

Alguns motivos como a política externa japonesa foram decisivos para muitos emigrantes. O país lançava-se, desde 1910, quando anexou a Coréia, a uma campanha imperialista. Outro fato importante marca a vida desses imigrantes, o grande terremoto na região de Kanto (*Kantoo Daishinsai* 関東大震災), que engloba Tóquio, Yokohama e áreas próximas, no dia 1º de setembro de 1923, atingiu 7,9 na escala Richter deixou mais de 3 milhões de desabrigados e a morte de 133 mil pessoas e a destruição de várias cidades. Em 1925 foi decretada a Lei de Segurança Interna que proibia qualquer penetração de ideologias externas, sendo que os militares eram os principais repressores dos que infringissem à lei.



Fotografia 9: Imagem de uma cidade na região de Kanto após o terremoto de 1923.

Fonte: UNITUS.IT (Acesso: 11/11/2006)

Por outro lado, a campanha de divulgação empreendida pelas companhias de imigração ajudava a convencer várias famílias, por utilizarem o sistema de tutela que fomentava a emigração desde a cidade/província até o destino final, no caso o Estado do Pará (SAKURAI In: FAUSTO, 2000, p. 221).

Os primeiros imigrantes foram instalados numa colônia agrícola implantada por uma empresa japonesa em Tomé-Açú. Ao longo dos anos, seja por causa das dificuldades encontradas na lavoura ou, simplesmente, em virtude de problemas de adaptação²⁹, os imigrantes se dispersaram pelo Estado do Pará ou, então, foram procurar oportunidades em outros estados. Muitos dentre eles se estabeleceram em Belém. Nesse caso, era devido aos lotes que lhes eram destinados, muitos destes, eram de baixa ou pouca produtividade, o que tornava a terra muito diferente do Japão, da mesma forma que havia acontecido com as terras que os colonos trabalhavam no Estado de São Paulo, como analisa Sakurai (1993, p. 44), no estado do Pará a situação é análoga à medida que a vegetação ainda era nativa e teria que ser derrubada para o cultivo.

No caso específico do Estado do Pará, procuro abordar o que significa ser “japonês”, ou de maneira mais abrangente, ser “oriental”, ou seja, como foi construída esta representação que permeava a mentalidade da intelectualidade paraense e que, muito provavelmente, não

²⁹ Nem todos os imigrantes eram de origem camponesa como veremos adiante. Além disso, imigrantes de diversas origens e culturas diferenciadas foram obrigados a viver em conjunto e a aceitar formas de vida coletivas e impostas.

chegou com os imigrantes, mas que informa a construção da identidade. Sendo assim, poderei identificar como se refletiu essa imagem de ‘ser oriental’ para os japoneses. E como os próprios japoneses passaram a se perceber enquanto membros de uma nova nação.

Essa imagem oriental que os imigrantes traziam consigo despertou a curiosidade das pessoas quando da chegada na cidade de Belém, como podemos ler no jornal Folha do Norte do dia 18 de setembro de 1929.

O navio Manila Maru havia chegado à capital paraense no dia anterior (17 de setembro de 1929). O jornal noticia que: “*ao ponto de desembarque affluiu grande numero de curiosos para verem e admirarem o aspecto dos immigrants que se apresentam bem dispostos e sadios*”³⁰. Isso mostra a curiosidade dos paraenses em ver os orientais.

3.2 A FORÇA PARA VENCER

Como muito bem observa Sakurai (1993, p. 101), os imigrantes foram influenciados pela idéia do *gambaré*³¹, e os meios de comunicação estatal do Japão encarregaram-se dessa tarefa com as diversas campanhas que incentivavam a emigração. A idéia de *gambaré* está baseada na concepção de que todos os esforços e sacrifícios são válidos, e, portanto, necessários, especialmente se forem realizados em função da nação representada pela figura do Imperador que, naquele momento ainda era considerado divino.

A aspiração inicial dos imigrantes no Brasil era a de progredir economicamente e de garantir a educação para os filhos. Entretanto, para que isso se tornasse realidade, foi preciso muita perseverança dos imigrantes que tiveram que enfrentar circunstâncias que não eram previstas em seus sonhos de ascensão social. Como podemos observar nas análises feitas por Sakurai (1993, p. 41), havia “uma grande esperança” por parte dos japoneses em fixar

³⁰ Grifo meu.

³¹ A autora utilizou a escrita de acordo com a regra gramatical da língua portuguesa, na qual, deve-se usar a letra M antes das consoantes B e P, no entanto, na língua japonesa a letra M não é grafada isoladamente, portanto, a palavra seria grafada como *gambaré*. Utilizarei desta última forma.

residência no Brasil e isso é apreendido pelas leituras das memórias deixadas pelos imigrantes como poderemos ler nos relatos no próximo capítulo.

Ao me referir em “circunstâncias imprevistas”, no parágrafo anterior, é no sentido dos imigrantes terem sido colocados frente a um impasse que precisava ser resolvido da melhor forma possível, pois, o futuro dos filhos estaria em jogo. O impasse se refere ao ensino que as crianças receberiam, pois, a idéia principal, se não de todos, mas da maioria dos que imigraram, era de retornar para o Japão em no máximo 5 anos, o que explicava a relutância de muitas famílias em não quererem que seus filhos recebessem a educação nos moldes brasileiros. Pois, para eles, a volta para a terra natal era “quase certa”.

Sendo assim, o ganbare, como foi citado anteriormente, foi o grande impulsionador, tanto antes da partida do Japão, quanto após o estabelecimento dos imigrantes na colônia de Tomé-Açú. No Japão, como a economia estava em vias de estagnação desde o final da era Feudal, com as reformas do governo Meiji, segundo os legisladores, a imigração passava a ser um ato nacionalista.

Antes da imigração o governo japonês enfatizava a idéia do imigrante se estabelecer e vencer no país receptor, como também, veiculava cartazes que incentivavam a imigração, mostrando que o Brasil era o país receptor e que, os japoneses, deveriam seguir em sua direção³². Como podemos ver abaixo:

³² Na imagem do cartaz de iniciativa do governo japonês, usado a partir de 1923, podemos observar a figura de um agricultor jovem e musculoso apontando para o Brasil, enquanto na sua outra mão segura uma enxada e no outro braço dobrado sua família aparece sentada e uma das crianças acenando com a bandeira japonesa. Ao lado está escrito: “Agora vamos, levando a família para a América do Sul!”. Ver: Lesser (2001, p. 173)



Fotografia 10: Cartaz da Companhia de Imigração.
Fonte: educacional.com.br (online, 14/11/2006).

Os imigrantes estavam cientes desse sentimento de conquista da nova terra que lhes era dada por parte dos governos japonês e brasileiro. Isso não significava que eles vinham com o intuito de fixarem residência permanente no Brasil, ao contrário, os imigrantes almejavam o rápido enriquecimento e o retorno ao Japão. A necessidade de permanecer se deu ao longo dos anos.

A emigração se dava em razão da política de expulsão do excedente populacional japonês, cujo reverso da medalha envolvia a expansão do império japonês por parte desses imigrantes que viriam povoar outras partes do mundo. É possível que esse espírito se reproduzisse em emigrantes que, ao deixarem o Japão, não buscavam apenas novas oportunidades, mas, tinham também a função de colonizadores³³.

No período antecedente à vinda dos imigrantes japoneses para a região amazônica, como ressalta Sarges (2000), os paraenses tiveram um *boom* de riqueza através da extração

³³ O sentido empregado ao termo “colonizadores” se refere aos imigrantes e as pequenas propriedades (colônias) que eram distribuídas. Tem o mesmo sentido no caso de região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, ou seja, a área rural de um município. Seus habitantes são colonos. Categoria esta que sobreviveu ao longo do tempo e designa o camponês. Este termo também é usado para se referir a propriedade agrícola do colono. Ver: Seyferth (1990, p. 25, nota de rodapé).

gomífera o que produziu o período considerado como a *belle-époque*, principalmente no Estado do Pará.

Essa fase áurea vai de 1850 até a decadência por volta de 1912. No período em que os imigrantes chegam à região amazônica, apesar da decadência, Belém ainda é influenciada pela cultura européia através dos hábitos e pensamentos políticos. Belém era, ainda segundo Sarges (2000, p. 112), uma capital “mais européia do que brasileira”, era financeiramente ligada à Inglaterra e culturalmente à França.

Segundo Said, E. (1994, p. 4), autor que analisa de forma muito sutil as representações do Oriente no Ocidente. O Oriente estava muito em voga e a Europa voltava-se a “desvendar” as maravilhas do Oriente, desde o final do século XIX entrando pelo século XX, no eixo França, Inglaterra e Estados Unidos. Dentro dessa perspectiva, o mesmo autor se refere ao “atrelamento com a Europa”, quando mostra como naquele continente se constrói uma concepção do ser ‘oriental’ - uma *visão estereotipada do exótico*³⁴ que permeava o imaginário das elites européias no final do século XIX, início do século XX, como veremos adiante.

Said (1994), em sua análise rompe com os estudos sobre o Oriente, escritos até então, uma vez que o autor se utiliza de leituras e releituras européias de textos orientais, incorporando o conceito Foucaultiano de discurso. Se considerarmos a circulação de idéias, tecnologias e artes entre Europa e Brasil, incluindo Belém, em particular nas primeiras décadas do século XX, posso supor que esta invenção do Oriente tenha chegado à nossa cidade. E que embora muito se tenha dito ou escrito sobre o Oriente, ainda assim, a idéia permaneceu e foi incorporada pela sociedade local.

Provavelmente, o Brasil para não deixar passar despercebida esta idéia recorrente na Europa tratou de difundir-la através de seus canais de divulgação, tendo sempre, e principalmente a idéia do exótico de que o Oriente sempre fora portador.

³⁴ Grifo meu..

Segundo Said (1994, p. 14), “*nada desse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa*”³⁵ [e por extensão Belém]. E ainda de acordo com este autor, a cultura européia ganhou em força e identidade comparando-se com o Oriente como uma espécie de identidade substituta e até mesmo subterrânea, clandestina, um complexo aparato de idéias “orientais” se infiltraram na mentalidade européia e, posteriormente, em outros continentes.

A meu ver, o imigrante traz consigo a esperança de transformação, de ascensão social, só que para isso terá que negociar com a imagem inventada pelos brasileiros e em especial pelos paraenses. Quais as transformações observadas no comportamento destes imigrantes? Como tem sido construída a idéia de integração? Será que eles trouxeram aspectos da cultura japonesa para a Amazônia ou já havia uma construída pelos paraenses antes de sua chegada? Construiu-se uma imagem do Japão, com gueishas, kabuki, cerimônia do chá, entre outros símbolos, como diria Liza Dalby (2003) em seu livro “Gueixa”, no qual a autora trata especificamente desta imagem do Japão vista a partir da figura das gueishas. Deve-se considerar, que não existia apenas essa representação idealizada do Japão, e que os japoneses eram freqüentemente vistos com desconfiança e denominados de “perigo amarelo”³⁶.

As visões recorrentes nos campos: intelectual e político, nos anos 30, são conflitantes, ora pendendo para a visão do imigrante trabalhador, ora para o desconhecido perigoso. O governo brasileiro, por sua vez, utilizava relatos de figuras ilustres para desfazer essa imagem de desconhecido e perigo, como Juliano Moreira³⁷ que escreveu seu relatório de viagem oficial intitulado: “Impressão de uma viagem ao Japão” em 1928, no qual elogia as bibliotecas japonesas, a educação, a capacidade de trabalho e adaptação a novas situações.

Por outro lado, a vinda dos imigrantes propriamente dita, traz consigo uma carga de informações muito pouco exploradas como é o caso das diferenças entre os próprios

³⁵ “*Yet none of this Orient is merely imaginative. The Orient is an integral part of European material civilization and culture.*” Ver. Said (1994, p. 2) [grifo do autor].

³⁶ “O perigo amarelo” era frase constante em jornais e revistas do princípio do século. Temia-se a expansão sino-japonesa apontada como nociva”. (PASSOS, A., 1975).

³⁷ Juliano Moreira é considerado o reformador da psiquiatria brasileira. No prefácio do livro é apresentado como “sociólogo, etnógrafo, historiador, dermato-sifilógrafo, neuro-psiquiatra, psiquiatra.

imigrantes, ou seja, suas origens, costumes, dialetos, status econômico entre outras perspectivas que poderão ser abordadas ao longo de minhas pesquisas³⁸.

Como exemplo, cito um fato que me chamou à atenção a partir de uma entrevista (realizada durante a investigação para meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado ao Departamento de História da UFPA, no ano de 2002), na qual pude verificar que há uma divergência entre os próprios imigrantes em relação àquela idéia de que todos seriam agricultores no Japão antes da vinda para o Brasil, conforme revela um dos entrevistados:

Centenas de famílias vieram para o Brasil após a Guerra, pois, a situação econômica no Japão era caótica. As pessoas [os imigrantes japoneses] que iniciaram a agricultura no Brasil não sabiam cultivar a terra. Quando chegamos ao Pará, não sabíamos cultivar a terra e as pessoas dizem que os japoneses vieram preparados para o cultivo. O que aprendemos na verdade foi com o caboclo que tinha o domínio, tanto do aspecto climático, como do solo. Muitas vezes os caboclos sabiam muito mais do que os agrônomos [...]. As propagandas sobre o Brasil eram muitas, bonitas paisagens do Rio de Janeiro, isso nos motivou mais ainda a vir para o Brasil, onde achávamos que seria o lugar ideal para fazer uma riqueza rápida e então retornar ao Japão. Este era o objetivo *a priori* de todo imigrante³⁹.

De fato, após o início da década de 1920, como observa Lesser (2001, p. 177), muitos japoneses “vigaristas” voltaram ao Japão e denunciavam, através dos jornais, as empresas de colonização o que deixava parecer que o melhor seria terem permanecido em casa. A partir desse tipo de acontecimento, o governo japonês passou a selecionar de forma mais cuidadosa os pretensos emigrantes. Os que tinham prioridade desde então eram os que possuíam maiores chances de serem bem-sucedidos na empreitada, principalmente aos que já tinham alguma ocupação, que houvessem trabalhado na indústria, na agricultura ou que dispusessem um capital significativo.

A idéia de retorno estava sempre presente no momento da chegada dos imigrantes ao Pará. O elo com o Japão fora mantido, à medida do possível. Mas, todo emigrante torna-se imigrante em sua terra de origem com o passar do tempo. Os japoneses vindos para o Brasil

³⁸ Neste caso, uma questão que vale ser ressaltada, é a forma como os imigrantes japoneses chegam ao Pará. Pudemos constatar que houve uma imigração anterior àquela fomentada pelos governos a partir de 1929. Em alguns casos através de relatos escritos, é comum a presença de japoneses na cidade de Belém no início do século XX. Estes imigrantes chegaram a capital paraense provenientes do Peru, principalmente.

³⁹ Entrevista do Sr. Matsumoto [nome fictício], nascido na província de Nagasaki, 56 anos [a idade se refere ao ano de 2002], Professor universitário, chegou ao Brasil no ano de 1955.

experimentam uma segunda imigração quando voltam ao Japão e se deparam com um país muito diferente do que deixaram quando saíram para virem para o Brasil. Mesmo a língua japonesa já não é igual ao japonês falado no Brasil, que é considerada arcaica, sem citar que os costumes e comportamentos ainda hoje mantidos por muitos imigrantes no Brasil já caíram em desuso no Japão⁴⁰.

No Brasil, os grupos imigrantes construíram comunidades que procuraram manter aspectos relacionados à cultura que haviam trazido do país de origem, de forma semelhante aos imigrantes argelinos na França. Segundo Sayad (1990), moravam perto, visitavam-se, procuravam exercer um controle social uns sobre os outros. No campo familiar, procuravam manter um controle rígido, como o que era exercido no país de origem, onde os pais controlavam, por exemplo, sobre o casamento, estudos, entre outros, fazendo com que os filhos experimentassem as tensões que passaram a ser inevitáveis e as mudanças progressivas que são as causas de enormes sofrimentos para os pais e avós que percebem que, aos poucos, os jovens descendentes passam a utilizar os costumes e comportamentos dos brasileiros.

Mantidas as distâncias, a análise oferecida por Sayad (1998), destaca-se por sua generalidade, uma vez que o grupo imigrante exerce coerções sobre seus membros a fim de poder reproduzir a sua origem regional ou nacional.

As primeiras negociações formais entre o Estado brasileiro e o japonês deram-se no apagar das luzes do século XIX quando foram estabelecidas as primeiras conversações entre os governos brasileiro e japonês, segundo Sakurai (2000), sobre a introdução de imigrantes japoneses, ao mesmo tempo em que se inicia o diálogo diplomático entre os dois países.

Na concepção de Saito (1961), a imigração japonesa apresenta duas fases: a primeira seria compreendida entre anos de 1908 a 1925; a segunda de 1926 a 1941. Não é simples coincidência, pois, o fato de os sete anos, entredatados de 1928 a 1934, fases antecedentes e

⁴⁰ A dificuldade com a língua japonesa encontrada pelos imigrantes que, depois de anos de trabalho no Brasil, ao voltarem ao Japão para rever seus parentes e amigos é compreensível pelo fato da invasão de termos de origem norte-americana. Logo ao desembarcarem no aeroporto de Narita esses imigrantes se deparam com uma grande quantidade de termos que até então eram desconhecidos. Outro aspecto interessante é o cumprimento entre os japoneses denominado de *kiritsu*, ou seja, a curvatura (reverência) feita na frente de outra pessoa. Após a abertura do Japão para o mundo Ocidental, aos poucos, este cumprimento vem sendo menos utilizado, porém, nas comunidades nipo-brasileiras, destacando-se: Belém, Tomé-Açú, Castanhal, ele ainda é bastante utilizado sendo que aos poucos se observa uma mudança para o simples aperto de mão.

finais de crise mundial, corresponderem, justamente, ao ápice da imigração japonesa para o Brasil.

A partir de 1930, o investimento do capital japonês voltou-se para a Amazônia. Foi em 1927, após as viagens de estudos realizadas pela comitiva do então Embaixador Tatsuki, que os Estados do Pará e Amazonas outorgaram concessões de terras de grande extensão. Foram fundadas, então, a empresa *Amazon Kongyo* (1928) e o Instituto da Amazônia (SAITO, 1961, p.36).

A relação imaginada entre terra e prosperidade intensifica o empenho do governo japonês em dar continuidade à imigração para o Brasil de acordo com Sakurai (2000). Aliado a isso, o próprio relato desses imigrantes demonstra a ânsia pelas terras brasileiras, a partir das campanhas desenvolvidas pelos governos brasileiro e japonês para incentivar a vinda das famílias, pois o Brasil era descrito como uma grande oportunidade de enriquecimento rápido. Segundo relato de Inoue⁴¹, ao se referir a campanha de incentivo à emigração, sua vinda à colônia do Guamá e as aspirações que vinham com esses imigrantes: “*Pequenos lavradores de horta no Japão poderiam tornar-se proprietários de terrenos extensos*” Inoue (In: MARUOKA, s/d, p. 4). Não apenas no caso de Inoue como também vários outros relatos da época apontam para as expectativas em relação ao Brasil advindas da forte campanha imigratória.

3.3 A ENTRADA DOS JAPONESES A PARTIR DAS IMIGRAÇÕES OFICIAIS

Como mencionado anteriormente, ao chegarem ao Brasil e ao Pará, os imigrantes japoneses estavam sendo alvo de duros debates no âmbito intelectual e político por conta das políticas de branqueamento da raça brasileira. De acordo com Lesser (2001, p. 24), essas

⁴¹ Masaru Inoue, residente em Castanhal, município 70 km distante de Belém. O relato foi escrito para publicação do livro comemorativo aos 70 anos de imigração japonesa na Amazônia editado em 1999. Ver Inoue (In MARUOKA, 1999, p. 4-6).

discussões giravam igualmente em torno da idéia da hierarquia racial concepção esta que se deu em muitos países e no Brasil.

Conforme Seyferth (1996), o pensamento dos intelectuais estava centrado nos estudos evolucionistas, que vinham sendo discutidos desde o segundo quartel do século XIX, pautados no darwinismo social e na Antropologia Física que classificou as raças hierarquicamente sendo que a sobrevivência dos mais aptos era a grande metáfora. A partir dessa ‘superioridade’ de uma raça em detrimento das demais, propõe-se a eugenia para nortear o pensamento de limpeza racial.

Para Lesser (2001, p. 24), os intelectuais brasileiros tinham muita simpatia pelos estudos de um anatomista e naturalista alemão, Johann Blumenbach autor da obra *De generis humani varietate nativa* (1775-1776) que considerou a raça caucasiana como estando no topo da hierarquia racial, tendo seu trabalho servido de base para muitas discussões monogenistas da época. Essa discussão toca profundamente a ideologia que norteava o pensamento nacional de que a raça nativa e a africana seriam inferiores e, por isso, buscava-se a legitimidade através de pessoas vindas de lugares longínquos para se criar uma identidade nacional semelhante à européia.

Ainda segundo Lesser (2001), no governo Meiji o interesse pela emigração era grande devido à população rural que vinha crescendo, enfrentando escassez crescente e mostrando-se inquieta. Sendo assim, os agricultores não viam outra solução senão aceitar as ofertas de migração para outros países.

Com a vinda dos primeiros imigrantes para o Estado do Pará tendo como marco o ano de 1929, os japoneses que aqui aportaram trouxeram em suas bagagens toda a cultura de seu local de origem. O Japão acabava de passar pelo período feudal e estava ansiando pela abertura para o Ocidente. Por sua vez, os paraenses já imaginavam como seria o ‘japonês’ através das idéias que circulavam à época. Os jornais paraenses que tratam da chegada próxima da primeira leva de imigrantes que viriam a povoar as áreas concedidas pelo acordo entre o Estado e o governo do Sol Nascente são bastante ilustrativas.

As notícias veiculadas pelos jornais avaliavam positivamente a chegada dos japoneses, conforme se pode observar na matéria do jornal Folha do Norte, intitulada: “A navegação japonesa para a Amazônia”, do dia 13.09.1929:

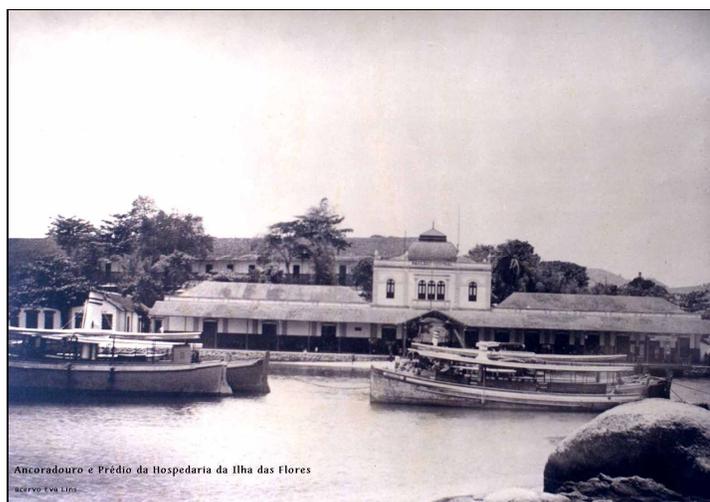
Para comemorar o início da navegação directa entre a Amazônia, e os portos do Japão, que de já nos temos ocupado, realizar-se-à uma festa a bordo do paquete “Manila Marú”, da Osaka Shinkansenkaisha (Companhia Limitada de Vapores Mercantes de Osaka), a chegar brevemente à bahia do Guajará.

Essa festa realizar-se-à a 16 do corrente, das 4 ½ às 6 horas da tarde, e constará de uma recepção a bordo, offerecida pelo commandante do navio, sr. Nisuke Ohno, e pelos consignatarios, srs. Booth & Cia. (London) Limited.

A FOLHA recebeu um convite para essa recepção.

Como forma de agradecimento, pelo sucesso da viagem e para mostrar os novos imigrantes na ocasião da chegada do vapor, seria oferecida festa de recepção pelo comandante do navio aos convidados da sociedade local e aos diretores das companhias de navegação e àqueles que intermediaram as negociações para a efetiva vinda desses imigrantes.

Ao chegarem ao Rio de Janeiro a bordo do Montevidéu Maru, os passageiros que vinham para o Estado do Pará foram encaminhados para a hospedaria de imigrantes. Localizada na Ilha das Flores, estado do Rio de Janeiro, para verificarem as condições sanitárias e receberem o comprovante de saúde. Os que seguiriam para São Paulo permaneceram a bordo para terminarem sua viagem no porto de Santos/SP.



Fotografia 11: Ancoradouro da Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flores/RJ.

Fonte: Eva Lins (CANTONI.PO.BR, Acesso: 11/11/2006)

Ao mesmo tempo em que se anunciava a chegada, em águas paraenses, do navio com passageiros vindos da terra do Sol Nascente, outro anúncio dava conta do retorno do navio, que poderia servir como transporte de pessoas e cargas. Isso é importante por que leva a pensar no trânsito de produtos e no intercâmbio realizado por meio desses navios à época.



Fotografia 12: Manila Maru
Fonte: plala.or.jp (acesso: 26/12/2006)

Artigos orientais eram trazidos e produtos regionais eram enviados, como fica evidenciado no artigo publicado pelo mesmo jornal datado 16.09.1929 no dia em que o vapor chegou à capital do Estado:

Aproveitando a oportunidade que se nos oferece, varios artigos do Pará o dr. H. Fukuhara vão remeter pelo “Manila Marú” para o seu paiz. Por intermédio do commandante Nisuke Ohno aquelle cavalleiro remetterá para o imperador do Japão dois ricos albuns do Pará e do Amazonas, constituídos de photographias nítidas e importantes, apanhadas no percurso do rio-mar, de bordo do “Hilderbrand”.

Esta troca de produtos entre Japão e Brasil dá-se ao longo das viagens do vapor e das escalas que este fazia em vários outros portos: “New Orleans, Galveston, Los Angeles, Yokohama e Kobe” (FOLHA DO NORTE, 14.09.1929), mais detalhadamente pode-se ler o trajeto do Manila Marú no anúncio do dia 16.09.1929:

O “Manila Marú” procede do Japão, via Buenos Aires de onde partiu a 27 do mez passado, com escalas em Santos e Rio. Deste ultimo porto suspendeu a 9 do corrente via Victoria, de onde prosseguiu para cá, directo a 10.

Traz de Buenos Aires para nossa praça 90 toneladas de farinha de trigo. Daqui prosseguirá viagem a 18, devendo escalar em Nova Orleans a 3 de outubro, em Galveston a 8, em Cristobal a 13, em Los Angeles a 24, em Yokohama a 12 de novembro e em Kobe a 13.

A vinda para o Pará do Manila Maru se faz com a escala realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro de onde trouxe os imigrantes que haviam chegado a bordo do Montevidéu Maru que os trouxe do Japão, segundo palavras de Ohashi (2003, p. 6): *“No dia 14 de julho de 1924, meus pais, eu e meus seis irmãos, uma tia, e um tio num total de onze pessoas, do Porto de Kobe, no navio Montevidéu Maru da Companhia de Navegação O.S.K. Line S.A.”*



Fotografia 13: Montevidéu Maru da O. S. K. Lines.
Fonte: rotarnet.com.au (acesso: 26/12/2006)

Com a imigração dos japoneses para o estado do Pará, inaugura-se igualmente, um novo circuito comercial de produtos entre os dois países. Lendo a série de matérias que passaram a ser publicadas fica claro que, a chegada dos japoneses era esperada com ânsia por parte dos políticos e da população ou, pelo menos, os jornais criavam uma expectativa para isso. Um dia antes da chegada, ou seja, dia 15.09.1929 o matutino dá informações sobre o porquê da vinda dos japoneses para o Estado do Pará:

Devendo chegar amanhã a Belém a primeira leva de colonos que a Companhia Nipponica de Plantações do Brasil, com séde em nossa capital, contractou para exercerem a sua actividade em grandes empreendimentos agricolo-industriais projectados por essa poderosa empresa, no interior do nosso Estado, serão inaugurados, hoje à praça da Penitenciaria, os vastos alojamentos que a firma constructora S. R. de Oliveira & V. Palumbo construiu para as hospedagens dos imigrantes.

Há ainda, na mesma matéria, do dia 15.09.1929, a descrição do local da hospedaria que os abrigaram durante os dias em que estes estiveram na capital do Estado, antes de serem encaminhados para a colônia do Acará:

Como a construção que constitue, pelo seu character, uma novidade para o nosso meio, a mencionada firma obteve permissão do Dr. Fukuhara, director-gerente da Companhia Nipponica, para expor as edificações à visitação publica, hoje durante o dia.

Os immigrants desembarcarão pelo sítio onde antigamente o Curro e onde a empresa fez construir expressamente uma ponte com 140 metros de comprimento.

De Belém os colonos serão encaminhados, aos poucos, para Thomé-assú, no rio Acará, onde já se acham bem adeantadas as importantes installações da empresa que escolheu essa localidade para o inicio dos seus trabalhos no Pará.

A hospedaria construída pela Companhia de Nipônica servia apenas para abrigar aos imigrantes japoneses, ou seja, os imigrantes de outras procedências que chegavam a Belém eram encaminhados para a hospedaria dos imigrantes localizada na Diogo Moia. Era um pouso, onde os imigrantes dormiam *“por cima de esteira, onde desse, era um barracão”*, segundo dados da pesquisa realizada, entre os imigrantes portugueses, por Fontes (2002, p. 202).



Fotografia 14: Hospedaria dos imigrantes japoneses construída pela Companhia Nipônica de Imigração.
Fonte: Ohashi (2003, p. 6)

Já no dia 16.09.1929 a Folha menciona o porquê da vinda dos japoneses para o Estado e os locais onde ficariam instalados. No jornal, observa-se o quanto as matérias estão

impregnadas com o sucesso da imigração. Torna-se claro também o interesse pela imigração e o conseqüente desenvolvimento da região:

A vinda dessa operosa gente para o nosso Estado, onde vem empregar na lavoura a sua actividade, deve-se, é preciso que se diga, à boa vontade do infatigável industrial dr. Hachiro Fukuhara [...] A FOLHA, que pugna pelo progresso do Pará, com o concurso de todo e qualquer homem de boa vontade registra com satisfação os passageiros do 'Manila Marú', felicitando o dr. Fukuhara e o sr. Conde Koma pelas suas iniciativas que redundarão em benefícios de nossa terra [...].

Lendo os jornais da época, somos levados à informação de que os japoneses receberam do governo estadual uma concessão de terras através de acordos bilaterais e, que vinham povoar áreas desabitadas do Estado. Assim, como pudemos observar anteriormente, no caso dos italianos e alemães segundo Seyferth (1990, p. 14), que se dirigiram para o sul do Brasil. No matutino paraense isso fica claro na notícia veiculada no dia 17/09/1929: "*Belém hospeda a primeira leva de imigrantes nipponicos que, destinados á Companhia Nipponica de Plantações do Brasil, aqui vêm trabalhar na agricultura, em Thomé-assú, rio Acará*", (FOLHA DO NORTE, 17/09/1929).

Uma mensagem do governador Eurico de Freitas Valle, apresentada a Assembléia Legislativa do Estado do Pará no dia 7 de setembro de 1930, demonstrava o número de entradas de imigrantes de 2.612 indivíduos de outras etnias que entraram na Hospedaria⁴². O relatório ressalta que o número de entradas poderia ter sido maior caso não tivesse ocorrido um grande surto de peste bubônica. Porém, de acordo com as palavras de Joaquim José Ferreira de Mendonça, que assina o relatório na condição de chefe de seção, afirma que a imigração fora estabelecida em boa hora mesmo tendo opositores.

O governo estadual colocou-se à frente na decisão de trazer os imigrantes, essa atitude foi benéfica para o Estado, segundo relata Joaquim Mendonça (PARÁ, 1930) que, reconhece a impossibilidade de se conseguir imigrantes sem que estes tenham incentivos pecuniários. A inspetoria estava trabalhando na regularização do trabalho desenvolvido pelos imigrantes e das despesas como forma de reduzir os abusos e a má índole destes.

No período de 1º de julho de 1929 a 1º de junho de 1930, o número de naturalizações solicitadas por estrangeiros teve um montante de 17 concessões após os tramites legais o

⁴² A Hospedaria a qual o governador se refere em seu relatório, A Casa do Imigrante, segundo Edilza Fontes (2002, p. 202) localizava-se na Diogo Mória.

quadro configurou-se da seguinte forma de acordo com a Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa (PARÁ, 1930, p. 108):

<i>Portuguezes</i>	7
Syrios	7
Libanez	1
Polonez	1
Japonez	1
Allemão	1
Peruano	1
TOTAL	19

É razoável pensar que, não será possível buscar a trajetória de todos esses primeiros passageiros que aportaram em Belém no Manila Marú, mas, poderei ao longo das análises das autobiografias verificar como foi a trajetória de pelos menos duas dessas famílias que após anos de vivência no Pará deixam suas memórias, sendo que, as famílias Ohashi e Nagai têm maior ênfase dentro da análise, e os fragmentos memorialísticos de outros imigrantes que consta no livro comemorativo dos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia.

Estabelecerei uma ordem cronológica dos fatos para facilitar a descrição e compreensão das condições de saída e da chegada que estarão presentes nos relatos autobiográficos dos livros que irei analisar mais adiante. Porém, o período da imigração, ou seja, as condições de saída, da viagem e da chegada dos imigrantes serão de importância fundamental para observarmos como e quem são essas pessoas que deixam sua terra natal para “aventurar-se”⁴³ numa terra distante e diferente como era o Brasil. O canto apresentado por Tomoo Handa (1980, 1964), ilustra bem, como era o Brasil na mentalidade do imigrante ao se deparar com a realidade do país que passaria a lhes abrigar:

Mentiu quem disse que o Brasil era bom,
Mentiu a companhia de emigração;
No lado oposto da Terra cheguei;
Fiado no Paraíso, para ver o Inferno

⁴³ Utilizo este termo por entender que a vinda desses imigrantes não passava de uma grande aventura no sentido de deixar tudo para traz e tentar construir uma nova vida num país distante e diferente.

Assim eram as músicas cantadas pelos primeiros imigrantes que chegaram ao estado de São Paulo, durante as reuniões em comemoração do Ano-Bom⁴⁴, segundo observa Handa (1980). Pelo visto, a situação parece ter sido a mesma para os imigrantes que chegaram ao Pará em 1929, pois, as perspectivas e esperanças em relação ao Brasil eram as mesmas dos que já haviam desembarcado em São Paulo desde 1908.

⁴⁴ A celebração do Ano Novo para os não-japoneses.

4 DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS

Noites de lamentação;
À ursa Maior, já houve
Nos dias da imigração
(HARADA, 1996)

Neste capítulo procurarei entender como se produzem os deslocamentos e quais são seus efeitos, desde o complexo e penoso processo de emigrar/imigrar até as idas e vindas no país de chegada, ou eventuais retornos à terra de origem. Ao partir, deixa-se um espaço vazio em uma sociedade, deixa-se de contribuir à construção coletiva, concreta e simbólica. Partir significa deixar, perder, ser esquecido, tornar-se uma figura anacrônica e difusa, ou como bem diz Sayad (1999) “morrer em vida” ou estar duplamente ausente.

Bourdieu (In: SAYAD, 1999, p. 11), no prefácio ao livro de Sayad mostra que o imigrante se define pela negação: “Nem nacional, nem estrangeiro, não estando nem ao lado dos seus, nem ao lado dos outros (...) *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável, na fronteira entre o ser e o não ser social”.

Parte-se porque a vida vai mal e porque se cria uma expectativa de possibilidades com relação à terra de destino. Mas pode-se partir de muitas maneiras: com um pequeno capital, sem dinheiro algum; sozinho ou com família; dentro de um projeto de colonização, ou tentando a sorte; tendo parentes ou referências no ponto de chegada, indo em direção ao desconhecido, dentre as muitas possibilidades. As condições de saída constroem as condições de chegada. E ao chegar, e ao longo dos anos, não vai se estar nem cá, nem lá, caracterizando-se o que Sayad (1999) denomina de “dupla ausência”.

Para tentar recuperar o significado dessa fronteira, teria sido oportuno trabalhar com as histórias de vida, partindo das memórias do Japão natal, dos *issei* que aqui chegaram no mítico ano de 1929. No entanto, muitos já se foram.

Fiz viagens até Tomé-Açú, na esperança de poder falar com algum antigo imigrante. Mas as famílias de origem japonesa de Tomé-Açú são reservadas, é necessário chegar aos poucos, com tato, preferencialmente pela mão de algum intermediário e ir aos poucos,

lentamente, construindo a relação. Os prazos reduzidos de elaboração de uma dissertação fizeram-me optar por outro caminho: o de recorrer a autobiografias, e a livro comemorativo aos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia. O material que pude localizar não é muito vasto: duas autobiografias e fragmentos autobiográficos do livro comemorativo⁴⁵.

A estratégia de desenvolvimento do capítulo será a de trabalhar inicialmente a autobiografia de Ohashi e os fragmentos autobiográficos do livro comemorativo dos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia e a autobiografia de Akira Nagai. Nos textos serão trabalhadas as periodizações, bem como as descrições das emoções dos personagens. Com efeito, as narrativas são baseadas nas memórias dos autores. Nas narrativas, também é possível trabalhar as periodizações, e no caso deste trabalho, comparar estas com o material da memória de outros autores. Analisarei à medida do possível o conjunto das trajetórias de vida. Comparando as diferentes trajetórias, serão analisados os deslocamentos espaciais, a mobilidade social, a solidariedade entre nacionais e eventuais fricções inter-étnicas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) além de crises inter-geracionais. Procurar-se-á identificar os marcos temporais e comparar os relatos da memória com a história oficial. Serão descritas as manifestações culturais, incluindo a língua japonesa e as formas de adaptação. Serão discutidas as formas de integração à sociedade paraense.

A autobiografia é falar de si *a posteriori*. Para Bourdieu (1996)⁴⁶, a autobiografia é construída como uma história, um romance, porque as pessoas contam a vida, descrevem a vida como um caminho, que tem um começo, etapas e um fim. A narrativa autobiográfica é construída dentro de um contexto, e nesse sentido não é apenas a história do indivíduo, mas do indivíduo dentro da sociedade. “A reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que a primeira vista parecia inexplicável” (LEVI, 1996). Por outro lado, o autor pondera que a interpretação tende a normalizar comportamentos que perdem seu caráter de destino individual na medida em que são típicos de um meio social, mas que contribuem para o retrato de uma época. Gomes (2004) utiliza a expressão “teatro da memória” que evidencia a idéia do indivíduo como personagem de si mesmo. Essa expressão evoca o tempo como um problema, uma vez que o

⁴⁵ OHASHI, Paulo, T. *Cruzeiro do Sul cintila no céu com a luz de verdade*. Belém: ed. do autor, 2003 (autobiografia de um sansei chegado em 1929); MARUOKA, Yoshio *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*. Belém: Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira, s/d; NAGAI, Akira *Um Nikkei na terra dos Tembés*, Belém, Alves Gráfica e Editora, 2002 (autobiografia de um nissei).

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; Amado, Janaína *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

tempo é ordenado pelo autor, procurando estabilidade e continuidade narrativa entre passado, presente e a antevisão do futuro, ou seja, o tempo é significado pelo indivíduo. A autora sugere que o texto é o objeto de uma cultura material de uma época.

Como lidar, então, com estas tensões e as representações do teatro da memória? Tratarei de objetivar os textos. Como é o objeto material que estou analisando? Como é a capa? o título? Como o autor inicia o seu texto? Quais as ilustrações escolhidas pelo autor: são de âmbito do autor e de sua família ou públicas? - uma memória de si constituída de objetos do cotidiano: fotos, cartões postais, objetos. Quais são as instituições e os contemporâneos citados? Quais são os registros que materializam a história dos indivíduos? Como o autor marca o tempo em sua narrativa? De forma a objetivar as autobiografias, utilizarei materiais comparativos sempre que possível, procurando restituir o seu processo de produção e detectar diferentes tempos, espaços e temáticas narrativas.

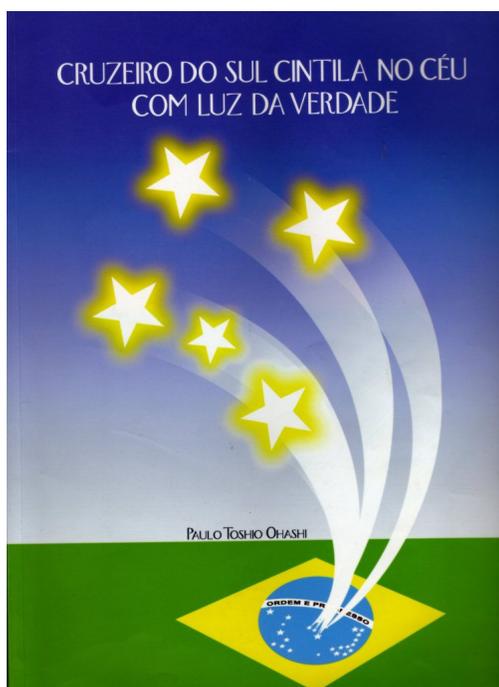
4.1 OS TEXTOS COMO OBJETO

Segundo Sakurai (1993, p. 15), datas e acontecimentos relevantes, fotos, músicas são características da cultura japonesa. Momentos de confraternização entre familiares, vizinhos, amigos. São oportunidades em que se constitui uma vasta documentação. As fotografias são abundantes e falam por si sobre as trajetórias percorridas pelos imigrantes japoneses no estado do Pará. Em tempos difíceis os registros fotográficos escasseiam. Talvez, uma estratégia para não documentar os momentos difíceis dos súditos do Trono do Crisântemo. Os motivos são silenciados muitas das vezes. No entanto, ao passar dos anos a necessidade de contar um pouco de suas memórias leva alguns imigrantes a abrirem o baú de lembranças e iniciam seus apontamentos com fragmentos de memórias que acabam se transformando em livros, muitas vezes, editados pelas próprias famílias referentes a períodos considerados relevantes para a comunidade, daí, segundo Barros (1989, não paginado), “a figura dos mediadores” que os velhos imigrantes passam a assumir entre o passado e seus descendentes. Os personagens que aparecerão nas narrativas abaixo eram pessoas simples e que provavelmente não tomariam esta iniciativa de escrever suas memórias se tivessem continuado no Japão, mas suas histórias de vida tomaram um rumo totalmente diferente no momento em que viram as âncoras do

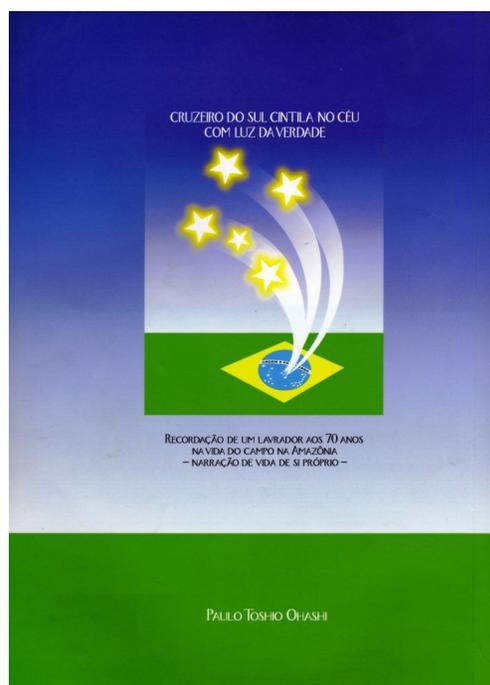
navio serem levantadas do Porte de Kobe e iniciaram sua viagem rumo a desconhecida colônia de Tomé-Açú.

4.1.1 Como os textos se apresentam: as capas

Os textos em questão são livros, e diferentemente de jornais e revistas, pretendem a permanência.



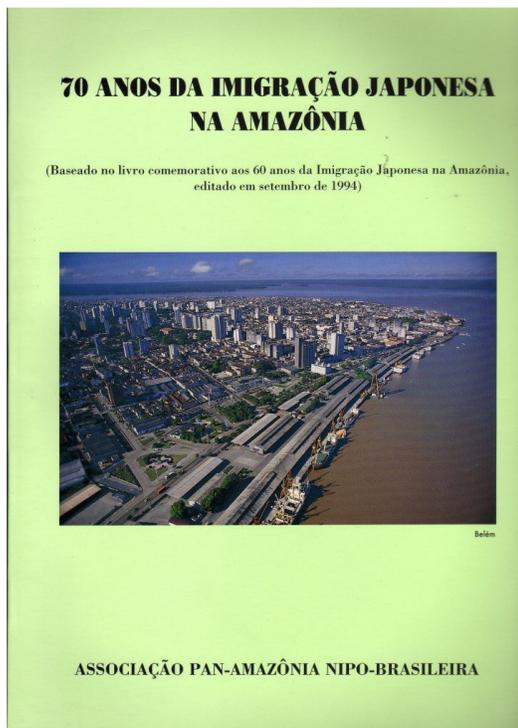
Fotografia 15: Capa do livro de Paulo Ohashi
Fonte: Ohashi (2003)



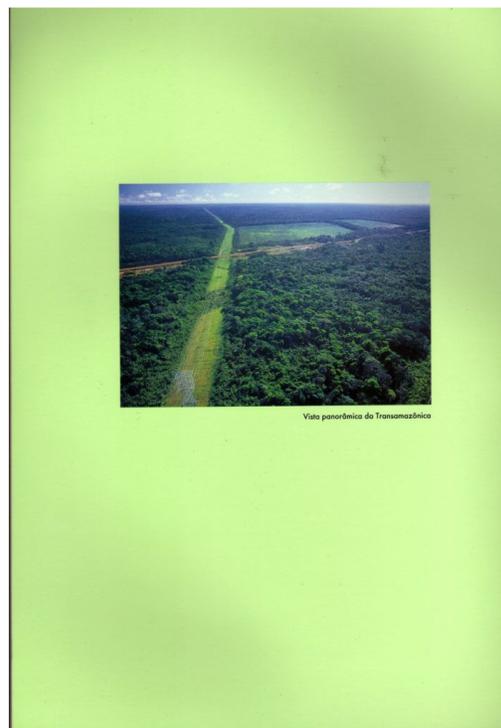
Fotografia 16: Contra-capa do livro de Paulo Ohashi
Fonte: Ohashi (2003)

A capa do livro de Paulo Ohashi é construída a partir de uma representação do Brasil: na parte inferior, uma faixa verde com os signos da bandeira brasileira. O Cruzeiro do Sul é projetado para o alto, sobre uma superfície azul de vários tons, encimada pelo título: “Cruzeiro do Sul cintila no céu com luz de verdade”. Na contracapa, a capa é reproduzida em tamanho reduzido, sob a qual se lêem os dizeres: “recordação de um lavrador aos 70 anos na vida do campo na Amazônia – narração de vida de si próprio”, texto este que serve também de título para a primeira parte do livro. Algumas coisas nas capas são dignas de nota: não há qualquer menção ao Japão, enquanto que os signos da nacionalidade brasileira são projetados no céu e investidos da luz da verdade. O autor sugere construir um mito do Brasil por meio

dos símbolos máximos da nacionalidade. Embora Ohashi se mova principalmente no leste do Pará, a sua referência é o Brasil.

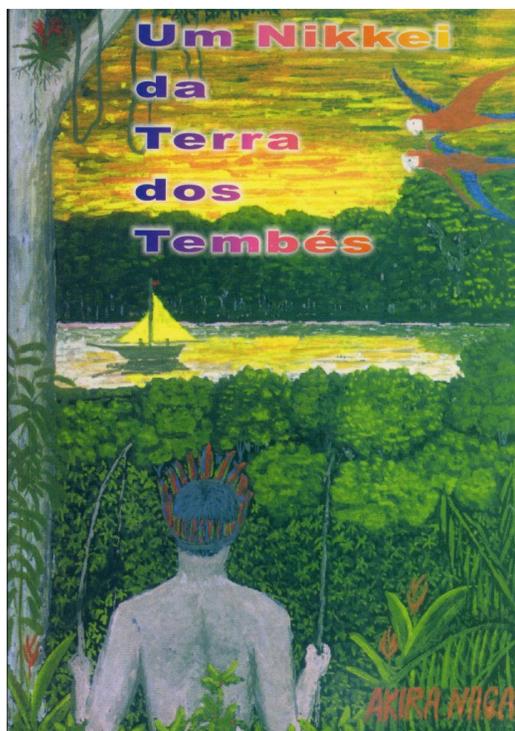


Fotografia 17: Capa do livro dos 70 anos de imigração.
Fonte: Maruoka (s/d)

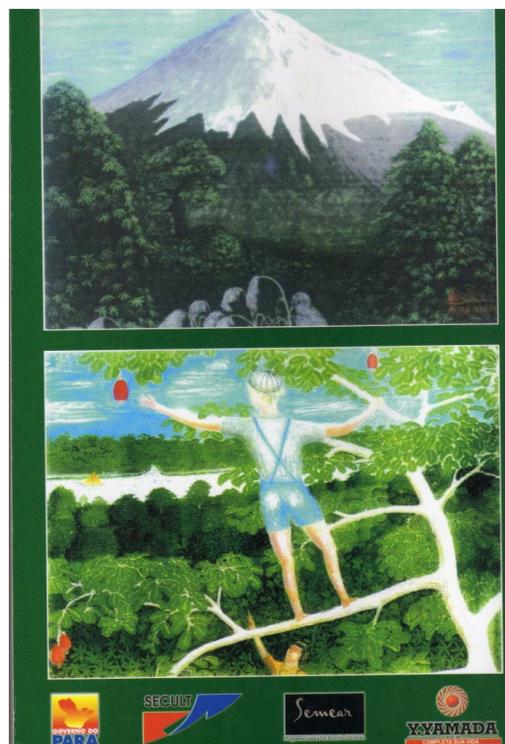


Fotografia 18: Contra-capa do livro dos 70 anos de imigração.
Fonte: Maruoka (s/d)

O livro da Associação Pan-amazônica Nipo-brasileira é um texto comemorativo dos 70 anos da imigração japonesa na Amazônia. Trata-se desta forma da saga dos japoneses que vieram para a Amazônia. Na capa verde pastel sobressai uma foto da Belém moderna: o porto, o rio, os edifícios. Na contracapa foto de uma estrada atravessando a floresta, com a legenda: “Vista panorâmica da Transamazônica”. A referência da associação é a pan-amazônia e principalmente o Pará onde se encontra a maior colônia japonesa da Amazônia. As fotos permitem fazer uma associação entre a Belém moderna e o desenvolvimento arrancado da floresta e a atuação dos japoneses no desenvolvimento da Pan-Amazônia. Em relação a edição podemos observar que esta teve apoio da *Japan International Cooperation Agency* (JICA), Projeto Semear da Secretaria Executiva do Estado de Cultura (SECULT), e da Fundação Yoshio Yamada que fomentam as produções relacionadas a cultura regional.



Fotografia 19: Capa do livro de Akira Nagai.
Fonte: Nagai (2002)



Fotografia 20: Contra-capa de Akira Nagai.
Fonte: Nagai (2002)

Da mesma forma que os livros descritos anteriormente, “Um nikkei da terra dos Tembés” (2002), de Akira Nagai é mais um dos que foram lançados durante as comemorações ao 70º aniversário⁴⁷ da chegada dos imigrantes japoneses na Amazônia. Enquanto que o livro de Ohashi é editado com recursos próprios e o comemorativo aos 70 anos de imigração recebe apoio da JICA, SECULT/PA, e da Fundação Yamada o livro de Akira Nagai também recebe os mesmos apoios do livro comemorativo. A capa do livro traz em primeiro plano a imagem de um índio segurando o arco e uma flecha. O índio observa ao longe um barco navegando por entre a mata densa. Ao lado esquerdo do índio podemos ver uma árvore de onde pendem cipós e ao lado direito duas araras vermelhas (*Ara macao macao*) voam paralelas. No horizonte o pôr-do-sol. Na contracapa sobressaem duas imagens. Diferentemente, dos livros citados anteriormente, este o autor coloca em destaque o Monte Fuji, símbolo do Japão, com o pico coberto de neve e rodeado por uma mata densa. Na imagem abaixo do Monte Fuji, o autor reproduz um auto-retrato, supostamente, a imagem do autor quando criança a partir de suas lembranças. A imagem de um menino em cima de um galho da árvore de caju esforçando-se para apanhar uma das frutas, enquanto olha ao longe um barco navegando pelo rio. O barco que o menino observa é o mesmo que o índio observava na capa do livro, o que

⁴⁷ A comemoração foi realizada no ano de 1999 com uma extensa programação da APANB.

realça a percepção do ambiente do qual ambos fazem parte. Embaixo da árvore na qual o menino aparece temos o rosto de um homem, de idade mais avançada que sugere ser seu pai, que aponta para uma das frutas de caju. No verso da contracapa temos a foto do autor sentado em frente a sua máquina de datilografia posta sobre uma mesa com objetos de escritório. O livro contém apenas uma foto antiga do Ginásio Estadual Moderno de Tomé-Açu fundado em 1962, mas possui cinquenta ilustrações desenhadas pelo próprio autor.

4.1.2 Organização dos textos

a) o livro de Ohashi

Este livro é organizado em duas partes, sem que fique muito clara qual a divisão temática. A primeira que se refere à recordação de um lavrador está mais voltada para a memória pessoal e da família, mas também são comentados eventos mais amplos. A segunda tem o mesmo nome do livro e se inicia com pequenos ensaios e comentários sobre eventos sociais e sobre diferentes costumes para retornar às questões familiares. Uma passagem escrita pelo narrador ilustra a forma empregada na escrita do livro:

Estou com 84 [no ano de 2001] anos de idade, já tenho a vista fraca, para ler uso lentes de aumento fora dos óculos, ouço metade das vozes, prejudicando a audição e a escrita, ainda com o que me resta de ânimo anoto o que experimentei e o que tenho guardado no fundo do coração. (OHASHI, 2003, p. 50)

A foto de Ohashi na época em que escreveu o livro ilustra todas as páginas ímpares, como a mostrar o autor ao mesmo tempo dentro e fora de seu escrito, com a proximidade daquele que participa e a distância daquele que observa. Na primeira parte trata da chegada de sua família, contextualizando a situação do Japão, do Brasil e do Pará em particular, misturando-a aos relatos do cotidiano; da chegada da Companhia Nipônica a Castanhal para orientar os colonos, do confinamento em Tomé Açu nos tempos da segunda guerra, a mudança para Santa Isabel e as difíceis relações dos membros da família com o pai, a história de Santa Isabel do Pará, a inserção da família na sociedade local; o recebimento por três de seus irmãos do título de cidadão de Santa Isabel em 1966; a condecoração recebida por Paulo Ohashi; A criação da Associação Cultural Nipo-brasileira, sob a presidência de Ohashi e ainda a Associação das Senhoras Japonesas de Santa Isabel. Nesta primeira parte, o autor

descreve o processo de migração, a instalação dos colonos, os deslocamentos, o difícil período de confinamento na guerra, os processos de consagração social no país de partida e no país de chegada e a constituição de organizações associativas dos japoneses e seus descendentes, que se colocam como espaços japoneses na Amazônia, com o ensino da língua e a reprodução das tradições. As práticas de tais associações são construídas a partir de representações da identidade. São, portanto, palcos, vitrines que exibem o consenso de uma identidade para as próprias famílias de origem japonesas e para os brasileiros que assistem a tais manifestações e para a mídia que repercute essas construções para um público mais amplo.

Na segunda parte o autor começa a relatar a instalação da Companhia Japonesa de Colonização (Companhia Nipônica) em 1929, dizendo que esta empresa começou a colonização no meio da selva amazônica. A seguir relata a sua experiência em São Paulo, volta às memórias da infância no Japão para construir a Amazônia como *nossa* terra, aborda as questões de violência familiar no Japão, no Brasil e nos Estados Unidos e o papel da associação das senhoras japonesas, discute o problema da escola no interior, relata sua doença e as de sua família e sua adesão a Seicho-no-Ie, fala ainda das pessoas que ficaram em sua memória e finalmente faz um balanço de sua vida, do alto de seus 84 anos [referência o ano de 2001]. Em sua autobiografia, relata não apenas a sua história, contextualizando-a, mas também emite opiniões de caráter moral, utilizando o recurso de fazer a comparação entre os dois países. Este formato não é muito freqüente e por isso é revelador da posição do autor, que observa e opina sobre eventos diversos, com um objetivo moral, a partir de cada página ímpar. Para esse tipo de construção do texto contribui também a sua posição de líder da colônia japonesa de Santa Isabel, atribuindo-se o papel de responsável moral pelo grupo.

b) O livro de comemoração aos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia

O livro comemorativo da imigração japonesa consiste de uma tradução do exemplar do 60º aniversário com acréscimos referentes à comemoração do 70º aniversário dos japoneses no Brasil. O livro é constituído de três partes e um adendo. Na primeira são apresentados relatos de fragmentos de memória de japoneses que vieram para a Amazônia, junto com a foto de seu autor. Desta primeira parte ainda constam três artigos, o primeiro a respeito da pré-história da imigração japonesa na Amazônia Brasileira. Este artigo é relevante

no sentido de mostrar que os japoneses não migraram para a Amazônia apenas como resultado de políticas de estado, chegando aqui em 1929 (segundo outros textos utilizados, como o próprio de Ohashi, 1929 seria o ano zero). Os outros dois tratam da fundação da Associação Pan-amazônica Nipo-brasileira e da Beneficência Nipo-brasileira na Amazônia. As beneficências das colônias de outras nacionalidades são também um espaço de construção de identidade no estrangeiro, além de modo de incentivar relações entre nacionais de diferentes classes sociais.

Na segunda parte são selecionados personagens e eventos que constituem o contexto da colonização japonesa, ano a ano, desde 1923 até 1992. Uma análise criteriosa desses dados e o cruzamento com periodizações e eventos de autores de autobiografias pode mostrar o material comum a partir do qual é construída a história da migração japonesa e de sua identidade. Nesta parte há uma reportagem fotográfica dos sessenta anos e ainda um apanhado das colônias japonesas nos estados da região amazônica.

A terceira parte exhibe um ensaio fotográfico dos nikkeis, descendentes de japoneses. É contada uma história da Amazônia até a migração dos japoneses, o que constitui o ponto culminante do relato. Esta parte é concluída com uma série de artigos sobre o futuro da Amazônia, em temas nos quais os japoneses desempenham papéis prioritários.

A organização do texto dos três livros aponta para a apropriação de um gênero literário em particular: o das sagas heróicas, onde são relatadas as vicissitudes e o processo de construção dos heróis.

c) o livro de Akira Nagai

No livro de Akira Nagai a divisão é feita por tópicos a partir das recordações do autor, dessa forma, o livro apresenta setenta e dois pequenos textos que versam sobre temas diversos. Após a leitura desses textos fica evidente que a ordem inicial dos textos dá conta da trajetória dos imigrantes, como estes chegaram ao município de Tomé-Açú e seus deslocamentos provenientes das “dificuldades” nos primeiros tempos. A vida cotidiana dos imigrantes, em especial da família do autor, é retratada em vários momentos. É curioso perceber que nas ilustrações que aparecem ao longo do livro o autor sempre está sozinho e raramente em

companhia de outras crianças, exceto em duas, quando aparecem, outras crianças, que são parentes próximos. Além disso, a participação nas comemorações da comunidade japonesa é recorrente em Tomé-Açú. Ao citar a festa de São João fica evidente que os amigos e conhecidos que se faziam presentes eram membros da comunidade japonesa, sendo assim, a não-participação de brasileiros não-descendentes é sugerida através dos relatos e das gravuras. A forma de organização dos textos é aleatória como o próprio autor se refere ao denominar de “fragmentos” de suas recordações. No último texto o autor retoma a história de Tomé-Açú e esclarece que o município era habitado anteriormente pelos índios Tembé e que ainda é possível ver alguns desses habitantes, mas que a convivência, segundo o autor, é “pacífica e harmoniosa”. A referência a uma vivência pacífica e harmoniosa, segundo escreve o autor, é a forma que ele encontra para evidenciar a integração entre os imigrantes e seus descendentes em relação aos habitantes nativos da região do Acará.

4.1.3 Os personagens através das fotos

a) Na publicação de Paulo Ohashi é abundante de imagens de seu arquivo particular. Através destas o autor narra toda a formação de sua família, as relações que foram estabelecidas com os brasileiros, suas conquistas e suas perspectivas para com os descendentes. Dentre as várias fotografias de época temos dentre as que constam de seu arquivo pessoal a hospedaria dos imigrantes (Ver capítulo anterior), seus pais senhor e senhora Itaro Ohashi. O autor não menciona o primeiro nome da mãe, apenas se refere a ela como “mãe” ou senhora Ohashi como vemos na descrição que aparece na foto. Segundo nos informa o autor, ao longo do texto, o pai mantinha um comportamento rígido para com a família. A esposa sofria com a situação, porém, preferiu continuar ao lado da família devido aos apelos de sua sogra que a implorava para que continuasse no Brasil. Na foto abaixo fica evidenciada a representação da esposa de Itaró Ohashi para o filho. O rosto exposto à plena luz tem expressão marcante, enquanto que constrativamente o marido aparece na penumbra. A mãe aparece como a referência da família, como nas fotos dos grandes heróis. Ohashi discorre sobre o pouco respeito e a falta de afeto que seu pai despertava no seio familiar dada a rigidez com que tratava os seus. Em seu relato, nos mostra como a família se comportava em relação aos maus tratos recebidos pelo pai: *“O meu pai dentro de casa não foi amado e nem respeitado como devia, tinha um sentimento de desgosto e um incurável golpe no fundo do coração, podia-se*

dizer que era um infeliz. Meu irmão Yassuo, o segundo dos filhos, odiava muito a violência do papai [...]” (OHASHI, 2003, p. 12). Como ilustração a toda a rigidez de Ohashi, em segundo plano, temos um calendário, supostamente, vindo do Japão e que mostra curiosamente a imagem de um demônio⁴⁸ (*akuma*, em japonês), da mitologia japonesa, correndo atrás da criança como se quisesse puni-la por ter feito algo errado.



Fotografia 21: O casal Itaro Ohashi. Pais de Paulo Ohashi.
Fonte: Ohashi (2003)

Ainda nesta mesma imagem, a discussão sobre a presença da mulher japonesa é presente. Como bem observa Sakurai (1993), a mulher japonesa desempenha não o papel principal nas descrições, porém, detém participação marcante dentro da trajetória da família. Muitas situações decisivas durante a vida da família são marcadas pela presença das esposas. No caso da autobiografia de Ohashi o enredo marca de forma muito acentuada a participação da esposa na vida cotidiana e doméstica da família. Ela marca bem sua posição dentro das normas da sociedade japonesa, onde os fortes são aqueles que desprezam a felicidade pessoal, entretanto, cumprem com suas obrigações. Neste sentido, ser forte é não se rebelar, e sim, conformar-se com a realidade (BENEDICT, 2002).

Nesta narrativa é importante analisar a participação do autor enquanto cidadão brasileiro. Diferentemente de outras autobiografias que procuram ressaltar o ambiente no qual, os descendentes foram criados, no caso o Brasil, Ohashi, por outro lado, ressalta a vivência na região do Acará as idas e vindas à capital paraense, sua viagem para São Paulo, a procura do novo terreno para a família se estabelecer, o apoio de alguns não-descendentes nos aspectos

⁴⁸ Este termo é utilizado para se referir ao bicho-papão dos contos infantis japoneses.

agrícolas. O ambiente do autor é o da comunidade japonesa da região do Acará. Não é para menos, na colônia de Tomé-Açú a língua japonesa era a língua oficial entre os imigrantes, as comidas eram japonesas com algumas alterações devido às dificuldades e o alto custo de se importar artigos japoneses. Um relato do autor marca de forma bastante relevante o apego que os imigrantes passaram a ter em relação a Tomé-Açú com o passar dos anos, quando de sua transferência para o município de Santa Izabel, o autor se refere à saudade que sua esposa teria: “*Para minha mulher, a cidade de Tomé-Açú era mais do que o Japão, devia ter saudade, pois, era onde tinha família e todos os irmãos e, sepultura de seus pais e amigos.*” (OHASHI, 2003, p. 31)

Ao longo da narrativa o autor se preocupa em apontar seus feitos no Brasil e assim reconhecia o Brasil enquanto país receptor e que a criação de seus filhos seguiam de forma harmônica, porém, algumas vezes, como vimos acima o autor nos remete a saudade do Japão, como podemos ler numa outra passagem:

Quando estava em São Paulo, na casa do senhor Hoshii, no verão quente, ainda assim no Ano Novo era servido sake e kazunoko como no Japão, tinha a sensação de que o Japão estava mais próximo. Tinha muita saudade de minha terra natal, meus pais, então deveriam ter muito mais, entretanto não voltaram mais lá, a Amazônia passou a ser a nossa terra.

De acordo com o Shintoísmo⁴⁹, que tem o imperador como deus principal, para Ohashi (2003, p. 8) era necessário “*ouvir do fundo do coração que eu não era fracassado, nem frouxo, era a voz do santo harmonioso pacifista e mais corajoso, o Imperador Hirohito*” em outra passagem o autor demonstra sua reverência em relação ao Imperador, deus supremo do Shintoísmo: “*o morador do fundo do meu coração, o Santo Padre do Shintoísmo Imperador, continua dizendo seja bom brasileiro, obedeça a voz da consciência, principalmente nos serviços prestados a comunidade como um ato sagrado, confiando na proteção divina*” (OHASHI, 2003, p. 12). Daí lembrar do sentido da palavra *ganbaré* que vimos anteriormente. O *ganbaré* no caso da família Ohashi foi efetivamente reconhecido na ocasião em que no ano de 1966 a Câmara Municipal de Santa Izabel concede o título honorífico de cidadão para os irmãos: João Shizuo Ohashi, Manoel Yassuo Ohashi, Antonio Tukuju Ohashi. Daí o relato do autor em relação à gratidão estampada no semblante do patriarca da família, Itaró Ohashi, que já contava com idade avançada: “*Que bom! Que Bom! Recordando [o pai do autor] os diversos motivos pelos quais decidiu pela imigração à*

⁴⁹ Religião oficial do Japão que tem por divindade principal o Imperador.

Amazônia tendo como principal objetivo livrar os filhos da morte na iminente guerra” (OHASHI, 2003, p. 12) A gratidão a que se reporta o autor, em relação ao pai, estava ligada ao espírito de ficar e vencer no Brasil, isso supostamente seria visto com orgulho pelo imperador do Japão. Ficar e vencer no Brasil significavam estar bem economicamente e com os filhos educados, segundo analisa Sakurai (1993) em suas pesquisas.



Fotografia 22: Paulo Ohashi recebendo das mãos do presidente da Câmara Municipal de Santa Isabel o título de cidadão.
Fonte: Ohashi (2003, p. 17)

Na ocasião do recebimento do título de cidadão, pelas contribuições a economia local, a família esteve devidamente representada na seção da Câmara Municipal no dia 16.01.1966. Guardaram na foto abaixo o momento de prestígio no qual foram reconhecidos pela honra, dignidade e honestidade sendo estas as premissas essenciais do *ganbaré*. Momento este que simbolizava o *status* adquirido pelos esforços iniciados pelo patriarca da família e que carregava a marca do grupo social a que pertenciam, no caso os japoneses da região de Santa Isabel. O título foi recebido por todos os homens da família (como mostra a foto abaixo) que representaram o pai na ocasião.



Fotografia 23: Os irmãos Ohashi, da esquerda para a direita: Antonio, Lydia, Manoel, Lygia, Paulo, Dionísia e João, na seção do dia 16.01.1966.
Fonte: Ohashi (2003, p. 19)

Era a recompensa pelos anos de trabalho árduo e o reconhecimento deste. Não pertenciam a “massa do povo”, como diria Sakurai (1993), demonstravam o verdadeiro “espírito nipônico”. Este é, geralmente, o ápice da maioria dos romances escritos pelos imigrantes e seus descendentes. O autor contabiliza o total 13 diplomas de honra e agradecimento por parte dos japoneses e 4 diplomas de honra ao mérito conferidos pelo governo brasileiro.



Fotografia 24: Paulo Ohashi recebendo a condecoração das mãos do Cônsul Geral do Japão, Chuji Okawa, com a Medalha Jóia de Jubilo do Imperador.
Fonte: Ohashi (2003, p. 18)

Na foto acima, Ohashi é agraciado com a Medalha de Jóia do Jubileu ao Mérito, série 6, conferido pela Sua Majestade Imperial em favor do Paulo Ohashi. Na ocasião o narrador foi convidado para ir juntamente com sua esposa ao Palácio Imperial, mas devido a problemas,

o autor foi representado pelo cônsul que posteriormente lhe entregou a Medalha numa cerimônia realizada em Belém. Esse acontecimento marca a narrativa, pois, uma coincidência fez com que o narrador imaginasse que por trás de toda a cerimônia de recebimento da Medalha tinha as mãos benevolentes do Imperador japonês, como podemos perceber nas palavras de Ohashi (2003, p. 38):

O dia 2 de junho é meu aniversário [dia que recebeu a Medalha das mãos do cônsul em Belém] foi uma ótima coincidência, achei que isso foi uma casualidade, entretanto, imaginei que por trás desta ligação tem a vontade divina e que reconheceu o verdadeiro amor e respeito que eu tinha ao Imperador Hirohito [...]

A fim de demonstrar seu *status* social dentro da colônia local o autor lança mão das pessoas reconhecidas como por exemplo, o casal Tomoji Kato, Conde Koma, Naosuke Takakura, Yoozo e Akiko Watanabe, Gunji e Natsuko Tanabe, entre outras pessoas que passaram a ser personalidades dentro e fora da colônia e tiveram grande relevância na trajetória dos Ohashi.



Fotografia 25: O casal Tomoji Kato. Considerado o “pai” da pimenta-do-reino na Amazônia.
Fonte: Ohashi (2003, p. 21)

O casal Tomoji Kato teve participação na mudança do sistema de plantação até então praticado pela família Ohashi. Após anos de tentativas frustradas com o cultivo de arroz, milho, mandioca que demandavam uma constante alternância do solo cultivado o que dificultava deveras Ohashi é informado da colheita de mais de mil quilos de pimenta-do-reino no município de Castanhal (70 km de Belém) e da venda que não obtivera lucro por estarem vendendo a retalho. O plantio de mangustão (*Garcinia mangostana L.*) também foi realizado, entretanto, após mais de dez anos de cultivo o agricultor descobriu que o tipo plantado não tinha valor comercial. Frente às dificuldades, Ohashi lembra do Japão e do bloqueio econômico imposto pelos EUA. Tomoji Kato vende para Ohashi três mil galhos de pimenta-

do-reino e o auxilia na forma de plantar através de queimadas, daí o autor, decide modificar a maneira como vinha cultivando a terra.

A narrativa é marcada por cortes entre os relatos e a seqüência é tecida a partir de marcos temporais eleitos pelo narrador. Sendo assim, entra em cena a figura de prestígio entre os imigrantes Mitsuyo Maeda, ou Conde Koma, como ficou conhecido entre seus patrícios e pela sociedade paraense. Era judoca do 7º dan⁵⁰. Fixou residência em Belém desde 1916 e foi a pessoa escolhida para chefiar um grupo que recepcionou a primeira leva de imigrantes ao desembarcarem do *Montevideo Maru* no porto do Rio de Janeiro para a troca de navio e a posterior continuação da viagem em direção ao Pará.



Fotografia 26: Conde Koma
Fonte: Tsubame.p9.pl
(online, acesso: 18/12/2006)

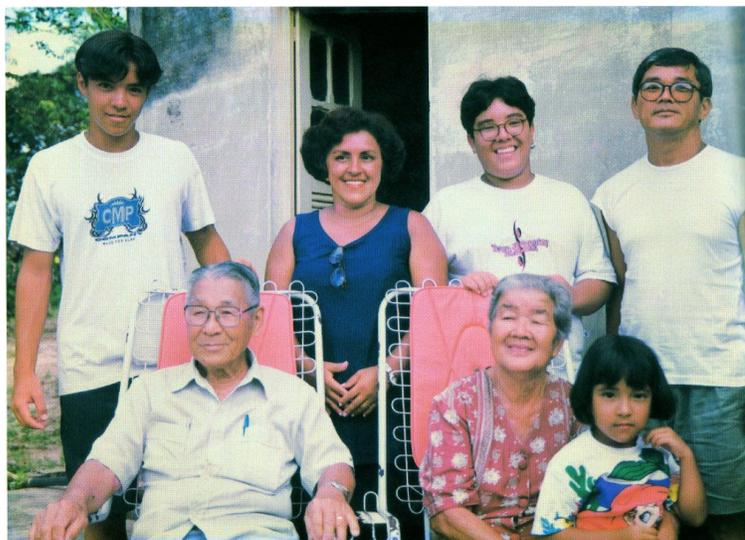
No livro de Tsunoda (1988), há um capítulo específico referente ao Conde Koma, pela sua importância dentro da sociedade paraense e pela contribuição nas relações entre os governos do Estado do Pará e do Japão. Segundo a autora, Conde Koma não poupou esforços para garantir o sucesso da colônia de imigrantes japoneses no Pará, faleceu neste estado em 1941.

Ao retomar a narrativa de sua vida em terras brasileiras, Ohashi demonstra gratidão por estar no Brasil e considera os dias e o nascer do sol mais bonito aqui. Esse fato nos sugere a consciência que o autor passa a ter em relação ao país que passará a ser sua terra natal. O Japão, nesse contexto, já deixara de ser o lugar para onde ele e sua família retornariam. O tempo para que o desânimo tomasse conta dos imigrantes era pequeno e aos poucos se adaptavam aos moldes brasileiros e surgiam novas reorganizações no seio familiar. As crianças nasciam, cresciam e aos poucos, o contato com os amigos não-japoneses, tornava-se

⁵⁰ Dan significa as graduações que os judocas obtêm após a faixa preta.

uma realidade a ser encarada pelos pais que, *a priori*, queriam seus filhos educados e criados segundo a cultura japonesa trazida por seus pais. Porém, a realidade foi sendo alterada aos poucos, muitas vezes com conflitos no seio da família. Algumas famílias tentaram controlar as uniões entre os filhos que já não eram considerados *issei* por terem nascido fora do Japão. Eram os *nissei*⁵¹, sendo que esta geração foi a que mais sofreu, na maioria dos casos, pois, os conflitos geracionais foram de maior impacto.

Ohashi sugere ter sido mais liberal (ou realista?) e os conflitos geracionais não parecem ter sido freqüentes, pelo menos ao longo da narrativa o autor não demonstra ter tido esse tipo de problema, e afirma que os *nissei* possuem apenas pontos positivos: por serem descendentes de japoneses e por serem brasileiros, e resume seu pensamento no fato dos descendentes serem bons de corpo e alma, talvez pela suavidade do clima da Amazônia, segundo opinião do narrador. O quarto filho, Cláudio Kiyoshi Ohashi, formado em medicina, é o exemplo dessa integração, como podemos ler: “*O meu filho médico está servindo para os japoneses como também para os brasileiros, estou vendo [isso] com grande satisfação [...]*” (OHASHI, 2003, p. 52). Na narrativa de Ohashi fica evidente através das fotos da família a diversidade encontrada com as uniões que foram estabelecidas com o passar dos anos.



Fotografia 27: O autor Paulo Toshio e esposa Lígia Tari Ohashi (sentados) e da esquerda para direita o neto Gustavo, a nora Ivone, o neto Bruno, o filho Augusto e a neta Ludmila, no colo da avó.
Fonte: Ohashi (2003, p. 30)

⁵¹ Primeira geração de descendentes de japoneses nascidos fora do Japão. *Nissei* significa Ni (número 2), sei (geração), ou seja, segunda geração. Depois temos a terceira geração (*sansei*), quarta geração (*yonse*) e assim por diante. Atualmente fala-se em quinta geração (*gossei*). Toma-se por referência os avós que são japoneses nascidos no Japão e imigraram para o Brasil.

Por outro lado, ele mesmo casou-se com uma descendente como fizeram os primeiros imigrantes solteiros que chegaram ao Pará. Dessa forma, o casamento com Lígia Tari Ohashi⁵² seguiu os padrões matrimoniais japoneses. A presença de novas pessoas, seja por meio dos casamentos ou nascimentos, no seio da família dos imigrantes é recorrente dentro das narrativas. Nesse sentido, o *miai*⁵³ (casamento arranjado) está presente em muitos casos e o amor torna-se secundário à medida que o objetivo maior é a negociação entre as famílias de patrícios e a aquisição de mais braços para auxiliar no trabalho familiar, sendo assim, aumentar a força de trabalho o que significava mais lucro. A esposa de Ohashi, segundo opinião do narrador, cumpriu de forma satisfatória o seu papel enquanto mãe, esposa e nora o que o faz sentir satisfação por ter sido pai de nove filhos e delega à esposa o título de “super mãe” (OHASHI, 2003, p. 31). Realmente, a esposa foi uma “super” mulher, pois, colocou no mundo nove filhos que, de alguma forma, devem ter contribuído para a prosperidade da família.



Fotografia 28: Casamento de Paulo Toshio Ohashi e Lygia Tari Ohashi em 14.12.1944.
Fonte: Ohashi (2003, p. 7)

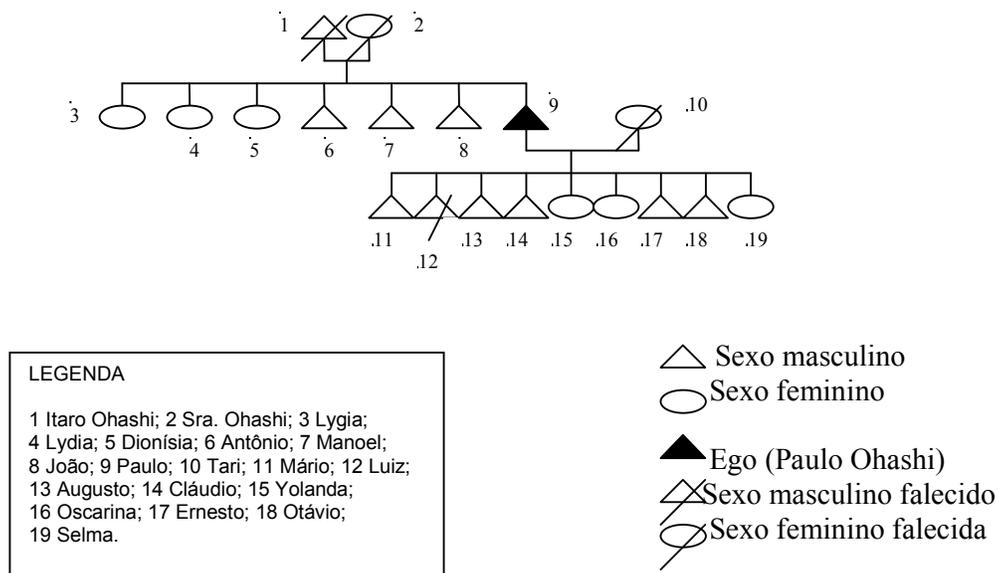
A chegada de filhos é uma constante nas narrativas. Porém, o autor não entra em muitos detalhes sobre o nascimento dos filhos apenas cita que os dois primeiros nasceram na colônia de Ipitinga município de Tomé-Açu/PA e após esses dois nascimentos: Mário

⁵² A esposa deve perpetuar o nome da família do marido, de acordo com as regras da sociedade japonesa. O sobrenome da família de Tari foi apagado dos registros civis e esta recebeu o novo sobrenome: Ohashi.

⁵³ O *miai* consiste num encontro preliminar entre o pretense futuro casal. Encontro este no qual o casal decide se concorda ou não com o desejo, “negociação”, das famílias envolvidas. Não podemos deixar de pensar o *miai* enquanto uma negociação que passa a ter aspectos monetários e a esposa passará a pertencer à genealogia da família do futuro marido. (Ver: SAKURAI, Célia, 1993, p. 69)

Toshihiko e Luiz Eidi, o autor se transfere com sua família, composta de quatro pessoas, para o município de Santa Isabel. Dos nove filhos de Ohashi a maioria das fotos nos mostram que são casais constituídos com não-descendentes, como veremos posteriormente. Abaixo esquematizo a árvore genealógica da família de Itaró Ohashi.

Figura 1: Árvore genealógica da família Ohashi



Partindo do caminho que o narrador nos aponta pode esquematizar a formação genealógica dos membros diretos do casal Itaró e Tari Ohashi. A partir do esquema acima podemos visualizar a ordem de nascimento dos filhos do casal: o primeiro filho, Mário, nasceu em 1946, em seguida, Luiz em 1947 (falecido em 1997, aos 50 anos), Augusto nasceu em 1948, o quinto filho, Cláudio nasceu em 1949, Yolanda nascida em 1951, Oscarina nascida em 1953, o sétimo filho, Ernesto nasceu em 1954, seguido de Otávio em 1956 e Selma nascida em 1957. Abaixo, as fotos dos dois primeiros filhos do casal: Mário Toshihiko Ohashi (à esquerda) e Luiz Eidi Ohashi (à direita):



Fotografia 29: Raquel, Mário Toshihiko Ohashi (ao centro, filho do autor), Paulo Toshio Ohashi Neto, Rosa Maria Sales (esposa de Mário) e Rafael.
Fonte: Ohashi (2003, p. 18-19)



Fotografia 30: Luiz Eidi Ohashi e sua filha Cláudia.
Fonte: Ohashi (2003, p. 20)

Na família de Ohashi, os nove filhos nasceram com espaço, em média, de um ano. Nas narrativas como poderemos ver, as famílias de imigrantes são numerosas, no entanto, o grande número de filhos nascidos no Brasil não deixava morrer a vontade de voltar para o Japão. Um grande dilema se estabeleceu ao verem seus filhos nascerem, os pais têm vontade de voltar ao Japão, mas são obrigados a permanecer no Brasil. Com a chegada dos filhos o sentimento de *ganbaré* tornava-se ainda mais forte e, assim, o futuro dos filhos passou a ser um motivo a mais para os esforços da família.

Com o passar dos anos, os filhos de Ohashi ingressaram na escola de ensino regular e, a vida da família passa por mudanças. O pai comprou uma casa na cidade de Belém para onde a família se transferiu com o objetivo dar melhores condições de estudo para as crianças. É com muito orgulho que o narrador fala sobre as conquistas provenientes da educação que seus filhos receberam: Mário Toshihiko é agrônomo, Luiz Eidi [falecido] era funcionário da empresa Y. Yamada e trabalhou na agricultura auxiliando ao pai, Augusto exerce a medicina e trabalha em Brasília, Cláudio é médico e trabalha no Hospital Amazônia em Tomé-Açú/PA, Ernesto é dentista e possui consultório em Castanhal, Otávio é médico veterinário, professor e pesquisador da UFPA, as filhas: Yolanda é biblioteconomista, Oscarina é agrônoma, Selma é engenheira florestal e professora da FCAP [atualmente UFRA]. Diferentemente de casos em que apenas um dos filhos completa a educação, no caso da família Ohashi todos prosseguiram nos estudos, com exceção de Luiz Eidi, sobre o qual o narrador não tece nenhum comentário

referente à educação. Informa apenas que o filho trabalhou durante muitos anos no grupo Y. Yamada e depois retomou suas atividades na agricultura.

Como um Samurai, o narrador não deixa transparecer sinais de sofrimento e agüentava todas as adversidades sem pestanejar, Benedict (2002, p. 128). Esta autora faz uma análise sobre o comportamento dos samurais e a forma com que estes deveriam se portar frente às circunstâncias desfavoráveis. Fica evidente que Paulo Ohashi tomou para si toda responsabilidade com o trabalho na agricultura com o intuito de dar condições melhores aos filhos e perpetuar a honra do nome da família. Ao longo do relato o narrador nos esclarece que apenas um dos nove filhos seguiu seu exemplo de agricultor, Luiz Eidi que nas palavras do narrador: “*trabalhou durante vários anos na Y. Yamada depois voltou a trabalhar no sítio, tomava conta dos serviços no meu lugar [...]*” (OHASHI, 2003, p. 34). Diante do relato podemos perceber que o filho Luiz Eidi responsabilizou-se em dar continuidade ao trabalho iniciado pelo pai, pois, este seria o papel do irmão mais velho que na época era estudante de agronomia. Este por sua vez, ainda trabalhou durante um ano nas terras de propriedade do pai até ser nomeado funcionário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fixando residência no município de Altamira (sudoeste do Estado).

Seguindo as lembranças de Ohashi, o livro toma vários outros caminhos no sentido de abrir outras discussões como o contexto político, a criação da Associação Cultural Nipo-brasileira no município de Santa Izabel, que representa um marco de divulgação da colônia japonesa tanto no âmbito municipal quanto em âmbito mais abrangente. As conversas sobre a criação de uma associação de japoneses iniciaram num período após o final da II Guerra e numa visita de Ohashi a casa do cunhado Tooichi Iketani, a mãe deste renunciou que caso Ohashi fosse incumbido de tarefas dentro da futura associação, este seria chamado de “ladrão” no final de seus trabalhos. O narrador seguiu com seus projetos para a criação da associação Nipo-brasileira de Santa Izabel e depois de alguns anos o prenúncio da mãe de Iketani tornou-se realidade. No entanto, o narrador não se arrepende por completo de sua atuação. Confessa que muitas vezes deixou a família em favor da Cooperativa e em certa ocasião numa viagem a São Paulo a trabalho pela cooperativa, deixou a esposa grávida e esta deu à luz enquanto Ohashi se encontrava na capital paulista:

[no] momento do parto achei-me o mais péssimo marido do mundo, minha esposa tinha idéia do valor de se criar os filhos e sentia alegria de ser mãe, para mim também, e a importância por ela ter me dado nove filhos é a maior satisfação da minha vida [...]. (OHASHI, 2003, p. 31).

Após várias reuniões com os membros da colônia japonesa do município de Santa Izabel, em assembléia geral, composta por 42 pessoas, datada de 15 de novembro de 1960, é fundada a Associação Cultural Nipo-brasileira de Santa Izabel e Santo Antônio, tendo como presidente da diretoria Paulo Ohashi e conselheiro Manoel Ohashi, entre os outros postos ocupados por outros membros da colônia local. Dentro dessa perspectiva observamos que a família Ohashi ocupava dois cargos dentro da diretoria da recém-criada associação. No ano de 1973 num outro processo de eleição da diretoria manteve Paulo Ohashi como presidente para um novo mandato. Foram instaladas novas seções dentro da estrutura da associação: ensino de língua japonesa, cultural, jovens, esporte e administração geral. Em novembro de 1982 a criação da Associação de Senhoras, sob presidência de Nobuko Hiwa e Taeko Komatsu, teve um caráter muito especial, pois teria o objetivo de manutenção das tradições japonesas para a colônia e a divulgação das mesmas para o público em geral, como diz Ohashi:

Conseguiram a adesão de 64 famílias [japonesas] que concordaram em fundar a sociedade cujo objetivo era manter a tradição e os costumes japoneses, através de celebração de datas festivas, artes, esportes, religião e assistência social, então as duas senhoras planejaram coordenar a realização de uma festa no dia 27 de dezembro de 1981, chamada Festa da Comida Japonesa Udon Matsuri, com vendas de comidas típicas japonesas e de flores que vieram de São Paulo (OHASHI, 2003, p. 20).

Da fala do narrador podemos perceber os principais objetivos que justificavam a criação da Associação de Senhoras Japonesas.

b) O livro comemorativo dos 70 anos de imigração japonesa para a Amazônia:

O livro comemorativo dos 70 anos de imigração para a Amazônia é uma continuação do livro de 60 anos e, por isso, o material apresentado é volumoso em seu conteúdo e as fotos são abundantes. Sendo assim, muitos imigrantes, personalidades de dentro e de fora da comunidade japonesa são apresentados, contam suas histórias, suas relações sócio-políticas com os membros da sociedade local, suas trajetórias e, por fim, compõem um painel dessa comunidade no Estado do Pará.

Nada melhor que iniciar um livro comemorativo da imigração do que utilizar dados memorialísticos dos próprios personagens a serem retratados ao longo do livro. Ao todo, dezoito imigrantes escreveram um relato sobre um tema livre relacionado à imigração para o Brasil. Os relatos são os mais variados e a disposição é aleatória, tanto que o primeiro imigrante, Issao Kitagawa, fala do período pós-guerra e das migrações dos japoneses que se dirigiam para a capital paraense provenientes do Amazonas, no quadro abaixo podemos verificar os autores e as cidades onde residem.

<i>Autor</i>	<i>Cidade</i> ⁵⁴
1. Assao Kitagawa	Altamira
2. Masaru Inoue	Castanhal
3. Makio Oe	Guamá
4. Takato Manei	Belém
5. Uchu Yasui	Belém
6. Kiyoko Harada	Belém
7. Takeshi Kato	Belém
8. Shizuko Hashiguchi	Belém
9. Kohei Tsuji	Santarém
10. Takaya Fujihashi	Tomé-Açú
11. Yoshihiro Kitajima	Belém
12. Tokutaro Yamagiwa	Belém
13. Susumu Gosso	Coqueiro
14. Toshiaki Honda	Belém
15. Etsuko Watanabe	Belém
16. Ken-ichiro Motoki	Ananindeua
17. Shigehiro Takano	Belém
18. Masami Oshikiri	Tomé-Açú

Quadro 3: Imigrantes que contribuíram com seus relatos no livro comemorativo.

Nota-se que a maioria dos que contribuíram com seus relatos não mantêm residência no município para o qual imigraram. A maioria possui residência fixa em Belém, apenas dois continuam em Tomé-Açú. Os relatos são dignos de uma análise mais aprofundada, pois, nos levam a perceber alguns aspectos importantes da vida dos imigrantes. Utilizarei alguns desses depoimentos a fim de discutir sobre questões específicas que norteiam este trabalho. Por exemplo, é Masaru Inoue, residente no município de Castanhal, descreve o imaginário que os japoneses passaram a ter sobre o Brasil durante as campanhas de incentivo a imigração por parte do governo japonês:

⁵⁴ A cidade se refere ao município no qual o autor mantém residência no momento que escreveu sua memória para o livro comemorativo. Ver: Maruoka (s/d)

Pequenos lavradores de horta no Japão poderiam tornar-se proprietários de terrenos extensos. Aproveitando as condições de escolha do terreno, poderiam tornar-se grandes lavradores. E como levava recursos destinados ao investimento inicial suficientes para vinte pessoas, a minha mulher não alimentava dúvidas a cerca do sucesso (INOUE, In: MARUOKA, s/d, p. 4).

De fato, as terras férteis às quais Inoue ansiava na colônia localizada às margens do rio Guamá, afluente do rio Amazonas, eram excepcionais, por esse motivo, vários outros imigrantes vieram do Japão para lá se instalarem: ex-prefeito, funcionário público, policial, carpinteiro, ferreiro eram pessoas que supostamente nunca tinham tido contato com a agricultura em seu país de origem, mas, as perspectivas pareciam boas segundo as palavras de Inoue.



Fotografia 26: Masaru Inoue
Fonte: Maruoka (s/d, p. 4)

Contudo, a euforia dos imigrantes que se dirigiram para o Guamá não duraram. Os espíritos pareciam tão eufóricos que durante a viagem era ouvida a seguinte canção, Inoue (In: MARUOKA, s/d, p. 5):

*Guamá, Guamá,
Os espíritos anseiam por ti
É tão bom morar, viver em Guamá...*

Ao chegarem à colônia Guamá, no entanto, os imigrantes foram colocados frente a uma outra realidade muito mais dura. Fica marcada nas palavras de Inoue que faz uma longa descrição do local após o desembarque:

Os imigrantes eram recolhidos em um abrigo cercado de madeira, para escapar da chuva. Ouvia-se depois o cochar dos sapos. Soubemos então que não havia divisão de terrenos, nem casas construídas. Devíamos, por algum tempo, morar em quartos de madeira mal-cheirosa. Imediatamente, mulheres e crianças ficaram chocadas e começaram a protestar. Começava a vida em que ingeríamos água barrenta e mergulhávamos as mãos e os pés em lodo, havia distribuição de víveres, o

suficiente para não morrermos de fome. Existiam pessoas que nada faziam, e só pensavam em como escapar dali. [...] o rio Guamá era assustador. Engolia os imigrantes, fazendo crescer a quantidade de túmulos, ano após ano. O desespero dos familiares era um fator de deserção. (INOUE, In: MARUOKA, s/d, p. 5-6)

Pelas palavras de Inoue observamos o choque que foi a realidade que se descortinou na frente dos imigrantes quando de sua chegada à colônia do Guamá. Realidade essa que não chocou apenas a família de Inoue, mas tantas outras que tinham em mente um outro Brasil. Um país com bonitas paisagens como aparecia nas imagens veiculadas no Japão durante a campanha de incentivo a imigração, como vimos no capítulo anterior ao analisar o cartaz da imigração. Posteriormente, no relato de Kiyoko Harada temos um exemplo citado por Issao Kitagawa, os imigrantes que migraram do Amazonas para o Pará.



Fotografia 32: Kiyoko Harada
Fonte: Maruoka (s/d, p. 14)

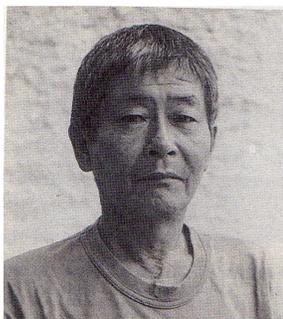
Harada, conhecida pela sua produção de poesias *haikai* e *tanka*⁵⁵, imigrou para o Brasil em 1933 morou no município de Parintins no Amazonas, em 1969 transferiu-se para o estado do Pará⁵⁶. Em sua narrativa descreve os dias e os novos hábitos adquiridos quando ainda morava às margens do rio Amazonas: macaco, onça e capivara tornaram-se as principais carnes consumidas pela família. O principal motivo da transferência para o município de Oriximiná, estado do Pará, foram as constantes enchentes que experimentaram ao longo do rio Amazonas, sendo que a ocorrida em 1953 deixou grandes lembranças pela densidade das águas que submergiram as plantações.

Nas lembranças de Gosso, ex-funcionário da Companhia Nipônica, fica resumida a expectativa de voltar à pátria mãe por parte dos japoneses que imigraram para as margens do Amazonas. Por outro lado, muitos foram perseverantes e preferiram permanecer. Dessa forma

⁵⁵ Estilos de poesia japonesa.

⁵⁶ Ver HARADA, Kiyoko. “Bola de espinhos: Antologia de Haiku”. Maringá: [s.n.], 1996.

tornariam-se os heróis que conseguiram ultrapassar todas as barreiras das dificuldades e então alcançariam o *El dorado* que almejaram ao deixar o Japão. Gosso (In: MARUOKA, s/d, p. 29) fala da liberdade que experimentou em terras brasileiras: “*Ao se experimentar uma vez a liberdade, a sua necessidade se faz sentir cada vez mais, extrapolando quaisquer limites*” esse sentimento do qual o narrador se refere deve ter sido o principal motivo que o fez permanecer no Brasil.



Fotografia 33: Susumu Gosso
Fonte: Maruoka (s/d, p. 29)

Durante a narrativa de Gosso somos levados a uma análise sobre a imagem que os imigrantes formaram em relação ao caboclo⁵⁷. É evidente a estranheza com que o narrador se depara e compara a educação e a estrutura hierárquica que vigoravam no Japão com as formas de sociabilidade entre os caboclos locais:

Em uma sociedade em que as pessoas convivem com diversos estágios da civilização, a face interna das pessoas assume uma importância maior que o seu traje ou a sua aparência externa. É por isso mesmo, elas se exercitam mutuamente em aperfeiçoar a capacidade de apreender de relance essa face. Os que vieram de um regime rígido de educação encontram aqui um sistema estranho para o qual não foram instruídos. Para essas pessoas, acostumadas em um ambiente onde sem credenciais não se conseguem atenções, este local passa a ser uma “academia” assustadora que lhes exige personalidade [...] (GOSSO, In: MARUOKA, s/d, p. 30)

Os estrangeiros que se estabeleceram na região amazônica foram os que mais empregavam os caboclos. O comportamento e sua indolência passam a ganhar fama entre os patrões estrangeiros. Os brasileiros eram entendidos através da figura do caboclo. Sendo assim, os caboclos representavam, entre os estrangeiros, a sociedade nacional, como podemos ler na narrativa de Gosso (In: MARUOKA, s/d, p. 30): “*De repente o caboclo passa a representar em suas mentes [dos estrangeiros] a natureza do povo brasileiro. Assim, a sua*

⁵⁷ Os caboclos seriam os “habitantes naturais da região”. (Ver GOSSO In: MARUOKA, s/d, p. 30)

percepção se torna espantosamente pobre. O caboclo passa a ser, para eles, ‘vagabundo e malandro’”. O narrador contemporiza que, nessa imagem generalizada do povo brasileiro, feita pelos estrangeiros, excluiu-se a informação que os próprios estrangeiros os exploravam em trabalhos pesados. Nas palavras de Gosso fica implícito que, os caboclos seriam os heróis regionais, enquanto que, os imigrantes seriam os heróis de seus países de origem. Posição esta que contrasta com os demais estrangeiros. Alguns elementos desse heroísmo estão presentes na narrativa de Gosso (In: MARUOKA, s/d, p. 30) quando este observa entre os caboclos: “*a forte solidariedade e sólida lealdade. Eles são honestos e possuem uma forte rede de solidariedade*”, características semelhantes às dos imigrantes japoneses.

É interessante verificar a *fricção interétnica* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 6) que se tem nessa passagem. Gosso pontua muito bem a visão dos estrangeiros e a dele próprio. A única questão que o narrador não explicita é quem são esses estrangeiros. Seriam os próprios japoneses? Ou as outras etnias que vieram a se estabelecer na região de Tomé-Açú? Segundo dados da Prefeitura Municipal de Tomé-Açú, o primeiro homem branco a se estabelecer no território de Tomé-Açú foi o português José Maria de Carvalho que foi também o primeiro comerciante de madeira na foz do igarapé Tomé-Açú. Depois veio Agapito Joaquim de Cristo que, por aforamento, adquiriu as terras onde atualmente se localiza o município de Tomé-Açú, antes denominada de fazenda Bela Vista.

Continuando com as memórias escritas pelos imigrantes, um fato curioso, chama a atenção que é a presença, em duas narrativas, do casal Renkichi e Kiyoko Hiraga. Em uma dessas narrativas, Etsuko Watanabe, conhecida pelas poesias haikai que compõe, dedica toda sua escrita ao casal Hiraga. A narradora inclusive inicia sua escrita com versos haikai de autoria de Renkichi Hiraga. O autor usa o pseudônimo de Kosen:

*Ano Novo,
E as flores de gergelim
Já se despontam*

Kosen

*As chuvas ao fim
Deixando marcas das goteiras
Tanto tempo aqui eu vivo*

Kosen

A vida dos Hiraga parece ter sido pacata, como podemos observar nos versos acima, e ao mesmo tempo marcada por grandes momentos. Um dos quais lembra Watanabe, em seu tom saudosista, da qualidade do casal de serem bons anfitriões, hospedavam visitantes e transformavam as noites em festas animadas que, ao longe, podia-se ouvir: “*o som do piano,*

violão e vez por outra a voz do casal em dueto” (WATANABE, In: MARUOKA, s/d, p. 33) ao se referir a estas noites, a narradora lembra ainda que o som animado “*amenizava os dias monótonos*”. O repertório era composto por músicas nacionais e japonesas. Segundo a narradora, a construção da pátria paradisíaca era o grande objetivo do casal. O fato mais interessante na narrativa são os hóspedes da família Hiraga: “*políticos famosos, intelectuais, diplomatas, escritores, artistas e pintores que se revezavam com frequência, aos que se dedicava a mesma atenção*”. (WATANABE, In: MARUOKA, s/d, p. 33).

Da mesma forma que Watanabe, Ken-Ichiro Motoki, também lembra em sua narrativa do casal Hiraga e da visita destes, no período que antecedeu a imigração para o Brasil, à sua família na cidade de Sumaro, província de Kobe. Na época Kiyoko Hiraga aprendia a tocar piano e koto [harpa horizontal japonesa] e era fluente em inglês. As habilidades da esposa Kiyoko, com o piano e a harpa, tornar-se-iam essenciais para as noites festivas proporcionadas pelo casal em sua residência de Tomé-Açú. O casal anteriormente morava na colônia localizada em Monte Alegre e, em 1939, por pedido de Mitsuyo Maeda transferem-se para Tomé-Açú⁵⁸. Motoki lembra também de figuras ilustres dentro da colônia: Hachiro Fukuhara, Hichiro Motoki, Mitsuyo Maeda, Naoyoshi Kataoka e Takeo Yano.

As duas últimas narrativas escritas pelos imigrantes são baseadas em atividades desenvolvidas: Shigehiro Takano descreve o garimpo localizado às margens do rio Madeira e em poucas passagens esclarece que ele próprio trabalhava com a extração do ouro. Menciona a dificuldade de se trabalhar com a extração do metal, as doenças que acometem os trabalhadores, ele próprio fora acometido de malária por várias vezes e experimentou os dois tipos da doença: *P. virax* e *P. falciparium*⁵⁹. O narrador menciona também o uso de drogas por parte dos trabalhadores de garimpo, mas não deixa claro se ele também as utilizava. O ar internacional que apresenta o garimpo é lembrado pelo narrador. Entre os trabalhadores era grande a quantidade de alemães e japoneses. A comercialização do ouro fica por conta do grande número pessoas do Oriente Médio. O cenário descrito por Takano mostra que ele trabalhou num ambiente que era multicultural, pois, estavam inseridos os nacionais, os japoneses, alemães e as pessoas do Oriente Médio como ele próprio menciona. Realidade esta diferente dos demais imigrantes japoneses. A narrativa não menciona nenhuma marca

⁵⁸ Ver Maruoka (s/d, p. 72)

⁵⁹ A primeira produz apenas febre alta, enquanto que, a segunda faz perder o senso do tempo e produz tontura. E quando os dois tipos atacam ao mesmo tempo, o quadro torna-se grave. Ver Takano (In MARUOKA, s/d, p. 41).

temporal, apenas podemos deduzir que o período a que se refere é o da época áurea da extração do ouro na região do rio Madeira.

E a idade de ouro da pimenta é o título da narrativa de Masami Oshikiri. Sublinha-se que as narrativas foram agrupadas com uma seqüência de fatos da história não apenas dos imigrantes na Amazônia mas também com relação às atividades que foram se sucedendo ao longo das trajetórias dos atores. Finalmente a pimenta teve seu papel destacado, por ter sido, a maior fonte de riqueza de muitos imigrantes. Oshikiri chega a Tomé-Açu em 1955, proveniente da cidade de Obanazawa, província de Yamagata. Na narrativa, o autor lembra da situação do Japão quando ele resolveu emigrar para o Brasil:

Dez anos acabavam de completar, após a guerra. Os aparelhos de rádio estavam então penetrando em todos os lares da minha terra natal de Yamagata. O trabalho no campo era executado por cavalos e bois e para sair utiliza-se a bicicleta. Era época em que a diária estava entre 250 e 280 ienes. Recordo-me que o dólar estava cotado a 363 ienes. (OSHIKIRI, In: MARUOKA, s/d, p. 41)

Ao longo da narrativa Oshikiri demonstra sua surpresa ao chegar a um vilarejo *“localizado nos confins do mundo, para quem vem do Japão, onde cheguei a muito custo”* (OSHIKIRI, In: MARUOKA, s/d, p. 41), pois, os imigrantes que aqui já haviam se estabelecido demonstravam a época de fartura econômica pela qual passavam. O narrador chega em 1955 quando a pimenta passou a ser conhecida como ouro negro entre os imigrantes. As cotações de venda do produto alcançavam valores altos como podemos ler nos números: *“O dólar estava a 38 cruzeiros e valia 10 ienes. A pimenta estava cotada em 170 cruzeiros, o quilo. [...] com uma tonelada de pimenta era possível comprar quase dois caminhões [...]”* (OSHIKIRI, In: MARUOKA, s/d, p. 41). A partir desses relatos podemos perceber a dimensão dos lucros que os imigrantes passaram a ter com a cultura da pimenta.

Após os relatos dos imigrantes o autor do livro Comemorativo dos 70 de Imigração para a Amazônia, apresenta uma cronologia dos acontecimentos no Pará, Brasil e Japão, a partir de 1923 quando o governador Antônio Emiliano de Sousa Castro envia ao embaixador Tatsuke no Rio de Janeiro uma petição solicitando a vinda de imigrantes japoneses para o Estado. A cronologia feita por Maruoka é bastante detalhada em relação aos acontecimentos.

Vale ressaltar que o autor utiliza as datações a partir do calendário ocidental e também a partir dos anos de reinado dos Imperadores japoneses⁶⁰.

A exposição é marcada por datas consideradas importantes como o interesse do governador Dionísio Bentes em 1925 de desenvolver o Estado. De acordo com a história da imigração japonesa para a Amazônia este governador teve papel importante para o incentivo pela vinda de japoneses para a região. O narrador vai mostrando o processo de formação da comissão que seria enviada em visita técnica ao estado do Pará. Depois da inspeção realizada, os terrenos foram escolhidos e a imigração iniciada. Um dado importante é o “presente” recebido por Mitsuyo Maeda, em 1931, do governo do paraense: “*concessão de uma gleba de 25.000 hectares, no município de Ourém por mérito na promoção da amizade nipo-brasileira*” (MARUOKA, s/d, p. 58). Comentei em outro momento, a figura de Maeda [leia-se Conde Koma] este lembrou-se Yoshio Yamada que estava “*desiludido no Japão*” (MARUOKA, s/d, p. 58) e sugeriu que viesse ocupar com a família os hectares que haviam sido cedidos a ele pelo governo paraense.

O narrador mostra o cenário dos imigrantes logo após o período da chegada da primeira leva: as desilusões em relação à produção eram cada vez maiores, muitos começavam a desertar já em 1930. Vários eram os motivos que os levavam a procurar outros locais: dificuldade na agricultura, na alimentação, a diferença de hábitos, o surto de malária, o baixo preço do arroz que conseguiram produzir, entre vários outros fatores foram decisivos para os imigrantes se deslocarem. Muitos vieram para os subúrbios de Belém, outros foram para outros municípios ou Estados alguns conseguiram voltar para o Japão.

Aos olhos dos imigrantes que chegaram a situação era desesperadora como podemos ler na descrição de Maruoka (s/d, p. 59),

Muitos desistem ao chegar a Belém e o número de colonos ficou reduzido a trinta e poucas pessoas. Na colônia encontraram apenas uma barraca de 20 metros coberta com palha, sem paredes, e sem água no poço. A dura realidade nunca antes imaginada produz, no começo um choque profundo no grupo [...] dois meses após, a malária produz vítimas fatais. Os mais velhos do grupo contavam com idade acima de 30 anos e murmúrios de insatisfação se iniciam, a princípio veladamente entre eles. Por fim, a insatisfação se torna declarada e acaba por boicote à chefia do

⁶⁰ O ano de 1923 equivale ao 12º ano do Reinado do Imperador Taisho no Japão iniciado em 30 de julho de 1912. A partir de 1926 inicia o reinado Showa, ou seja, 1º ano da Era Showa que vai até 1988 com o 62º ano. Em 1989 inicia a Era Heisei que é a que vigora até nossos dias. Atualmente [2007] estamos no 18º ano da Era Heisei. O reinado que vigorava quando os primeiros imigrantes chegaram ao Brasil em 1908 era o Meiji que iniciou em 1868 e acabou com o regime feudal de 256 anos sob regência do Xogunato Tokugawa. [nota minha]

grupo. Após três meses o grupo se dissolve por acordo comum. (MARUOKA, s/d, p. 59)

Essa descrição se refere ao Grupo de Jovens para a Colonização da Amazônia da YMCA que fizera um treinamento de um ano e partiram do Japão em direção a colônia de Monte Alegre, estado do Pará. Dos 47 que realizaram o treinamento menos de 40 realizaram a viagem rumo ao Brasil, dentre os passageiros apenas um mulher acompanha o grupo: Kiyoko Hiraga recém-casada com Renkichi Hiraga, personagens importantes na colônia de Tomé-Açú. A maioria dos que aqui chegaram regressaram ao Japão ou se transferem para Belém, em Monte Alegre permanecem apenas os Hiraga e mais três pessoas.

Entre as várias datas que marcam a trajetória dos japoneses na Amazônia, no ano de 1978, comemorativo aos 70 anos de imigração para o Brasil, é realizado um evento que discutiu a emigração japonesa para além-mar. Um censo realizado em 1962 indicava a presença de 1.336 famílias de origem japonesa na Amazônia, totalizando 7.203 pessoas. Na fala de Tadao Umezao durante o Simpósio alguns pontos foram levantados como: os imigrantes japoneses no contexto histórico mundial assim como a participação desses imigrantes nas novas civilizações nas quais estavam inseridos. E quem seriam os novos descendentes que deixaram o Japão, mas que constituíram a formação de uma nova nação: o Brasil. O narrador coloca todo o discurso de Umezao que no final incentiva ainda mais a vinda de mais imigrantes.

Dentro da cronologia de Maruoka, no ano de 1985 um debate acalorado publicado no Boletim “Pan-Amazônia”, número 161, num caderno especial “Palavra dos nisseis”, entra no centro das discussões dos japoneses causando repercussões, os filhos nissei começam a questionar os pais que queriam educar os filhos segundo a cultura japonesa. Vários foram os pontos levantados na publicação. A década de 80 é marcada pelos questionamentos por parte dos nissei⁶¹, foi o período em que estes começaram a sair das universidades ou estavam frequentando o ensino médio⁶². Momento em que perceberam que os pais estavam vivendo

⁶¹ Uma discussão bem interessante sobre as questões identitárias entre os nissei pode ser encontrada em Felícia Ogawa. Problemas de identidade sócio-cultural no Brasil. *Cadernos CERU*. n. 16, 1ª série, nov. de 1981. São Paulo. A autora discute a iniciativa dos imigrantes que após a II Guerra viram desaparecer seus sonhos de retorno ao Japão. Sendo assim, tentaram criar um segundo Japão no Brasil. Isso significava que aos nissei era inculcida a idéia de que eram a ponte entre as duas culturas e tinham a responsabilidade de nunca envergonhar a nação japonesa. Uma das formas de preservar foi a criação de escolas japonesas para ensinar o idioma, hábitos e comemoração de datas nacionais japonesas.

⁶² Ver SILVA, Orlando Sampaio. O Japonês em Santa Isabel do Pará. *Cadernos CERU*. n. 11, 1ª série, set. de 1978. São Paulo. Neste trabalho o autor faz um levantamento preliminar dos descendentes de japoneses (nissei) matriculados na Universidade Federal do Pará e na Escola de Agronomia da Amazônia e constata que o número

em dois mundos: em casa recebiam educação japonesa e deveriam se portar à altura e por outro lado já estavam inseridos na sociedade brasileira no sentido de terem a educação formal e os amigos já extrapolavam em número as amizades feitas dentro da colônia⁶³ japonesa. Entre os vários pontos levantados pelos nissei, segundo Maruoka (s/d, p. 117), alguns merecem destaque:

- Não trazer o Japão para cá;
- Nós somos brasileiros, pois temos pais japoneses residentes no Brasil;
- As mulheres têm os mesmos direitos dos maridos;
- O Japão está na vanguarda da tecnologia. Mas em termos culturais está abaixo da média;
- Com raras exceções, os isseis do Pará agem com a mentalidade de 40 ou 50 anos atrás;
- O preconceito racial dos isseis é excessivamente forte, a ponto de fazê-los desprezar os próprios descendentes;
- São frios e desconfiados com relação aos desconhecidos, o relacionamento inicial é difícil;
- Acham que o problema da educação se resolve apenas enviando os filhos para escolas de primeira linha. São descuidados na boa orientação dos filhos nos lares. E também na instrução do japonês;
- Não confiam naqueles que não falam japonês, mantendo-os afastados;
- Deixar-nos freqüentar boas escolas e nos conceder mesadas não é tudo. O importante é a comunicação. Iniciem a comunicação desde a infância.

O autor apenas reproduz as palavras publicadas pelos nissei no Boletim Pan-Amazônia sem tecer nenhum comentário. Mas, o silêncio do autor, sugere que este talvez não quisesse suscitar novas discussões. Os pontos colocados acima demonstram a forma de pensar, agir e analisar dos imigrantes em relação aos descendentes. Em muitas opiniões é forte a presença do “desprezo” em relação aos descendentes, mas, deve-se ressaltar que, a língua japonesa tem um papel essencial para a aceitação dos descendentes e para que estes se tornem participantes reconhecidos pelo grupo social, ou seja, saber falar a língua japonesa representa uma melhor aceitação por parte dos demais membros.

Observamos que o livro comemorativo continua com outras narrativas dos imigrantes. Gota Tsutsumi, secretário executivo da APANB, escreve sobre a vinda de

de nissei é expressivo nas universidades e também compara os jovens aos seus pais agricultores. A maioria não teve a chance de freqüentar um curso superior.

⁶³ É por volta dos anos 80 que a colônia nipo-brasileira começa a utilizar o termo comunidade. As famílias mais abastadas compraram casa nas cidades para os filhos poderem estudar (Ver OHASHI, 2003) Muitas famílias fizeram o mesmo e o número de nissei que passou a se estabelecer nas cidades e a receber a educação superior aumentou. Com o tempo o termo colônia de japoneses não era apropriado por remeter a idéia de interior, por isso, começaram a utilizar o termo comunidade. Atualmente nos referimos a comunidade nipo-brasileira de Belém, por exemplo.

japoneses provenientes do Peru⁶⁴ no período anterior a imigração oficial para o Estado do Pará. Tem como personagem principal a senhora Ito Kawamoto, casada com Kiyohachi Kawamoto, ela relata sua descida da região do Peru, passando pela Bolívia onde foi também pioneira da imigração japonesa naquele país, até chegar ao Brasil. Sendo assim, a presença de japoneses em solo paraense é registrada muito antes das imigrações oficiais.



Fotografia 34: Ito Kawamoto
Fonte: Maruoka (s/d, p. 125)

Os japoneses que vieram do Peru em direção ao Pará são conhecidos como *Peru Kudari* [os que desceram do Peru] como ressalta o narrador. Este ressalta ainda que provavelmente o primeiro japonês a pisar na Amazônia foi Manji Takezawa, que viera para o Brasil servir D. Pedro II como instrutor de artes marciais. Após a abdicação de D. Pedro formou junto com os artistas do palácio um circo que viajou da Amazônia até o Uruguai e Argentina em exposições. Voltando a senhora Ito, esta lembra que quando chegou a Belém, com seu esposo, outros japoneses já residiam na cidade: Shosuke Takahashi [desde 1916, proveniente do Peru], Yasuji Eguchi, Yoshisuke Nishihara, Isamu Hongo, Shoichi Genba, Tadaji Iwanaga e Conde Koma (Mitsuyo Maeda).

Em seguida é feita uma descrição da festa comemorativa dos 60 anos de imigração japonesa para a Amazônia, esta será descrita a seguir com mais detalhes, pois, a quantidade de fotografias demonstra a necessidade de se deixar registrada a grande comemoração. No final do livro comemorativo há um debate sobre os dez anos após o 60º aniversário de imigração japonesa para a Amazônia, tendo como presidente do debate o secretário executivo da

⁶⁴ A primeira leva de imigrantes que chegaram ao Peru data de 1899. Das 790 pessoas muitos morreram, outros fugiram em direção a Amazônia atraídos pela notícia de prosperidade da borracha. Ver Tsutsumi (In: MARUOKA, s/d, p. 124).

APANB, Gota Tsutsumi além dos convidados: Hiroshi Okajima (agricultor), Kiyoko Oti (enfermeira e professora de Língua Japonesa), Yoshihiro Kitajima (empresário), Susumu Gosso (autônomo), Yoshio Maruoka (diretor da APANB, autor do livro comemorativo aos 70 anos de imigração), Shigeyoshi Ono (Diretor financeiro da APANB), Rosa Kamada Furukawa (Arquiteta).



Fotografia 35: Participantes do debate. Da Esquerda para direita: Hiroshi Okajima, Yoshihiro Kitajima, Shigeyoshi Ono, Yoshio Maruoka, Kiyoko Oti. À frente Gota Tsutsumi e Susumu Gosso. Fonte: Maruoka (s/d, p. 282)

Na foto não aparece Rosa Kamada, pois, na ocasião foi convidada como fotografa do debate. Um destaque deve ser dado à posição de Kiyoko Oti, a única mulher que aparece na fotografia. O leitor pode observar que ela se coloca numa posição afastada dos demais convidados e parece estar um passo atrás de Maruoka. Este fato sugere o respeito e a reverência dela em relação aos demais membros do sexo masculino, membros da diretoria, em sua maioria. Levando em consideração o trabalho de Ruth Benedict (2002), podemos sugerir que Kiyoko Oti ocupou hierarquicamente o seu lugar. Os demais convidados são homens, alguns são membros da APANB, e todos detêm um *status* dentro da comunidade japonesa local. Isso não significa que ela seja inferior, mas hierarquicamente, segundo as normas sociais japonesas, ela deve respeitar, mesmo que inconscientemente. De acordo com uma breve biografia de cada convidado podemos ver que apenas Shigeyoshi Ono e Rosa Kamada são nascidos no Brasil. Isso nos remete novamente ao *status* que cada convidado deveria ter. Como Rosa Kamada não aparece na foto podemos presumir que talvez ela também se colocaria atrás de um dos homens da fotografia. Para Kiyoko Oti este é o padrão e ela o seguiu.

É durante a descrição do debate que Gota Tsutsumi esclarece que o livro comemorativo dos 70 anos de imigração é apenas a tradução da edição que havia sido lançada, em língua japonesa, durante as comemorações dos 60 anos, ou seja, uma década antes. No entanto, a nova publicação contém muitos dados que foram levantados na década anterior, apenas novos textos e a cronologia foram acrescentadas. Além disso, foi inserido um álbum das fotos referentes aos festejos dos 60 anos de imigração.

c) O livro de Akira Nagai

No livro de Akira o número de imagens é considerável mas diferentemente dos outros livros anteriores, este apresenta gravuras feitas pelo próprio autor que mostram sua trajetória desde criança através de desenhos utilizando suas lembranças.

A vida de Akira é retratada como sendo simples como a de qualquer outro caboclo amazônico. No início do livro, ao todo com setenta e dois pequenos textos, o autor mostra a ilustração de japoneses no Vale do Acará.



Desenho 1: Início da colonização japonesa no Acará.
Fonte: Nagai (2002, p. 11)

Na gravura podemos visualizar o céu coberto por nuvens, típica cena amazônica, dando lugar a mata semi-virgem que aos poucos parece estar sendo derrubada. A derrubada deu lugar ao porto que, supõe-se, ser o de Tomé-Açú. Em segundo plano observamos a passagem de um barco. Podemos visualizar ainda a presença de mata. E um homem no meio do que seria um ponto de atracação de navios. Talvez este homem estivesse indo buscar passageiros que estariam à bordo do barco que se aproxima do porto. A presença do guindaste

faz alusão ao carregamento de cargas que os barcos transportariam até outras localidades, em geral, Belém.

O autor nos traz informações desde a chegada dos primeiros imigrantes e sua instalação nas casas, o autor descreve a casa que a família Nagai ocupou. Antes pertencia aos Tanaka que pelas dificuldades resolveram migrar para São Paulo. O terreno transformou-se em tapera⁶⁵ e em 1935 a família do autor chegou para habitar o terreno então abandonado. De acordo com os relatos dos familiares, Nagai descreve o estilo de habitação comum na colônia: “*A casa era grande, construída em madeira, coberta por cavacos⁶⁶, piso de terra batida parcialmente assoalhada [...]*”, (NAGAI, 2002, p. 15).

A trajetória da família é bastante interessante, pois, compreende várias mudanças entre propriedades que haviam sido abandonadas pelos primeiros moradores imigrantes. Ao chegar em 1935 a família instalou-se num lote localizado em Quatro Bocas após dois anos outra mudança para o lote 169, na localidade de Água Branca, que pertencera aos Tanaka que haviam se transferido para São Paulo. Nesta última propriedade o autor nasceu e após dois anos um outro lote seria a nova residência dos Nagai (2002, p. 15): “*seria esse o local onde viveria toda minha infância. Foi também nesse local que nasceram a minha irmã Machiko e meu irmão Ken, o caçula*”.

Na seqüência narrativa o autor descreve o cotidiano de vida de sua família. As aproximações com o caboclo local eram constantes e muitos dos costumes foram incorporados como descreve o autor quando se refere ao aprendizado do português com auxílio dos empregados da família:

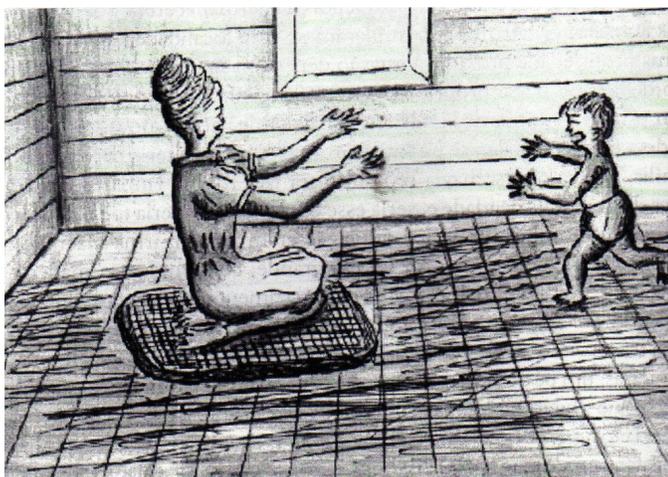
Cláudio [empregado da família, o outro era chamado de Amazonas] era mais comunicativo e colaborava nas conversações e procurava ensinar-nos o idioma local. Na época gurizinho, curioso, eu procurava aproximar-se dos empregados para escutar e gravar na cabeça palavras que ouvia nas suas conversações. Entre as palavras e expressões que assim aprendia com empregados figuravam também, não raras vezes, termos impúblicáveis. Tudo, porém, veio fazer parte do vocabulário positivo para o meu aprendizado do português. (NAGAI, 2002, p. 19)

O autor faz um relato muito saudoso de sua avó, lembra de sua pouca proficiência em língua japonesa, “*meia dúzia de palavras em japonês, meu idioma materno*” (NAGAI,

⁶⁵ Habitação ou aldeia abandonada, fazenda inteiramente abandonada e em ruínas.

⁶⁶ Estilha, lasca, pedaço de madeira.

2002, p. 16). A figura frágil da avó que contava com mais de 60 anos e acompanhava o crescimento de seu primeiro neto nissei. Pela narrativa, o autor, sugere que o aprendizado da língua materna foi pouco desenvolvido, pois, parece que apenas a avó se comunicava com o neto em japonês o que pode explicar lembrança do pouco domínio da língua ao relacionar com a figura da avó.



Desenho 2: Akira e sua avó
Fonte: Nagai (2002, p. 16)

Pouco tempo depois de seu nascimento a avó do autor faleceria e parece que, junto se foi o aprendizado do japonês. Segundo o relato, a família não teria sido muito rígida em relação ao aprendizado do idioma. Aos poucos a nacionalidade brasileira se sobrepõe e o autor demonstra em sua narrativa a vida comparada à dos caboclos da região. Várias são as passagens que nos mostram a inserção dos membros da família na cultura regional:

Meu irmão que procurava observar com muita atenção a curiosa atividade do indígena [funcionário de seu pai], não tardou para que aprendesse a pegar peixes, pássaros e até armar armadilhas de espingardas. Nas pescarias que fazia através dos riachos, aprendeu a nadar e a pescar. (NAGAI, 2002, p. 22)

Em muitos momentos ao longo do texto, o autor se utiliza da linguagem típica da região amazônica quando, por exemplo, se refere ao aprendizado adquirido a partir de suas próprias observações da fauna e flora, do cotidiano e da convivência com os caboclos:

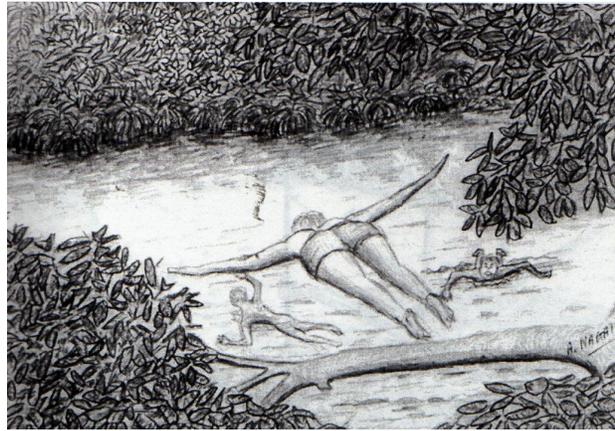
Sabia distinguir pelas pegadas das patas deixadas na terra, vários animais silvestres como o tatu, a paca, a cutia, a raposa e até onças que durante a noite andavam deixando seus rastros no chão de areia molhada pela chuva em vários trechos do caminho da escola. Conseguia reconhecer pelos cantos, diferentes espécies de

pássaros e passarinhos. E, pelos perfumes que recendiam das flores, podia distinguir variadas espécies de árvores, arbustos e trepadeiras que constituíam vegetações das margens das estradas. (NAGAI, 2002, p. 28)

Nos auto-retratos pintados pelo autor a semelhança com o caboclo da região de Tomé-Açú é perceptível:



Desenho 3: Auto-retrato na adolescência
Fonte: Nagai (2002, anexo)



Desenho 4: Auto-retrato na adolescência
Fonte: Nagai (2002, anexo)

Há uma predominância de termos característicos dos caboclos e indígenas. Os indígenas, do grupo dos Tembé, que são os habitantes primitivos da região de Acará estão presentes na narrativa do autor. A relação entre índios, caboclos e a família de Nagai é muito próxima tanto que um índio, de prenome Ramiro, é contratado pela família para auxiliar nas tarefas agrícolas. Com o empregado indígena contratado pelo pai, o narrador e seu irmão Norikatsu aprendem a caçar e pescar no estilo regional com os devidos utensílios: matapis⁶⁷, machuás, arco e flecha, armação de mundés⁶⁸ entre outros.

Os caminhos seguidos pelo autor, em sua narrativa, tomam as mais variadas direções, no entanto, vale sublinhar que durante a II Guerra a narrativa é pouco densa. O narrador apenas menciona a hostilidade, por parte dos habitantes locais, contra os imigrantes japoneses, alemães e italianos que eram aliados ao Eixo e, a reclusão destes no Presídio São José e a posterior transferência para a Colônia Estadual de Tomé-Açú ou também conhecido como Campo de Concentração. Uma atenção especial é dada a Yoshio Yamada e seus familiares

⁶⁷ Armadilha de pesca formada por esteiras armadas em pedaços de madeira e munidas de sapatas de chumbo.

⁶⁸ Alçapão.

que foram recolhidos no presídio e transferidos para Tomé-Açú onde permaneceram até 1947 quando retornaram ao município de Mosqueiro. A saga de Yoshio Yamada é análoga aos demais imigrantes em vários pontos, porém, sua ascensão é mencionada por vários outros imigrantes pelo exemplo de *ganbaré* que os Yamada demonstraram possuir.



Desenho 5: Índio da tribo Tembê.
Fonte: Nagai (2002, p. 133)

O livro de Nagai termina com a lenda do nome do município de Tomé-Açú a partir da origem indígena Tembê, cujo significado seria: Grande Tembê, este seria um cacique que possivelmente era reverenciado com este título. Uma outra explicação seria a de que um índio de nome Tomé habitava no afluente do rio Acará-Mirim e como Açú significa, em língua indígena afluente, o nome do índio passou a ser Tomé-Açú. No final do texto o autor levanta uma reflexão sobre a convivência entre os vários habitantes:

[...] a colônia japonesa implantada na terra dos tembês, prossegue a sua convivência pacífica e harmoniosa com primitivos habitantes, adotando no seu nome o termo Açú que significa grande e, continua a sua luta pelo engrandecimento da Pindorama, ou seja, deste imenso país chamado BRASIL. (Grifo do autor. NAGAI, 2002, p. 133)

Em suas últimas palavras no texto, o autor, pretende explicitar o tipo de convívio “pacífico e harmonioso” que os tipos nacionais que habitam a região do Acará experimentam. Contrariamente aos debates acalorados⁶⁹ envolvendo uma parcela dos políticos nacionais lhe argumentava que a inserção de japoneses traria conseqüências negativas para a formação do tipo brasileiro, Nagai deixa claro que o discurso estava errado e que apesar de todas as

⁶⁹ Ver Lesser (2001); Seyferth (1996); Lesser (2001).

controvérsias a experiência concreta ao longo dos anos mostram a inconsistência a tais debates. Sendo assim, os japoneses e seus descendentes se estabeleceram e adotaram não apenas o estado do Pará como sua nova morada, mas o Brasil é exaltado enquanto país receptor postura esta tomada por muitos imigrantes.

4.2 O PONTO DE CONVERGÊNCIA DOS IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES

Os livros analisados trazem, em seu bojo, a criação das Associações das quais os imigrantes tornam-se sócios e, em vários casos, aparecem como participantes da diretoria. Como podemos observar a criação das principais associações retratadas nos livros de Ohashi (2003) e o livro Comemorativo (s/d) e Nagai (2002), todos mencionam a criação das associações de Santa Isabel, Tomé-Açú e Belém. Esse fato suscita a discussão da representatividade que as associações de japoneses tiveram para a manutenção dos aspectos sócio-culturais dos imigrantes japoneses e seus descendentes.

Ao longo do livro de Maruoka (s/d) o autor nos traz várias informações sobre a criação não apenas das associações culturais, mas também de outras que as auxiliam como: as associações de senhoras, anciãos, jovens entre outras mais específicas como a de haikai que, funcionam em Tomé-Açú, Belém, Santa Isabel e demais municípios sendo a destes municípios as de maior destaque.

A constituição da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açú (CAMTA), é de fundamental importância para a reunião dos imigrantes japoneses desde o início com a criação da Cooperativa de Produtores de Hortaliças em 1931. A cooperativa servia como ponto de encontro, um pedaço do Japão, para os amigos, familiares e demais patrícios que moravam distante uns dos outros. Durante as reuniões ou mesmo quando iam despachar suas produções agrícolas em direção a Belém encontravam-se e trocavam informações sobre a pátria distante, o cotidiano na colônia entre outras formas de sociabilidade.

Apenas em 1964 durante as comemorações dos 35 anos de imigração japonesa para a Amazônia é realizada a cerimônia de lançamento das fundações para a construção da Associação Cultural de Tomé-Açú e com “*grandiosa inauguração*” (MARUOKA, s/d, p. 99) em 1966 após as cerimônias é realizada uma sessão de filmes com dois projetores trazido do Japão e com o salão de projeção lotado de expectadores. A partir de então várias atividades

passaram a ser desenvolvidas pela associação cultural de Tomé-Açú. Também em Belém o festival promovido anualmente passou a fazer parte das comemorações do município, segundo palavras de Maruoka (s/d, p. 100), “*o Festival Artístico promovido uma vez por ano pela Associação Nipo-brasileira era então aguardado com ansiedade pelos japoneses residentes em Belém e seus subúrbios*”.

Da mesma forma que os homens pioneiros da imigração que dirigiam a Associação Cultural, as senhoras japonesas, que já participavam nas festas comemorativas a Santa Isabel, padroeira do município, queriam participar da difusão da cultura japonesa entre os descendentes e os brasileiros não-descendentes. As senhoras japonesas colaboravam durante os festejos com arranjos de flores (*Ikebana*). Ao tomar conhecimento da produção do livro de Ohashi, a presidente da Associação de Senhoras Japonesas cedeu alguns documentos que falam sobre a história de criação da referida associação. Em novembro de 1981 iniciou-se o movimento das senhoras japonesas em prol da fundação da Associação das Senhoras Japonesas de Santa Isabel.

O interessante na criação das associações é que todas são formalmente constituídas a partir o final da II Guerra, esse fato esclarece o que Koyama (1980, p. 15) escreve sobre a integração entre os japoneses no Pará: “*a marcha da integração sócio-cultural dos imigrantes estava praticamente na estaca zero ao término da II Guerra*”. O autor menciona que apenas após 1955 é que acontece um *boom* da pimenta-do-reino e esta é comparada, mesmo que em menor escala, ao tempo áureo da borracha. Período este muito próspero na Amazônia.

No texto de Koyama (1980) podemos perceber como passou a ser a vida dos imigrantes produtores de pimenta na época áurea. Todas as coisas que faziam parte da cultura popular japonesa foram trazidas para as colônias. Dentro dessa perspectiva é razoável pensarmos que as senhoras japonesas de Santa Isabel e Santo Antônio quisessem formar um grupo que fomentaria as atividades culturais para os demais imigrantes e a sociedade em geral. Assim como as demais associações, esta em particular, colocou como objetivos principais a promoção da cultura e dos costumes japoneses através da celebração de datas festivas japonesas, artes, esportes, religião, e assistência social. Aproximadamente um mês após a efetivação da associação das senhoras de Santa Isabel, em 27 de dezembro de 1981 foi promovida a Festa de Comida Japonesa *Udon Matsuri*, com venda de comidas típicas e flores vindas de São Paulo.

Daí para frente, várias datas comemorativas passaram a acontecer e a fazer parte do calendário dos imigrantes, dos descendentes e da sociedade em geral. As senhoras que eram responsáveis pela diretoria da associação recebiam apoio da Associação Cultural de Santa Isabel e Santo Antônio, assim como da Associação de Jovens. Esses apoios externos as deixam mais amparadas no momento de realização de uma festa maior, no caso o *Bon-odori*. Na fotografia abaixo podemos ver o grupo de danças que representa a comunidade nipo-brasileira em vários eventos culturais:



Fotografia 36: Prof.^a Ryukoma Hanayagui (Sachiko Shimizu – primeira fileira de vestido preto) Grupo de Dança Folclórica Japonesa
Fonte: Midori Makino (jul/2003)

Ao longo da narrativa de Ohashi é descrita a dimensão que tomou a criação da Associação das Senhoras, no mesmo ano em que havia sido implantada, foi realizada, no dia 18 de julho de 1982, a Festa das Estrelas (*Tanabata Matsuri*), e a participação de outras associações e da capital participaram da programação. A circulação entre as festas anuais entre os membros das colônias é muito intensa. É um momento em que todos pisam em solo japonês, reencontram amigos, parentes distantes. A festa do Bon-odori⁷⁰, por exemplo, no Japão é celebrada em julho, enquanto que no Pará a festa acontece geralmente na segunda semana de agosto. É o momento em que muitos membros da colônia se mobilizam para realizar o evento que dura uma semana, em Belém. Semana esta repleta de mini-cursos de culinária, *Shûji*⁷¹, *Origami*⁷², entre outros que variam a cada ano.

⁷⁰ Equivalente ao Dia de Finados no Brasil.

⁷¹ Escrita japonesa.

⁷² Dobradura em papel.



Fotografia 37: Caligrafia japonesa (Shûji) e dobraduras em papel (Origami)
Fonte: Francisco Neto (set/2006)

O momento de maior prestígio na festa de Bon-odori é a dança que acontece em favor do espírito dos parentes e amigos falecidos. É uma dança ritual de reverência aos mortos. O local onde as pessoas dançam é considerado sagrado pelas vibrações enviadas através do som do *taiko*⁷³ que fica localizado no centro do espaço reservado para dança, em cima de um palanque alto chamado de *yagurá* onde os tocadores se posicionam para tocar o instrumento.



Fotografia 38: Yagurá
Fonte: Francisco Neto (set/2006)



Fotografia 39: Taiko
Fonte: Francisco Neto (set/2005)

⁷³ Tambor japonês.

As pessoas seguem, uma atrás das outras, em círculo anti-horário dançando seguindo a coreografia de cada música. As senhoras, mais idosas, se colocam num círculo central devidamente vestidas com *kimono* coloridos e dão o tom formal da festa. Os demais participantes seguem os passos num outro círculo paralelo e todos se movem à sua maneira. Dançam por horas a fio, sem parar, e não parecem ficar cansados. Por ser uma das comemorações mais festejadas no Japão, o Bon-odori passou a ser a festa mais difundida também entre os imigrantes, os descendentes e a sociedade local.



Fotografia 40: Bon-odori dos 70 anos de imigração.
Fonte: Francisco Neto (set/1999)



Fotografia 41: Dança Bom-odori realizada em 2004.
Fonte: Gota Tsutsumi (arquivo da APANB)

Maruoka (s/d) insere, no final do livro comemorativo, várias fotos das atividades promovidas pelas Associações da região, no entanto, o destaque é dado apenas às que funcionam na cidade de Manaus e Belém:



Fotografia 42: Um dos três campos de Golfe na cidade de Manaus/AM
Fonte: Miguel Chikaoka (In MARUOKA, s/d, p. 210)



Fotografia 43: Campo de Gateball
Fonte: Miguel Chikaoka (In MARUOKA, s/d, p. 210)

Como podemos perceber nas fotos acima, os participantes de golfe e *gateball* são em sua maioria os mais velhos, enquanto que, as crianças descendentes freqüentam outras modalidades de diversão: o Undokai, Beisebol, Concurso de Karaokê, entre outras.



Fotografia 44: *Undokai* realizado no *Country Club*.
Fonte: Miguel Chikaoka (In MARUOKA, s/d, p. 212)



Fotografia 45: Concurso de Karaokê.
Fonte: Miguel Chikaoka (In MARUOKA, s/d, p. 213)

As Festas Juninas, realizadas no mês de junho na APANB, também atraem grande quantidade de crianças e jovens nipo-brasileiros. Momento em que eles demonstram sua integração à cultura local. Chama a atenção o fato da Festa Junina aparecer no calendário de comemorações das associações de japoneses. Talvez, seja por serem festas de gratidão pela colheita, pela produção durante o ano. Esse tipo de agradecimento é muito recorrente entre os japoneses também, pois, a própria festa do *bon-odori* possui este caráter. Há uma releitura de ambos os eventos e os jovens descendentes buscam dar um formato mais “caipira” nas festas juninas comemoradas na Associação Cultural, de acordo com a fotografia abaixo podemos visualizar que os homens vestem-se de mulher e vice-versa, o chapéu de palha, a maquiagem estes aspectos são pouco explorados pelas festas juninas dos subúrbios de Belém. O que interessa é a aparência caipira que os remete, muitas vezes, a vida nas colônias japonesas no interior do Pará e a convivência com o caboclo.



Fotografia 46: Festa de São João
Fonte: Miguel Chikaoka (In MARUOKA, s/d, p. 210)

A partir das narrativas analisadas podemos perceber que não apenas a associação Pan-Amazônica, mas várias outras associações menores, como as associações de senhoras e jovens, auxiliam no intuito de divulgar a cultura japonesa, seja, na capital ou no interior do Estado. No entanto, há uma preocupação por parte dos diretores das associações e da própria comunidade de japoneses em relação a diminuição de nipo-brasileiros engajados na tarefa de auxiliar durante as comemorações. Um dos principais motivos é a quantidade de *dekassegui*⁷⁴ que fizeram a viagem inversa de seus antepassados com objetivo de conseguir um melhor salário, ou seja, muitos estão no Japão. O fenômeno *dekassegui* trouxe transtornos na divulgação das práticas culturais das colônias de imigrantes japoneses no Estado do Pará, sendo assim, observa-se “uma lacuna”, segundo Ennes (2001, p. 120), entre os mais velhos e as crianças. O número de jovens que vão para o Japão é expressivo segundo palavras de Ohashi (2003, p. 42),

os nisseis de Santa Isabel do Pará quase metade, estão indo para o Japão como *dekassegui*, ao contrário do tempo em que eu vim imigrar, o sonho de construir na Amazônia melhor lugar do que lá, conseguir a maioria dos meus sonhos aqui na Amazônia, entretanto, em parte me sentindo um tanto vencido, acredito que mais da metade dos *dekassegui* voltam a sua terra natal, onde são recebidos com amor e carinho de mãe [...].

⁷⁴ Trabalhador temporário em outro país. No caso dos nipo-brasileiros refere-se aos que fizeram a viagem inversa de seus pais ou avós. Este fenômeno começou a ser observado com mais intensidade a partir da década de 1980. Utilizo o termo *dekassegui* por que está escrito em língua japonesa e o plural não é feito apenas acrescentando a letra “s”.

A volta dos jovens descendentes após anos no Japão muitas vezes é adiada pelo fato de terem conseguido um emprego com salário razoável para os padrões brasileiros e por estarem num país desenvolvido. Muitas vezes retornam apenas para a renovação do visto que deve ser feita aqui no Brasil. Ao chegarem ao Brasil percebem que aqui não é um bom lugar para se viver. Os vários anos no Japão lhe transmitem segurança, segundo opinião de um debate realizado na APANB⁷⁵, o participante identificado pela letra B diz que “inexiste ladrões e assaltantes”, enquanto que a participante C afirma que a noite “as mulheres podem andar sozinhas em alguns lugares”, outro ponto levantado durante o debate foi a inflação com índices muito baixos, entre outros aspectos que demonstram a preferência por continuar no Japão. Quando decidem voltar e se estabelecer de novo no Pará, muito *ex-dekassegui*⁷⁶, como são chamados, procuram montar um negócio próprio, compram casa ou apartamento e carro com o dinheiro economizado durante o período que estiveram no Japão.

Há uma relação matizada entre os descendentes dos imigrantes japoneses e os brasileiros. Essa relação toma visibilidade nos eventos das associações que a cada ano presencia o aumento do número de participantes e, em sua maioria, de brasileiros que passaram a prestigiar os eventos promovidos pelas associações locais. Historicamente as relações entre nacionais e japoneses adquiriram características que explicam esse convívio entre as duas culturas. O Japão continuou sendo admirado pelos nacionais, e conseqüentemente, os imigrantes que aqui chegaram procuraram manter muitos dos seus traços culturais e repassar à medida do possível para os descendentes dentro de uma outra releitura. Estes ao entrarem em contato com a cultura brasileira perceberam que a educação japonesa até então recebida dentro de suas casas estava fora de cogitação dada as diferenças, pois, haviam adquirido gostos, hábitos, valores éticos, morais e estéticos. Isso gerou certo constrangimento no seio familiar e, por vezes, desentendimentos entre pais e filhos. Se o nissei teve uma forte influência da cultura trazida por seus pais, isso se deve pelo fato de terem sido a primeira geração nascida em solo brasileiro, com a inserção desses nissei em escolas brasileiras e, posteriormente, em cursos superiores, eles tenderam a questionar a postura dos pais que insistiam em manter os aspectos educacionais e culturais do Japão. Não apenas no Pará, mas também em outras localidades, com grande fluxo de imigrantes

⁷⁵ O debate foi realizado no Salão de Reuniões da APANB. Sendo que a identidade dos participantes foi mantida em sigilo e os mesmos foram identificados apenas pelas letras A, B, e C. O participante que os dois primeiros são *dekassegui* e a última é *ex-bolsista* do governo japonês.

⁷⁶ Um estudo mais aprofundado sobre os *dekassegui* pode ser encontrado no trabalho de Ellen Woortmann, “Japoneses no Brasil/brasileiros no Japão”, n. 183, Série Antropologia, São Paulo: USP, 1985.

japoneses os nissei colocaram-se contra essas práticas por parte dos pais e chegaram a publicar suas opiniões em jornais direcionados para o público nipo-brasileiro (Ver OGAWA, 1981, MARUOKA, s/d), o que gerou grande polêmica entre os imigrantes.

Os locais onde os eventos acontecem tomam características entendidas como japonesas tanto em relação aos seus regulamentos administrativos quanto ao próprio espaço. É durante a Semana do Japão (*Nihon Shûkan*) que há uma participação mais visível de vários sócios que ajudam na organização e divulgação do evento. Este também é o momento propício para que as empresas de propriedade de nipo-brasileiros façam sua divulgação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apreender o contexto em que se processou a saída e a chegada dos imigrantes japoneses em direção à colônia de Tomé-Açú no estado do Pará no ano de 1929. Considerando os aspectos que impulsionaram os imigrantes a se lançarem além-mar, podemos montar uma trajetória das famílias que foram analisadas e daí realizar uma análise antropológica de como os fatores sócio-políticos do grupo pesquisado tiveram influência para a construção da identidade dos descendentes nascidos no Brasil.

A partir dos questionamentos preliminares que motivaram este trabalho pude compreender as várias nuances das negociações sociais para a construção da identidade dos descendentes dos imigrantes japoneses no estado do Pará. A saída do Japão se deu em virtude do momento histórico pelo qual passava o país. Dessa forma, vários foram os fatores que influenciaram na decisão dos imigrantes, entre eles a transição do sistema feudal [a partir de 1868] para uma sociedade de cunho capitalista que iniciava uma movimentação no incipiente mercado econômico japonês e, assim, expulsava os agricultores para as cidades maiores em busca de trabalho nas indústrias. Sendo que estes não eram capacitados para assumir tais tarefas. O aumento de impostos sobre as propriedades agrícolas chegou a números exorbitantes a fim de facilitar a construção das novas indústrias nacionais japonesas, além disso, o grande terremoto na região de Kanto causou centenas de vítimas e a total destruição das cidades vizinhas a Tóquio. Esses eventos dão conta das diferenças de *status* social encontrada entre os imigrantes que aportaram em Belém a partir de 1929, pois, vários imigrantes não tinham experiência agrícola, muitos pertenciam à classe média, que ao longo da Restauração Meiji viram seu patrimônio se diluir, ou simplesmente não tinham capacitação suficiente para ocupar um cargo nas indústrias.

Como pode ser visto, as fronteiras sociais construídas pelos imigrantes japoneses são dialógicas oscilando entre pertença ou exclusão. Isso não se dá apenas em virtude do espaço social exclusivo ocupado pelos imigrantes japoneses no Estado do Pará; constata-se igualmente a reafirmação da condição de japonês por parte dos sócios das associações culturais e do próprio Consulado que optam por funcionários nipo-brasileiros que dominem a língua japonesa. Sendo assim, o “suporte cultural” torna-se o grande responsável pela

manutenção dos aspectos da cultura de origem. Isso representa um problema, uma vez que não é tão simples classificar elementos e pertencimentos culturais.

A concepção de identidade étnica se faz a partir do conteúdo cultural, expresso através das dicotomias, que se referem aos padrões de moralidade que são seguidos pelos participantes do grupo e que, sendo uma forma de afirmação identitária dentro do grupo, os sujeitos que a ele pertencem devem passar por todos os julgamentos de valores e de conduta inerentes àqueles padrões que são relevantes.

No entanto, esses padrões e valores aos quais os membros se filiam não são herméticos. O próprio grupo possui o livre arbítrio de decidir quais são os aspectos que podem ter maior relevância para se proceder aos julgamentos de pertença. Este aspecto é muito bem elaborado dentro da comunidade japonesa. Nesse sentido, posso citar a importância que o conhecimento da língua japonesa possui dentro dessa idéia de pertença ao grupo. Ao mesmo tempo em que essa questão torna-se delicada pelo fato de muitos descendentes não possuírem o conhecimento necessário a manter uma conversa simples com seus avós. Isso faz com que os avós tenham que se comunicar com seus netos através de intérprete, no caso, os filhos dos imigrantes passam tomar pra si esse papel de mediadores. Em virtude deste fato os avós costumam cobrar de seus netos o aprendizado da língua japonesa.. Estes que fazem parte da terceira ou quarta geração não se mostram interessados e apenas procuram um curso de língua japonesa em dois momentos: ou quando querem ir trabalhar no Japão (*dekassegui*) ou quando têm a intenção de pleitear uma bolsa de estudos pelo Consulado japonês sendo que o primeiro caso é mais recorrente.

Por este motivo, a comunidade japonesa mostra-se pessimista em relação ao caminho que as associações seguirão. Na opinião de Ohashi (2003, p. 50), “*Meus filhos estão afastados da colônia japonesa que vai gradativamente desaparecer, chegou aonde deveria chegar uma geração mais cedo, isso não me causa insatisfação [...]*”. Essa opinião de Ohashi reflete exatamente o que Koyama (1981, p. 25), no início da década de 80, considerou ao longo de seu texto ser uma previsão fácil para o futuro das colônias enquanto unidade cultural, “*é fácil prever que mais algumas décadas serão suficientes para a desintegração quase total da colônia japonesa na Amazônia*”.

As professoras de língua japonesa mostram-se preocupadas com a manutenção do idioma por parte dos descendentes, dentro dessa realidade, é visível a queda no número de

alunos. Na opinião de Kiyoko Oti (In: MARUOKA, s/d, p. 274). A autora mostra-se preocupada visto que após as comemorações dos 60 anos de imigração japonesa para a Amazônia seu principal pensamento foi: *“preservar a língua japonesa que está em decadência”*.

Muitos jovens japoneses estão inteiramente inseridos na sociedade brasileira ou estão no Japão como dekassegúi e, por isso, não estão mais atrelados aos aspectos culturais trazidos pelos avós. Com isso, o número de pessoas que se coloca à disposição na organização das festas das associações decresce a cada ano, o que significa que em poucos anos as festas contarão com a participação apenas dos brasileiros sem nenhuma descendência japonesa. Isso já se faz presente aos olhos dos que freqüentam anualmente a Semana do Japão.

Considero ter sido apropriado o redirecionamento feito na proposta inicial deste trabalho. Ao pensar na construção deste estudo eu tinha como estratégia metodológica. Como apresentado nos capítulos, considero ter sido satisfatório o método empregado para a obtenção dos dados, a pesquisa realizada em jornais da época me deu um panorama geral da cidade de Belém e das pessoas que foram ao cais do porto com intuito de presenciar essa nova “gente” que viria povoar o Estado e, para isso, as matérias dos jornais foram muito esclarecedoras; o acesso ao material de consulta foi abundante no sentido de que os imigrantes japoneses são, entre os demais grupos étnicos vindos para Brasil, um dos mais estudados.

Em relação à análise propriamente dita dos textos autobiográficos e do livro comemorativos dos 70 anos tive que fazer várias incursões nos textos que remetem à metodologia empregada na escrita de “si”. Pude então olhar os textos com outros olhos, pois, estes passaram a ter novas leituras e significados que deveriam ser analisados mesmo que nas entrelinhas muitas das vezes. Reconheço meus limites em não ter conseguido abstrair toda a riqueza de detalhes que os textos apresentam, porém, meu intuito é deixar para estudos posteriores a possibilidade de novas contribuições.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Myriam. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p. 29-42.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, F.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1998.
- BENEDICT, Ruth. *O Crisântemo e a Espada – Padrões da cultura japonesa*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Título original: *Chrysanthemum and the sword*.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 173p.
- BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 24 de fevereiro de 1891
- _____. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, de 16 de julho de 1934
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001. vol. 33.
- CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e Mobilidade Social: Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo*. Organização de Masato Ninomiya. São Paulo: Primus Comunicação, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (des)caminhos da identidade. *Rev. bras. Ci. Soc.*, fev. 2000, vol.15, no.42, p.07-21. ISSN 0102-6909.
- _____. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, [1976]. 118p.
- CARTAZ da Companhia Japonesa de Imigração. Fotografia. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/imagens/reportagens/japao/cartaz.jpg>>, Acesso em: 14/11/2006.
- CONDE Koma. Fotografia. Disponível em: <www.tsubame.pq.pl> , Acesso em: 18/12/2006.
- DALBY, Liza. *Gueixa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- ENNES, Marcelo Alario. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP; 2001.
- FAUSTO, Boris. *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 13/09/1929.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 14/09/1929.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 15/09/1929.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 16/09/1929.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 17/09/1929.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 18/09/1929.

FOLHA do Norte, Jornal. Edição do dia 21/09/1929.

FONTES, Edilza. *O pão nosso de cada dia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. Trad. de Beatriz Sidou.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-brasileiros, 1987. Pg. 595 – 724.

HARADA, Kiyoko. *Bola de espinho: antologia de Haiku*. Maringá: s.n., 1996.

HOSPEDARIA dos Imigrantes nas Ilhas das Flores/RJ. Fotografia. Disponível em: <www.cantoni.po.br>, acesso em 11/11/2006.

INSTITUTO de Geografia e Estatística (IBGE). *Acará*. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 15/10/2006.

JAPAN. Mapa. Disponível em: <www.yahoo.com>, Acesso em: 14/11/2006.

_____. *Tomé-Açú*. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 15/10/2006.

KANTO. Fotografia. Disponível em: <www.unitus.it> Acesso em: 11/11/2006.

KASATO Maru. Fotografia. Disponível em: <www.mol.com>, Acesso em: 30/10/2006.

KOYAMA, Tsuguo. Japoneses na Amazônia: alguns aspectos do processo de sua integração sócio-cultural. In: SAITO, Hiroshi, BUTSUGAN, Sumi (colab.) [et al.] *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo, T A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia Queiroz Carvalho Zimbre. São Paulo, UNESP, 2001.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta; Amado, Janaína *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific*. USA: Waveland Press, 1992.

MANILA Maru. Fotografia. Disponível em: <www.plala.or.jp>, Acesso em: 26/12/2006.

MONTEVIDÉU Maru. Fotografia. Disponível em: <www.rotarnet.com.au> , Acesso em: 26/12/2006.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, v. 3, p.55-88, 1991.

MARUOKA, Yoshio. *70 Anos de Imigração Japonesa para a Amazônia*. Belém: Topan-Press, s/d. Associação Pan-Amazônica nipo-brasileira.

MITSUI O. S. K. Lines. Disponível em: <http://www.mol.co.jp/>

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos – A história da Shindo Renmei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOREIRA, Juliano. *Impressões de uma viagem ao Japão em 1928*. Rio de Janeiro, Biblioteca Juliano Moreira, 1935.

MOORE Jr. Barrington. *Social origins of dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Allen Lane the Penguin Press, London: 1967.

NAGAI, Akira. *Um Nikkei na terra dos Tembés*. Belém: Alves Gráfica e Editora, 2002.

NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. *Revista da USP*, São Paulo (28): 245-250, Dez./Fev. 95/96.

OGAWA, Felícia. Problemas de identidade sócio-cultural no Brasil. *CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. Série Cadernos. Nº 16 – 1ª Série, novembro de 1981.

OHASHI, Paulo, T. *Cruzeiro do Sul cintila no céu com a luz de verdade*. Belém: ed. do autor, 2003.

PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira (vida e obra)*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1975.

PARÁ. Inspetoria de Terras e Colonização. *Relatório 1899*. Belém: J. Chiatti & C. Editores, 1899.

_____. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado do Pará, pelo governador Dr. Eurico de Freitas Valle. Apresentada em 7 de setembro de 1930. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1930.

POLLAK, Michel. *L'expérience concentrationnaire: Essai sur le maintien de l'identité sociale*, Paris, Éditions Métailié, 1990.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLO, Marco. *O livro das maravilhas*. Trad. de Elói Braga Júnior. Porto Alegre: L&PM, 2006. vol. 161.

PORTELLA, Eduardo. et al. *Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage Books, edition 1979. Afterwords copyright, 1994.

SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo, Editora “Sociologia e Política”, 1961.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, B. (Org.) *Fazer a América*. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Os primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. In: Revista USP. *Dossiê BRASIL/JAPÃO*. Número 1 (Mar/Mai 1989) São Paulo. 1989.

_____. *Romanceiros da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993. (Série Imigração; vol. 4).

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAVELLE, Max (Coord). *O tempos modernos*. Belo Horizonte & Rio de Janeiro: Villa Rica, 1990.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. Immigration et pensée d'État. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 129, septembre 1999, p. 5-14.

_____. Uma Pobreza ‘exótica’: a imigração argelina na França, 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 17.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, abr. 1997, vol.3, no.1, p.95-131. ISSN 0104-9313.

_____. A idéia de cultura teuto-brasileira. *Horiz. antropol.*, Dez 2004, vol.10, no.22, p.149-197. ISSN 0104-7183

_____. Construindo a nação. In: MAIO, Marcos; SANTOS, Ricardo. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. Etnicidade e Cidadania. *Bol. Mus. Nac.*, N.S., ANTR.- N. 42 (20 OUT. 1983).

_____. Heranca e Estrutura Familiar Camponesa. *Bol. Mus. Nac.*, N.S., ANTR.- N. 52 (30 de Maio de 1985).

_____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UNB, 1990.

SILVA, Orlando Sampaio. O Japonês em Santa Isabel do Pará. *CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. Série Cadernos. Nº 11 – 1ª Série, setembro de 1978.

TOMÉ-AÇÚ. Mapa. Disponível em: <www.google.com.br>, acesso em: 06/01/2006.

TOMÉ-AÇÚ e Quatro Bocas. Mapa. Disponível em: <www.google.com.br>, acesso em: 06/01/2006.

TSUNODA, Fusako. *Canção da Amazônia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

VIANA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

WOORTMANN, Ellen. Japoneses no Brasil: brasileiros no Japão, n. 183, *Série Antropologia*, São Paulo: USP, 1985.

YAMASHIRO, José. *Choque Luso no Japão dos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: IBRASA, 1989.

ZONABEND, Françoise. Origines et méthodes de la recherche. In: CHIVA, Isac; JEGGLE, Utz. *Ethnologies en miroir*. Ministère de la culture et la communication. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1987.